Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br | QUARTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2020 | Nº 24.668 | Preço banca: R$ 3,50

Caixa pagou R$ 70,8 bilhões em auxílio emergencial

Contas externas têm saldo positivo de US$ 3,840 bilhões em abril

Página 3

São Paulo testará 90 mil profissionais da saúde para covid-19

Página 2

A Caixa Econômica Federal pagou R$ 70,8 bilhões de auxílio emergencial, somadas ambas as parcelas, informou na terça-feira (26) o presidente do banco, Pedro Guimarães. No total, 56,9 milhões de pessoas receberam alguma parcela do benefício desde que o programa foi criado, em abril, para ajudar as pessoas a enfrentar os impactos da crise causada pela covid-19.

Considerando apenas a segunda parcela, que começou a ser paga há uma semana, 44,2 milhões de brasileiros receberam R$ 30,9 bilhões. O auxílio emergencial é de R$ 600 (R$ 1,2 mil para mães solteiras), por parcela.

Do total pago até agora, R$ 25,8 bilhões foram para beneficiários do Bolsa Família, R$ 14 bilhões para aqueles inscritos no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e R$ 31 bilhões para trabalhadores informais que se cadastraram pelo site auxilio.caixa.gov.br ou pelo aplicativo Caixa Auxílio Emergencial. Página 4

Espanha quer regras comuns para circulação por fronteiras da UE

A Espanha fez um apelo a seus parceiros da União Europeia (UE) na terça-feira (26) pela criação de regras comuns, inclusive possíveis exames de saúde de passageiros, para abrir as fronteiras e restabelecer a livre circulação no Espaço Schengen, agora que os isolamentos nacionais contra o coronavírus estão sendo suspensos gradualmente.

O Espaço Schengen compreende os países signatários do Acordo de Schengen (quase todos membros da União Europeia) e permite a livre circulação de pessoas entre esses países, sem a necessidade de apresentação de passaporte nas fronteiras.

"Temos que trabalhar com nossos parceiros europeus para definir as regras comuns que nos permitirão retomar a livre circulação no território europeu", disse a ministra das Relações Exteriores espanhola, Arancha González, à rádio Cadena Ser.

Embora os países da UE tenham estabelecido datas diferentes para a reabertura das fronteiras, é preciso haver princípios e regras comuns no Espaço Schengen para se abrir divisas internas e criar regras para divisas externas, disse ela.

Em um documento consultivo entregue pela Espanha a um processo de consulta entre países-membros do bloco denominado Futuro da Europa, Madri também pediu o monitoramento da saúde dos turistas por meio de exames individuais como parte de um procedimento comum para toda a UE.

"Seria apropriado cogitar, em coordenação com a Organização Mundial do Turismo e a Organização Mundial da Saúde, opções para exames de saúde, seja no ato da compra de passagens ou no próprio aeroporto, caso os resultados destes exames sejam disponibilizados em um período de tempo razoável", disse o documento visto pela Reuters. (Agencia Brasil)

Covid-19 está presente em 3.771 cidades brasileiras

Foto: Anderson Riedel/PR

Eduardo *Macário*

Em entrevista no Palácio do Planalto, o secretário substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário, disse que o Brasil é o 2º país em número de casos de covid-19, mas o 51º em incidência da doença, quando a quantidade de pessoas infectadas é analisada proporcionalmente à população. Enquanto o país ocupa a 6ª posição em número absoluto de mortes, fica em 14º em mortalidade, quando esses óbitos são comparados com o total da população.

Macário afirmou que os números mostram o Brasil em uma curva ascendente, tanto no número de casos quanto no de mortes. Página 5

Em queda pela quinta sessão, dólar fecha no menor valor em um mês

Página 4

Vendas do Tesouro Direto superam resgates em R$ 1,57 bi em abril

Página 12

Maia diz que grande desafio do momento é derrotar o coronavírus

Em discurso na abertura de sessão extraordinária deliberativa virtual de terça-feira (26), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), salientou que o grande desafio do momento "é derrotar o coronavírus, vencer a gravíssima crise social e econômica que está à nossa frente, preservando a nossa democracia". Maia ressaltou que o país passa por um "momento crítico" e pediu "diálogo" e "harmonia entre os Poderes".

O discurso, "em nome do Parlamento brasileiro", fez aceno para o governo federal e também para o Poder Judiciário. "Dialogar é da natureza do Parlamento. Por isso, vejo com naturalidade o esforço do governo federal para ampliar sua base política. Ao invés de ser criticado, esse esforço deve ser respeitado. O sistema democrático exige a convivência republicana entre Executivo e Legislativo." Página 4

Esporte

Prova Ciclística 9 de Julho volta em 2021

Um dos mais importantes e tradicionais eventos do ciclismo nacional, a Prova Ciclística Internacional 9 de Julho não acontecerá nesta temporada. A competição, organizada pela Fundação Cásper Líbero e que realizaria sua 73ª edição, teve de ser adiada em razão da pandemia do novo coronavírus, bem como pela antecipação do feriado da Revolução Constitucionalista de 1932 para esta segunda (25). A prova estava prevista, mas por conta do decreto desde março os preparativos tiveram que ser interrompidos e transferidos para 2021.

Mas os fãs das bikes podem ficar tranquilos, já que o evento segue no calendário esportivo da cidade e deverá acontecer normalmente no próximo ano, ainda mais forte e com novidades.

Instituída em 1932 pelo jornalista Cásper Líbero em homenagem à Revolução Constitucionalista e realizada pelo jornal A Gazeta Esportiva a partir de 1933, a Prova Ciclística 9 de Julho é um patrimônio do esporte brasileiro. O evento se tornou um marco na modalidade, sendo objeto de desejo dos atletas e equipes.

Ao longo dos anos, os principais nomes do país e destaques do exterior prestigiaram o evento, colocando-o em um lugar de destaque nos cenários nacional e internacional. Desde 2015, a Prova recuperou o espaço onde surgiu, nas ruas e avenidas paulistanas. Site: www.gazetaesportiva.com/prova9dejulho

Foto: Divulgação

Marcelo Melo define planejamento de treinos em Belo Horizonte

Marcelo Melo está de volta a Belo Horizonte (MG). E, agora em sua cidade, depois de 11 semanas nos Estados Unidos, inicia uma nova etapa de treinos, enquanto aguarda a retomada do circuito, atualmente prevista para o dia 1º de agosto. Marcelo falou do planejamento de treinamentos na capital mineira durante live da Máquina do Esporte - site especializado em marketing esportivo - acompanhada na segunda-feira (25) por cerca de 400 pessoas. Outro tema foi um projeto da Confederação Brasileira de Tênis (CBT) de realizar um circuito nacional para marcar o retorno das competições no País.

Em Belo Horizonte, ao lado do técnico Daniel Melo, seu irmão, do preparador físico Chris Bastos e do fisioterapeuta Daniel Azevedo, o objetivo é seguir mantendo a forma, aguardando os próximos passos da volta dos torneios, suspensos desde março em função da pandemia do novo coronavírus. Nos Estados Unidos, seguindo os critérios do isolamento social, os treinamentos foram primeiro na Califórnia e, depois, na Flórida, no Saddlebrook Tennis Resort, ao lado do amigo Alexander 'Sascha' Zverev, que estava lá com seu time, sua família, onde mantiveram uma rotina de treinos físicos e em quadra.

"Vou dar sequência aos treinos, aqui em Belo Horizonte, com meu irmão Daniel, o Chris e o Daniel Azevedo, seguindo um planejamento de treinar para manter a forma, o corpo em dia, e ir ajustando e aumentando o ritmo de acordo com as notícias que tivermos desse retorno, dos próximos passos, de uma data confirmada para a volta dos torneios", afirmou Marcelo, patrocinado por Centauro, BMG, Itambé e Taroii, com apoio de Asics, Orfeu Cafés Especiais, Volvo, VOSS e Confederação Brasileira de Tênis.

Dos próximos passos no circuito depende, também, o projeto da Confederação. "A CBT está pensando em fazer um circuito brasileiro, ou mesmo uma semana de treinamento, reunindo os tenistas brasileiros. Mas, esperando ainda um pouquinho, a definição da ATP (Associação dos Tenistas Profissionais), quando os torneios vão voltar e de que forma. Precisamos ver como vão ficar as coisas para ter mais detalhes, de quantos tenistas participarão, se teremos profissionais e juvenis juntos. São ideias para serem colocadas em prática no momento que for possível. A CBT está com intenções muito boas de reunir os tenistas", explicou Marcelo.

Por ser um esporte com jogadores dos mais diferentes países, em diversas cidades pelo mundo, Marcelo acredita que, enquanto houver quarentena, será difícil retomar o circuito. "Os tenistas jogam, praticamente, uma semana em cada lugar. Não sei ainda como será essa adaptação do calendário com estes novos tempos da pandemia. Talvez fazer mais de um torneio em um só local, todo mundo no mesmo lugar. Não dá para saber ainda. Precisamos aguardar um panorama melhor da ATP e da realidade dos países. Por enquanto são só opiniões diferentes. Uns falando neste ano, outros em 2021".

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens durante o dia. À noite o céu fica com muitas nuvens, mas não chove. 21º C / 8º C

Manhã | Tarde | Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,35
Venda: 5,35

Turismo
Compra: 5,14
Venda: 5,57

EURO
Compra: 5,87
Venda: 5,87

São Paulo testará 90 mil profissionais da saúde para covid-19

Ao inaugurar dez novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) no Hospital do Servidor Público Municipal, na manhã da ultima terça-feira (26), o prefeito de São Paulo, Bruno Covas, anunciou que realizará testagem para a covid-19 dos cerca de 90 mil profissionais que atuam na rede de saúde. Os testes serão do tipo sorológico, que detecta a presença de anticorpos para o novo coronavírus (covid-19) na amostra de sangue.

O nível de confiabilidade da técnica sorológica tem sido criticado por especialistas, incluindo pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Por não terem tanta precisão, podem acusar falsos negativos e falsos positivos, de modo que a recomendação é de se aplicar o teste molecular, chamado de Transcrição Reversa seguida de Reação em Cadeia da Polimerase (RT-PCR), feito a partir de amostras da mucosa na cavidade nasal e capaz de diagnosticar até mesmo a carga viral em pacientes assintomáticos.

"Hoje a gente faz a testagem apenas para os funcionários que apresentam sintomas e a gente vai começar a testar todos", informou Covas.

O Hospital do Servidor Público passa a dispor de 23 leitos de UTI. Foram investidos R$ 1,14 milhão para concluir a ala, que deverá atender a pacientes idosos, após o fim da pandemia. O pronto-socorro também passa por obras de ampliação, viabilizada por um empréstimo de US$ 100 milhões concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com que também será custeada a construção de uma Unidade de Pronto-Atendimento (UPA), que ficará ao lado do hospital.

Segundo o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido, a testagem dos profissionais de saúde irá compreender todos os 96 distritos da cidade, possibilitando uma "radiografia importante" quanto à dimensão do ciclo de transmissão entre a categoria.

O secretário disse que, até o momento, a prefeitura já abriu 1.007 novos leitos para atender a pacientes com a covid-19. Até a tarde de ontem (25), a taxa de ocupação dos leitos era de 88%.

Isolamento

Bruno Covas disse ter uma "avaliação positiva" quanto à taxa média de isolamento social obtida durante o feriado prolongado pela antecipação de Corpus Christi, do Dia da Consciência Negra e do Dia da Revolução Constitucionalista.

Ele adiantou que deverá apresentar nesta quarta-feira (27) "números muito positivos", que já demonstram "estabilização" da pandemia no município.

Quanto aos rumos da quarentena a partir de 1º de junho, disse que ainda estão em andamento as tratativas com o governador de São Paulo, João Doria, mas que devem chegar a um consenso sobre as medidas e anunciá-las nesta quarta-feira (27).

No boletim mais recente da Secretaria Municipal da Saúde, publicado na segunda-feira (25), são registrados 49.596 confirmados da covid-19, 164.677 casos suspeitos e 3.573 mortes em decorrência da doença. O estado de São Paulo, por sua vez, já soma 83.625 casos confirmados e 6.220 óbitos.

Operação Placebo

Ao comentar a operação da Polícia Federal na manhã de terça-feira (26), no Rio de Janeiro, a Operação Placebo, com a finalidade de apurar indícios de um esquema de corrupção, que envolveria o Instituto de Atenção Básica e Atenção à Saúde (Iabas), contratado para a instalação do hospital de campanha no Complexo do Anhembi, na capital paulista, Bruno Covas disse que está tratando do assunto "com total transparência" e que a prefeitura está disponível para colaborar com as autoridades competentes, ainda que a unidade de São Paulo não seja alvo direto de investigação.

"Se tiver qualquer responsável, que seja punido com o rigor da lei. Já é um absurdo você desviar recursos da área da saúde. Imagina em um momento de pandemia, como esse, em que a gente tem que correr contra o tempo para não deixar ninguém sem atendimento." (Agencia Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

Jornalista desde 1990, **CESAR NETO** tem sua coluna (diária) de política publicada desde 1993 na imprensa de São Paulo (Brasil). Foi se tornando referência na Internet, desde 1996, via www.cesarneto.com ... Twitter **@cesarnetoreal**

*

CÂMARA (SP)

Vereador Eduardo Tuma (PSDB) já havia entrado pra História como virtual vice-prefeito de Bruno Covas (PSDB). Agora entra também como o presidente dos tempos da pandemia do vírus Covid-19 e do adiamento das datas do 1º e do 2º turno das eleições 2020

*

PREFEITURA (SP)

Bruno Covas (PSDB) até comemora que os isolamentos pessoais e sociais passaram dos 50% (leia-se feriados antecipados) na cidade de São Paulo, mas não tem como comemorar o fato de que não dá pra reabrir todos os comércios e serviços que a população deseja

*

ASSEMBLEIA (SP)

Mesmo desligada do Bolsonaro, a deputada Janaína defende a deputada federal (SP) Zambelli em relação as falas de que ela antecipou que a Polícia Federal iria pra cima da família do governador Witzel (PSC) pelos desvios da dinheirama do chamado no 'Covidão'

*

GOVERNO (SP)

João Doria (líder do novo PSDB), que tem um general (reserva) na Secretaria (Segurança Pública), não teme que possível 'visita' - que a Polícia Federal fez à família do governador Witzel (PSC) no Rio - possa se repetir na casa dele, uma vez que não mora no Palácio

*

CONGRESSO (BR)

Quem ontem tentou rosnar como leão, porém com dentes de gatinho, contra o que insinuou poderá ser um golpe militar do Bolsonaro pra cima dos demais 2 Poderes, foi o deputado-presidente Maia (DEM ex-PFL). Parece até o 'canto do cisne'

*

PRESIDÊNCIA (BR)

Tripla comemoração por parte do Jair Bolsonaro. A Polícia Federal - com mais de meio Século voltando a fazer - no caso do governador Witzel (RJ) - o que tem que ser feito, doa a quem doer, até porque o cara foi militar e foi magistrado

*

PARTIDOS

Seja o PSC que deu legenda pro Witzel eleger-se governador do Rio, sejam quais forem os demais partidos pelos quais se elegeram e até reelegeram os governadores em 2018, caso as operações do 'Covidão' seguirem

*

POLÍTICOS

... com o Superior Tribunal de Justiça e a Polícia Federal detonando operações que apreendam celulares, computadores e o que mais pintar, vai ser difícil os donos e sócios preferenciais ficarem na defesa, como fez o PT com Lula

*

JUSTIÇAS (BR)

Superior Tribunal Federal começa a fazer História nas operações que tipo Lava Jato, já chamadas de 'Covidão'. Foram pra cima do governador do Rio, Witzel (PSC) e sua esposa, que ontem foram 'visitados' pela Polícia Federal e tiveram celulares e computadores apreendidos

cesar@cesarneto.com

São Paulo tem 6,4 mil mortes e 86 mil casos de coronavírus

O número de mortes pelo novo coronavírus no Estado de São Paulo chegou a 6.423 na terça-feira (26), incluindo 203 novas confirmações desde segunda-feira. A relação de casos e óbitos confirmados por cidade pode ser consultada em www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus.

Também há 86.017 pessoas com diagnóstico de COVID-19, com pelo menos um caso em 511 cidades. Destas, 244 tiveram no mínimo uma vítima fatal.

Há 12,2 mil pacientes internados em SP, sendo 4.779 em UTI e 7.506 em enfermaria. Até o momento já ocorreram 17.589 altas de pacientes que tiveram confirmação de COVID-19 e foram assistidos em hospitais de São Paulo.

A taxa de ocupação dos leitos de UTI reservados para atendimento a COVID-19 é de 74,5% no Estado de São Paulo e 87,7% na Grande São Paulo.

Perfil da mortalidade

Entre as vítimas fatais estão 3.754 homens e 2.669 mulheres. Os óbitos continuam concentrados em pacientes com 60 anos ou mais, totalizando 72,8% das mortes. Observando faixas etárias subdividas a cada dez anos, nota-se que a mortalidade é maior entre 70 e 79 anos (1.528 do total), seguida por 60-69 anos (1.484) e 80-89 (1.239).

Também faleceram 428 pessoas com mais de 90 anos. Fora desse grupo de idosos, há também alta mortalidade entre pessoas de 50 a 59 anos (936 do total), seguida pelas faixas de 40 a 49 (477), 30 a 39 (249), 20 a 29 (55) e 10 a 19 (17), e dez com menos de dez anos.

Os principais fatores de risco associados à mortalidade são cardiopatia (58,6% dos óbitos), diabetes mellitus (43%), doença neurológica (11,3%), doença renal (10,3%) e pneumopatia (9,6%). Outros fatores identificados são imunodepressão, obesidade, asma e doenças hematológica e hepática. Esses fatores de risco foram identificados em 5.207 pessoas que faleceram por COVID-19 (81,1%).

Metrô: Concessionárias distribuirão máscaras de proteção em duas comunidades da capital

Atentas às determinações sobre o uso preventivo de máscaras de proteção, a ViaQuatro e a ViaMobilidade, concessionárias responsáveis pela operação e manutenção das linhas 4-Amarela e 5-Lilás, do Metrô de São Paulo, doarão 18 mil máscaras para comunidades localizadas nas proximidades das duas linhas. O equipamento será o reutilizável, feito de tecido lavável.

A comunidade do Capão Redondo será a primeira beneficiada. Nesta quarta-feira (27), cerca de 9 mil unidades serão distribuídas às famílias atendidas pela ONG local Casa do Zezinho e à comunidade do entorno. As máscaras serão entregues na sede da entidade, das 9h às 15h.

Nos dias 28 e 29 de maio, outros 9 mil itens serão distribuídos na comunidade de Paraisópolis, com apoio da ONG local PróSaber. Nas ocasiões, as máscaras serão entregues às famílias atendidas pela entidade e à comunidade do entorno na sede da Organização, das 10h às 15h.

As equipes da área de sustentabilidade das concessionárias apoiarão os voluntários das ONGs no processo de distribuições dos equipamentos. "O uso de máscaras se tornou uma parte importante do combate à COVID-19 e a iniciativa das concessionárias tem o objetivo de ajudar as comunidades do entorno da estação na prevenção contra a doença", salienta Juliana Alcides, gestora de Sustentabilidade das empresas.

Recomendações de lavagem

– Deixar a máscara de molho por 30 minutos em mistura de 500 ml de água potável com 10 ml de água sanitária;
– Lavar com água e sabão e enxaguar;
– Estender para secar, preferencialmente ao sol;
– Passar com ferro quente e acondicionar em saco plástico fechado;
– Caso haja sinais de deterioração, descarte a máscara – não se esqueça de lavar mais uma vez antes.

Cidade de São Paulo recebe doação de 125 cestas básicas do Governo da Turquia

Por meio de uma articulação da equipe internacional da Prefeitura de São Paulo com o Consulado-Geral da Turquia, a cidade recebeu uma doação de 125 cestas básicas na última sexta-feira (22). A doação ocorreu com recursos da Agência Turca de Cooperação e Coordenação TIKA durante o Ramadan, o mês mais sagrado para os muçulmanos que aconteceu de 24 de abril a 23 de maio.

Na manhã da terça-feira (26), o secretário de Relações Internacionais, Luiz Alvaro Salles Aguiar de Menezes, participou de uma cerimônia simbólica com o cônsul-geral da Turquia, Serkan Gedik, na Cruz Vermelha Brasileira.

"No início da pandemia, recebemos a orientação do Prefeito Bruno Covas de buscar estratégias que contribuam com o combate do coronavírus na cidade e a equipe internacional tem encontrado apoio significativo nas comunidades estrangeiras. A doação da Turquia vai contribuir com todas as ações que buscam apoiar o nosso maior objetivo: salvar vidas", explicou Menezes.

Cooperação internacional

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Turquia completam 162 anos em 2020. O país é um parceiro estratégico para o Brasil, tanto nas relações econômicas quanto em temas sociais. Neste momento, a doação das cestas básicas fortalece o compromisso desta cooperação.

A cerimônia da doação também contou com a presença da coordenadora de Assuntos Internacionais Bilaterais da Prefeitura de São Paulo, Elizabeth Carmelita Affonso, do presidente da Cruz Vermelha, Jorge Wolney Atalla Junior, do assistente consular, Kerim Yiðit Okumuþ, e do conselheiro nacional da Cruz Vermelha, Luis Awazu.

Isolamento social é de 51%, aponta Sistema de Monitoramento Inteligente

O Sistema de Monitoramento Inteligente (SIMI-SP) do Governo de São Paulo mostra que o percentual de isolamento social no Estado foi de 51% na segunda-feira (25). O sistema é atualizado diariamente para incluir informações de municípios e pode ser acessado em www.saopaulo.sp.gov.br/coronavirus/isolamento.

A central de inteligência analisa os dados de telefonia móvel para indicar tendências de deslocamento e apontar a eficácia das medidas de isolamento social. Com isso, é possível apontar em quais regiões a adesão à quarentena é maior e em quais as campanhas de conscientização precisam ser intensificadas, inclusive com apoio das prefeituras.

O SIMI-SP é viabilizado por meio de acordo com as operadoras de telefonia Vivo, Claro, Oi e TIM para que o Governo de São Paulo possa consultar informações agregadas sobre deslocamento no Estado. As informações são agglutinadas e anonimizadas sem desrespeitar a privacidade de cada usuário. Os dados de georeferenciamento servem para aprimorar as medidas de isolamento social para enfrentamento ao coronavírus.

Estado disponibiliza serviço de apoio psicológico às pessoas com deficiência

Com o objetivo de promover o bem-estar emocional das pessoas com deficiência nesse momento de pandemia de COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus), a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência disponibiliza o TeleApoio, serviço de atendimento psicológico ao público por meios digitais.

A atividade é realizada por psicólogos e assistentes sociais, entre outros profissionais da área da inclusão, e funciona com abrangência estadual, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, o atendimento pode ser feito por e-mail, telefone ou aplicativo (WhatsApp).

A ação é realizada pelo Centro de Tecnologia e Inovação, equipamento da pasta, e tem como objetivo acolher e orientar a pessoa com deficiência que está passando por problemas emocionais, como desânimo, estresse ou falta de motivação, em razão da pandemia.

Serviço

TeleApoio para pessoas com deficiência
E-mail: faleconosco@cti.org.br
Telefone: (11) 3641-9026
WhatsApp: (11) 99841-6685

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Contas externas têm saldo positivo de US$ 3,840 bilhões em abril

As contas externas registraram saldo positivo pelo segundo mês consecutivo, informou na terça-feira (26) o Banco Central (BC). Em abril, o superávit em transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda do Brasil com outros países, chegou a US$ 3,840 bilhões, o maior valor da série histórica mensal iniciada em janeiro de 1995.

Em abril de 2020, houve déficit de US$ 1,910 bilhão. "Na comparação com o déficit de US$ 1,9 bilhão ocorrido em abril de 2019, contribuíram, principalmente, os recuos no déficit em renda primária (lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários) de US$ 2,3 bilhões, e em serviços, de US$ 2,1 bilhões, além da elevação do superávit da balança comercial, de US$1,3 bilhão", informou o BC, ao comparar os resultados de abril deste ano com o mesmo mês de 2019.

O déficit em transações correntes do primeiro quadrimestre de 2020 somou US$ 11,877 bilhões, recuo de 29,9% em relação aos US$ 16,953 bilhões registrados de janeiro a abril de 2019. O déficit em transações correntes nos 12 meses encerrados em abril de 2020 somou US$ 44,4 bilhões, o que corresponde a 2,61% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país).

Balança comercial

As exportações de bens totalizaram US$ 18,359 bilhões em abril e as importações, US$ 11,923 bilhões, resultando no superávit comercial de US$ 6,437 bilhões, contra US$ 5,125 bilhões em igual mês do ano passado. De janeiro a abril, o superávit comercial chegou a US$ 9,626 bilhões, ante US$ 12,681 bilhões do mesmo período de 2019.

Serviços

O déficit na conta de serviços (viagens internacionais, transporte, aluguel de equipamentos, entre outros) atingiu US$ 1,208 bilhão em abril, ante US$ 3,296 bilhões em igual período de 2019. Nos quatro meses do ano, o saldo negativo chegou a US$ 8,063 bilhões, resultado menor que o registrado de janeiro a abril de 2019, de US$ 10,839 bilhões.

Viagens internacionais

A maior contribuição para essa retração em serviços vem da redução de 91,2% nas despesas líquidas (descontada as receitas) de viagens, que totalizaram US$ 90 milhões em abril de 2020, contra US$ 1,021 bilhão em abril de 2019. As restrições de circulação devido à pandemia da covid-19 afetaram o resultado da conta.

Em abril, as receitas de estrangeiros em viagem ao Brasil chegaram a US$ 113 milhões, com recuo de 76% em relação ao mesmo período de 2019, enquanto as despesas de brasileiros no exterior ficaram em US$ 612 milhões, queda de 86,4%, na mesma comparação.

No acumulado do ano até abril, o saldo negativo da conta de viagens (receitas e despesas) é de US$ 1,576 bilhão, contra US$ 3,528 bilhões primeiro quadrimestre de 2019.

Segundo o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a redução do número de voos e a alta do dólar foram os aspectos responsáveis pelo impacto na conta de viagens. "Claro que majoritariamente as pessoas que iam fazer viagens a turismo ou a negócio não estão fazendo por causa da pandemia", disse. Ele acrescentou que quem teve que manter a viagem, mesmo em meio à pandemia, teve o impacto do dólar mais caro.

Em maio, até a última quinta-feira (21), a conta de viagens gerou receitas US$ 98 milhões e despesas de US$ 177 milhões, com déficit de US$ 79 milhões.

Rendas

Em abril de 2020, o déficit em renda primária (lucros e dividendos, pagamentos de juros e salários) chegou a US$ 1,557 bilhão, contra US$ 3,864 bilhões em igual período de 2019. No primeiro quadrimestre, o saldo negativo ficou em US$ 13,871 bilhões, ante US$ 19,110 bilhões em igual período do ano passado.

A conta de renda secundária (gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens) teve resultado positivo de US$ 168 milhões, contra US$ 125 milhões em abril de 2019. No primeiro quadrimestre chegou a US$ 432 milhões, ante US$ 315 milhões em igual período de 2019.

Investimentos

Os ingressos líquidos em investimentos diretos no país (IDP) somaram US$ 234 milhões no mês de abril, ante US$ 5,107 bilhões em abril de 2019. O resultado de abril foi o menor desde julho de 2016, quando houve saída de US$ 103 milhões. Na observação somente dos meses de abril, é o menor valor de investimento estrangeiro direto desde 1995, quando ficou em US$ 168 milhões.

De acordo com Fernando Rocha, a percepção do BC é que houve um adiamento dos investimentos diretos em abril e não um cancelamento. Ele disse que as empresas podem estar optando por manterem recursos disponíveis (liquidez) no momento da crise causada pela pandemia até que as incertezas diminuam. "Parece ser adiamento das operações no mês em que se concentraram muitas incertezas sobre o que está acontecendo na economia brasileira e mundial", disse.

No primeiro quadrimestre, o IDP chegou a US$ 18,043 bilhões, ante US$ 23,395 bilhões de janeiro a abril de 2019. Nos 12 meses encerrados em março de 2020, o IDP totalizou US$ 73,2 bilhões, correspondendo a 4,31% do PIB, em comparação a US$ 78,1 bilhões (4,48% do PIB) no mês anterior.

Os dados do BC também mostram saída líquida (descontada a entrada) de investimento em carteira no mercado doméstico de US$ 7,313 bilhões, contra US$ 547 milhões de saída líquida em igual período de 2019. No caso das ações e fundos de investimento, a saída totalizou US$ 2,443 bilhões. A saída líquida de títulos foi maior, chegou a US$ 4,870 bilhões.

No primeiro quadrimestre deste ano, houve saídas líquidas de US$ 31,448 bilhões nesses tipos de investimento, contra a entrada líquida (entrada maior que a saída) de US$ 9,962 bilhões observados em igual período de 2019.

Previsões

O BC espera que as contas externas continuem a apresentar saldo positivo em maio. Para este mês, a estimativa para o resultado em transações correntes é de superávit de US$ 3,1 bilhões, enquanto a de IDP é de ingressos líquidos de US$ 1,5 bilhão. Neste mês, até o dia 21, o IDP chegou a US$ 1,266 bilhão. (Agencia Brasil)

Órgãos federais terão de apresentar estudos para compras e obras

A partir de julho, os órgãos e as entidades da administração pública federal terão de apresentar estudos técnicos preliminares (ETP) se quiserem comprar bens ou contratarem serviços e obras. A exigência consta de instrução normativa publicada na terça-feira (26) no Diário Oficial da União.

A obrigação valerá tanto para a administração direta (ministérios) como para fundações e autarquias. Os estudos terão de demonstrar a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da licitação. O documento servirá de base para o anteprojeto, o termo de referência e, caso se constate a viabilidade da contratação, ao projeto.

Segundo a Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, a medida melhorará o planejamento e a gestão das contratações públicas, que movimentam cerca de R$ 48 bilhões por ano. Com a apresentação dos estudos, o governo pretende diminuir o desperdício de recursos públicos.

Os estudos serão inseridos no Sistema ETP Digital, que será lançado em julho, assim que a exigência entrar em vigor. A ideia, segundo o ministério, consiste em facilitar o compartilhamento das informações e permitir que uma instituição consulte o trabalho de outro órgão numa necessidade de aquisição comum aos dois.

Os ETP deverão justificar a necessidade da contratação, divulgar o levantamento de mercado (com análise das opções possíveis) e trazer os resultados pretendidos e o posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. Os estados e os municípios que usam o Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet) poderão usar as informações dos planejamentos realizados pelos órgãos federais. (Agencia Brasil)

REAL AI PIC SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ: 02.643.896/0001-52 - NIRE: 35.300.172.043
FATO RELEVANTE

A **Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre D, 24º andar, Sala 94, Complexo JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 02.643.896/0001-52, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.172.043 ("Emissora" ou "Companhia"), nos termos do disposto no Art. 17 da Instrução da CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625"), comunica aos titulares dos CRI da sua 2ª Emissão e ao mercado em geral que a Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão da Companhia, convocada para o dia 1 de junho de 2020, às 16h ("Assembleia", "Titulares de CRI" e "Emissão", respectivamente), conforme convocações publicadas nos dias 09, 12 e 13 de maio de 2020, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal o Dia e no jornal Valor Econômico, será realizada exclusivamente de modo digital, com a realização de vídeo conferência online através da plataforma Microsoft Teams. O link para acesso da plataforma será disponibilizado pela Companhia ate 1 (um) dia antes da data marcada para a Assembleia. Os Titulares de CRI poderão enviar aos endereços eletrônicos ana.camilo@wtorre.com.br, rodrigo.klaus@wtorre.com.br, alexandre.jajah@wtorre.com.br, marcelo.mensitieri@navarro.adv.br, leticia.santos@navarro.adv.br e fiduciario@planner.com.br, preferencialmente, com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, os seguintes documentos: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação dos Titulares de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes for específicos para sua representação na Assembleia Geral de Titulares de CRI, obedecidas as condições legais. Os Titulares de CRI ou seus representantes legais, munidos dos documentos exigidos acima, poderão participar da assembleia ainda que tenha deixado de depositá-los previamente, desde que os apresente até o horário estipulado para a abertura dos trabalhos, conforme § 2º, Art. 4º da ICVM 625. Nos termos do Art. 3º da ICVM 625, será admitido o envio de instrução de voto previamente à realização da assembleia. O modelo de instrução de voto segue anexo ao presente comunicado, e o titular de CRI que desejar preenchê-lo com seus dados e instrução de voto, deverá encaminhar à Companhia e ao Agente Fiduciário, aos endereços eletrônicos ana.camilo@wtorre.com.br, rodrigo.klaus@wtorre.com.br, alexandre.jajah@wtorre.com.br, e fiduciario@planner.com.br, de forma que sua presença e cômputo de voto sejam contabilizados à assembleia. Os Titulares de CRI que tiverem o envio da instrução de voto mencionada e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da instrução de voto de forma prévia pelo titular do CRI ou por seu representante legal e a posterior participação da assembleia através de acesso ao link, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, devendo o titular de CRI ou seu representante legal, manifestarem seu voto no ato de realização da assembleia. São Paulo, 26 de maio de 2020. **Francisco Geraldo Caçador** - Diretor de Relações com Investidores. http://www.wtorre.com.br/relacaoinvestidores/pic - 55 11 [-]

MANIFESTAÇÃO DE VOTO
REAL AI PIC SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS S.A. -
CNPJ/ME nº 02.643.896/0001-52 - NIRE: 35.300.172.043

_____, inscrito(a) no CPF/ME (ou CNPJ/ME) sob o nº _____, vem por meio deste manifestar seu voto nas matérias constantes da ordem do dia da **Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão da Real AI Pic Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A.** ("Securitizadora" e "Companhia", respectivamente), sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Torre D, 24º andar, Sala 94, Complexo JK, Vila Nova Conceição, CEP 04543-011, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 02.643.896/0001-52, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE nº 35.300.172.043 ("Emissora"), a ser realizada no dia 1 de junho de 2020, às 16h, por video conferência online na plataforma Microsoft Teams, com relação às matérias abaixo expostas:

Matéria	Voto
(i) Autorizar a suspensão do pagamento das indenizações, conforme previstas no Contrato de Comodato Modal, celebrado em 20 de março de 1998, conforme aditado em 07 de julho de 1999, entre a **Administração e Participações Walter Torre Junior Ltda.**, sociedade inscrita no CNPJ/ME sob o nº 58.338.427/0001-50, incorporada pela EPI-2 em 16 de fevereiro de 2007, que por sua vez, foi incorporada em 30 de dezembro de 2007, pela **Montecristo do Brasil Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pequetita, nº 145, 7º andar, Conjunto 73, Sala 18, Vila Olímpia, CEP 04.552-907 ("Montecristo") e a **Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Estrada Marginal da Via Anchieta, S/N, Km 23,5, Ala 17, Demarchi, CEP 09823-901 ("Volkswagen" e "Contrato", respectivamente), nos termos de notificação datada de 30 de abril de 2020, encaminhada pela Volkswagen à Emissora, que informa a suspensão do pagamento das indenizações previstas no Contrato, referente aos próximos 3 meses de competência (maio, junho e julho de 2020), os quais serão devidamente quitados pela Volkswagen nos 3 (três) primeiros meses do próximo ano, com a incidência do Índice Geral de Preços do Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM/FGV") no período, da seguinte forma: **Parcelas Devidas** **Período de aplicação do IGPM/FGV** **Data de Pagamento** maio/2020 Até dezembro/2020 15/01/2021 junho/2020 Até janeiro/2021 15/02/2021 julho/2020 Até fevereiro/2021 15/03/2021	APROVAR ( ) REPROVAR ( ) ABSTENÇÃO ( ) CONFLITO ( )
(ii) E, consequentemente, a carência no pagamento de remuneração e de amortização do CRI, contados a partir da parcela prevista para pagamento em 17 de junho de 2020, inclusive, até a parcela prevista para pagamento em 17 de agosto de 2020, inclusive, conforme disposto no Termo de Securitização, sendo certo que até a próxima parcela a ser paga em 17 de setembro de 2020, exclusive, incidirão juros remuneratórios e atualização monetária sobre o valor nominal unitários dos CRI, nos termos do Termo de Securitização; e	APROVAR ( ) REPROVAR ( ) ABSTENÇÃO ( ) CONFLITO ( )
(iii) Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para praticar todos os atos e celebrar todos documentos necessários ao cumprimento das ordens do dia acima, incluindo, mas não se limitando, a realizar os aditamentos do Contrato e do Termo de Securitização, a fim de refletir o quanto aprovado na AGCRI.	APROVAR ( ) REPROVAR ( ) ABSTENÇÃO ( ) CONFLITO ( )

_____, _____ de _____ de 2020.

Assinatura
Nome do Titular de CRI:
CPF/CNPJ:

Petrobras aumenta diesel em 7% e gasolina em 5% nas refinarias

A Petrobras anunciou, na terça-feira (26), que subirá os preços do litro do diesel em 7% e da gasolina em 5%. Os novos valores valem a partir desta quarta-feira (27). Apesar dos aumentos, no acumulado do ano, a gasolina acumula redução de 30,9% e o diesel, redução de 35,4%. As informações são da assessoria da empresa.

Com o aumento de 7%, ou R$ 0,10 por litro, o preço médio do diesel da Petrobras para as distribuidoras passará a R$ 1,51 por litro. O aumento de 5% da gasolina representará R$ 0,06 por litro, representando preço médio de R$ 1,32 por litro às distribuidoras.

Segundo levantamento semanal da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), entre os dias 10 e 16 de maio, o preço médio da gasolina comum no país foi de R$ 3,808. O diesel S-500, foi de R$ 3,055. O etanol, de R$ 2,548. E o gás de cozinha, de R$ 69,50, para o botijão de 13 kg.

Os preços são referentes ao valor vendido para as distribuidoras a partir das refinarias. O valor final ao motorista dependerá do mercado, já que cada posto tem sua própria política de preços, sobre os quais incidem impostos, custos operacionais e de mão de obra.

"Nossa política de preços para a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras tem como base o preço de paridade de importação, formado pelas cotações internacionais destes produtos mais os custos que importadores teriam, como transporte e taxas portuárias, por exemplo. A paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos", explica, em nota, a estatal.

Segundo a companhia, a gasolina e o diesel vendidos às distribuidoras são diferentes dos produtos no posto de combustíveis. São os combustíveis tipo A: gasolina antes da sua combinação com o etanol e diesel sem adição de biodiesel. "Os produtos vendidos nas bombas ao consumidor final são formados a partir do tipo A misturados a biocombustíveis." (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Opas: América Latina é novo epicentro da covid-19

A América Latina é considerada o novo epicentro da pandemia de covid-19 e a projeção é de que o Brasil pode chegar a 88,3 mil óbitos em agosto deste ano.

A conclusão é da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), divulgada na terça-feira (26) em entrevista coletiva semanal sobre o novo coronavírus, realizada de forma virtual. A organização ressaltou a importância de atenção à associação da covid-19 com outras doenças não transmissíveis, como câncer, diabetes, hipertensão e obesidade.

A diretora da Opas, Carissa Etienne, disse que a organização utiliza um modelo próprio de projeções diárias para respaldar a avaliação das necessidades dos países e que o modelo tem limitações, mas projeta cenários que variam de acordo com a resposta de cada país à pandemia.

"Na América do Sul, o Brasil, o Peru, o Chile, o Equador e a Venezuela seguem aumentando (os números de casos diários e mortes). Bolívia e Paraguai mostram uma diminuição pequena. Mas, no Brasil, o modelo informa que as mortes diárias apresentam um aumento exponencial, chegando, no dia 4 de agosto, a 88.300 mortes. É o que se projeta", afirmou Carissa.

A América Latina ultrapassou a Europa e os Estados Unidos em número diário de infecções pelo novo coronavírus. São números menores do que a realidade, suspeitam os especialistas da Opas. A diretora ressaltou que dois dos três países no mundo com maior número de casos registrados se encontram atualmente nas Américas (Estados Unidos e Brasil).

"Na América do Sul, estamos especialmente preocupados com o número de casos novos registrados na semana passada no Brasil, que foi o mais alto durante um período de sete dias, desde que começou o surto. Peru e Chile registraram também uma alta incidência, sinal de que a transmissão ainda está acelerando nesses países", afirmou.

Segundo Carissa, para a maioria dos países das Américas, este não é o momento de flexibilizar as restrições e reduzir as estratégias de prevenção. "É o momento de seguir fortes, vigilantes e implementar agressivamente as medidas de saúde pública comprovadas. A vida e o bem-estar de milhões de pessoas em nossa região dependem disso."

Distanciamento

O vice-diretor da Opas, Jarbas Barbosa, ressaltou a importância das medidas de distanciamento para achatar a curva de contaminação do vírus e reduzir a velocidade de transmissão.

"Já temos experiências de países e cidades em que, quando a transmissão ocorre sem medidas para deter a velocidade (de propagação), os serviços de saúde podem e vão ter suas capacidades esgotadas. E é muito importante também revisar o que está acontecendo com a adoção das medidas, porque, para que se tenha sucesso, é importante a adesão da população. Ao mesmo tempo, tem que ampliar a capacidade de testar. Testar todos os pacientes suspeitos, os que tiveram contatos com esses pacientes e isolá-los de maneira adequada - essa é uma maneira muito efetiva de seguir detendo a transmissão do vírus. E o terceiro pilar é uma boa preparação dos serviços de saúde. Essa é a combinação que pode propiciar que o país tenha a redução que precisa", afirmou.

Barbosa destacou também a trajetória de propagação do novo coronavírus, começando na Ásia e se espalhando por Europa e América do Norte, chegando depois na América Latina.

"Os países da América Latina tiveram um período de preparação, e isso foi muito importante, pois muitos países implementaram seus planos e adotaram medidas de distanciamento social, que retardaram a transmissão. Mas, agora, temos uma transmissão muito forte e, por isso, é necessário chamar a atenção de todos os ministérios de saúde, para avaliar a efetividade das medidas que estão adotando. Vamos ter semanas duras por diante", disse o vice-diretor.

Informações corretas

O diretor do Departamento de Doenças Transmissíveis da Opas, Marcos Espinal, afirmou que a América Latina é uma região de grande iniquidade e que é importante que as pessoas recebam informações corretas. "Estamos em uma pandemia com um vírus muito difícil, mas também há muitas notícias falsas e é importante educar as pessoas sobre os fatos reais."

Espinal afirmou que a Opas está preocupada com Brasil e que o mais importante agora é aumentar o número de testes. "As previsões para o Brasil, não só no modelo da Opas, mas em vários modelos, mostra que se a epidemia segue em aumento".

Associação a outras doenças

A diretora da Opas chamou a atenção para o impacto desproporcionado que o novo coronavírus tem em pessoas que sofrem de doenças não transmissíveis como hipertensão, doenças cardiovasculares, diabetes, câncer, asma e outras doenças respiratórias, além da obesidade.

"Nunca vimos uma relação tão nefasta entre uma doença infecciosa e as não transmissíveis. Alguns dados são verdadeiramente alarmantes, especialmente em nossa região, onde há muitíssimas doenças não transmissíveis. Estudos na China mostram que mais de 28% dos pacientes com câncer que contraíram a covid-19 morreram, comparado com somente 2% do total de pacientes. Há 1,2 milhão de pessoas que vivem com câncer na América Latina e no Caribe", relatou Carissa.

Outra fonte de preocupação é com os fumantes. "Fumar causa câncer, doenças pulmonares e está associado diretamente à redução da capacidade respiratória. Aliás, fumar aumenta a probabilidade de se desenvolver uma doença grave, resultado da covid 19. Cerca de 15% dos adultos nas Américas ainda fuma e podem enfrentar esse risco." (Agencia Brasil)

EUA já têm 98 mil mortos por covid-19

Os Estados Unidos registraram 505 mortos devido à Covid-19 nas últimas 24 horas, elevando para 98.184 o número total de óbitos desde o início da epidemia no país, informou a Universidade Johns Hopkins.

O número de casos confirmados no país é de 1.662.375, com mais 21.403 novas infecções desde o dia anterior, de acordo com os números contabilizados diariamente pela universidade, sediada em Baltimore.

Este é o segundo dia consecutivo em que os Estados Unidos notam uma diminuição do número de mortos e de novos casos, com menos 133 mortes que no dia anterior.

Os Estados Unidos são de longe o país com mais vítimas mortais em todo o mundo e mais casos de infecções confirmadas. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Caixa pagou R$ 70,8 bilhões em auxílio emergencial

MAURICIO PICAZO GALHARDO

MERCADOS

Brasil alcançou a marca de 60 mercados externos abertos para produtos agropecuários desde janeiro de 2019. O mais recente é a habilitação de estabelecimentos para venda de lácteos para a Tailândia. Entre outros produtos que serão exportados estão melão para China (primeira fruta brasileira para o país asiático), castanha de baru para Coreia do Sul, gergelim para a Índia, castanha do Brasil para Arábia Saudita e material genético avícola para diversos países.

ONLINE

O serviço de habilitação de médicos veterinários da iniciativa privada para atuação no Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT), do Ministério da Agricultura, (Mapa), passou à partir do dia (19), a ser realizado de forma online no Portal Gov.Br. Além da habilitação, será possível solicitar a atualização cadastral e a desabilitação.

ZONEAMENTO

Foram publicadas no Diário Oficial da União das portarias com o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (Zarc), ano-safra 2020/2021, para o cultivo de amendoim para todas as unidades da Federação e também para o plantio do consórcio milho com braquiária de 1º safra no Distrito Federal e em 14 estados.

OPORTUNIDADES

Dando continuidade à iniciativa de debate com atores das principais cadeias de valor da sociobiodiversidade da Amazônia, foi realizado na última semana o terceiro workshop virtual dos Diálogos Pró-Açaí, uma iniciativa do Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável, parceria entre o Ministério da Agricultura, por meio da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF), e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável (GIZ).

DOÇURA

Trabalho de polinização garante 1/3 da produção mundial de alimentos. Esses insetos são fundamentais para a economia e a ecologia, já que seu trabalho de polinização garante 1/3 da produção mundial de alimentos. Em 20 de maio foi comemorado o Dia Mundial das Abelhas. O Instituto Biológico é a única instituição pública do País que fornece abelhas rainhas para os apicultores. O trabalho é realizado em Pindamonhangaba, interior paulista. Os produtores de todo o Brasil podem encomendar abelhas rainhas virgens e fecundadas e recebê-las na propriedade, pelos Correios.

APOIO

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo apoia a campanha para incentivar o uso de etanol, junto aos brasileiros que precisam sair de casa e usar seus veículos, lançada no último dia 12 de maio pelo sistema FAESP/Senar-SP e sindicatos rurais. A campanha "Na hora de abastecer, escolha ETANOL" visa chamar atenção para a relevância desse setor, que é o maior do agronegócio paulista.

CITROS

A safra de laranjas 2019/2020 no cinturão citrícola foi, aproximadamente, 35% maior que a anterior, graças à ciência agronômica que viabiliza a produção de citros com qualidade praticamente o ano todo. Atualmente, no estado de São Paulo, graças às pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Agronômico (IAC), da Secretaria de Agricultura, há oferta de variedades de citros praticamente durante todo o ano.

500 DIAS

Nos primeiros 500 dias do Governo João Doria, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo inovou a sua gestão e a forma de atuação para fortalecer um dos mais competitivos ecossistemas agro do mundo. As ações foram pautadas pelo Macro Programa "Cidadania no Campo 2030", que tem como pilares Saudabilidade e Segurança dos alimentos; Infraestrutura no Campo; Produção, Distribuição e Consumo Sustentável; Inovação; Empreendedorismo; e Agro SP Sustentável.

PESQUISA

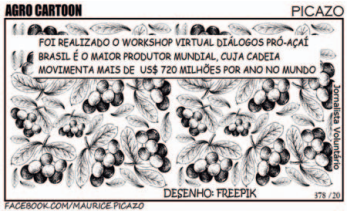
Unidades de pesquisa da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura, vêm realizando colheitas de grãos ligadas a diversos experimentos. No Polo de Pindorama da APTA, a colheita de amendoim realizada nas últimas semanas deverá trazer informações importantes sobre novas cultivares.

MUDANÇA

Tema tratado no Agro Cartoon 376, a medida provisória (MP) 910, perdeu a vigência em 19/5, porque foi objeto de polêmica, entre a bancada ambientalista e a do agronegócio, e não foi votada pelo Congresso Nacional até 19 de maio. Agora foi transformada em Projeto de Lei (PL) 2633/2020.

EDITOR

O jornalista Mauricio Picazo Galhardo tem 62 anos, é paulistano do bairro do Brás. Esteve por dois anos morando no exterior; na República Oriental do Uruguai, República do Paraguai e República Argentina. Em 2013 se interessou pelo setor do agronegócio, e agora tem esta coluna semanal de noticias do agronegócio em geral. Também é o autor do quadrinho semanal Agro-Cartoon, publicado no site: www.agro-cartoons.blogspot.com.br. Email: mauricio.picazo.galhardo@hotmail.com



A Caixa Econômica Federal pagou R$ 70,8 bilhões de auxílio emergencial, somadas ambas as parcelas, informou na terça-feira (26) o presidente do banco, Pedro Guimarães. No total, 56,9 milhões de pessoas receberam alguma parcela do benefício desde que o programa foi criado, em abril, para ajudar as pessoas a enfrentar os impactos da crise causada pela covid-19.

Considerando apenas a segunda parcela, que começou a ser paga há uma semana, 44,2 milhões de brasileiros receberam R$ 30,9 bilhões. O auxílio emergencial é de R$ 600 (R$ 1,2 mil para mães solteiras), por parcela.

Do total pago até agora, R$ 25,8 bilhões foram para beneficiários do Bolsa Família, R$ 14 bilhões para aqueles inscritos no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e R$ 31 bilhões para trabalhadores informais que se cadastraram pelo site auxilio.caixa.gov.br ou pelo aplicativo Caixa Auxílio Emergencial.

O banco recebeu 106,3 milhões de solicitações de cadastro no aplicativo e no site, das quais 101,2 milhões foram processadas até agora. O cadastro no programa pode ser feito até o dia 3 de junho.

Do total de cadastros processados, 59 milhões foram considerados elegíveis e 42,2 milhões inelegíveis. Cerca de 10,1 milhões de pessoas ainda aguardam para saber se terão o benefício: 5,1 milhões de cadastros estão em análise e outros 5 milhões em reanálise, quando o cadastro foi considerado inconsistente e a Caixa permitiu a correção de informações.

Saques

Na terça-feira, puderam sacar o auxílio emergencial 2,6 milhões de pessoas. Desse total, 700 mil tiveram a primeira parcela liberada no último dia 15 e 1,9 milhão de beneficiários do Bolsa Família estão recebendo a segunda parcela. O calendário escalonado de retiradas obedece ao mês de nascimento, no caso da retirada da primeira parcela, e do final do Número de Inscrição Social (NIS) para os inscritos no Bolsa Família.

Os trabalhadores informais e os inscritos no CadÚnico estão recebendo o benefício apenas por meio da conta poupança digital e só poderão sacar ou transferir o dinheiro a partir de sábado (30), conforme o mês de nascimento. Até lá, o auxílio emergencial só poderá ser movimentado por meio do aplicativo Caixa Tem, que permite o pagamento de boletos bancários, de contas domésticas (água, luz, telefone e gás) e compras em estabelecimentos parceiros.

Segundo Guimarães, foram registradas poucas filas nas agências hoje. O principal motivo, explicou ele, é a crescente utilização do aplicativo Caixa Tem e do cartão de débito virtual para movimentar as contas poupança digitais. "Aos poucos, a população está aprendendo a usar o aplicativo para pagar contas e fazer compras", disse.

Em relação ao cartão de débito, o vice-presidente de Tecnologia da Caixa, Cláudio Salituro, disse que na segunda-feira (25) foram registradas 644,1 mil transações por débito, no valor total de R$ 244,2 milhões. O pagamento de boletos e de contas domésticas pelo Caixa Tem somou 1,5 milhão de transações, no valor de R$ 475 milhões.

O presidente da Caixa reforçou que não é preciso chegar de madrugada nas agências para garantir o atendimento. O banco tem informado que atenderá todas as pessoas que chegarem às agências no horário, das 8h às 14h.

Calendário

Na terça, puderam sacar a primeira parcela em dinheiro os beneficiários nascidos em setembro. Nesta terça-feira (27) sacarão os aniversariantes de outubro; na quinta-feira (28), os nascidos em novembro; e, na sexta-feira (29), os aniversariantes de dezembro.

A Caixa concluiu o depósito da segunda parcela nas contas digitais para trabalhadores autônomos e pessoas inscritas no CadÚnico. Receberam o dinheiro os beneficiários nascidos em novembro e dezembro.

O calendário para saques da segunda parcela é diferente do calendário do crédito nas contas digitais e começa no sábado (30), para os nascidos em janeiro. Em 1º de junho, os saques serão permitidos para quem nasceu em fevereiro, seguindo nessa ordem até 13 de junho para os nascidos em dezembro. No dia 7 de junho (domingo) não haverá saques. (Agencia Brasil)

Em queda pela quinta sessão, dólar fecha no menor valor em um mês

Em um dia de alívio nos mercados internacionais, o dólar fechou no menor valor em quase um mês. A bolsa de valores (B3) oscilou bastante ao longo da sessão, mas encerrou com pequena queda.

O dólar comercial encerrou a terça-feira (26) vendido a R$ 5,36, com recuo de R$ 0,098 (1,8%). Na mínima do dia, o dólar chegou a ser vendido a R$ 5,33, mas a queda desacelerou perto do fim da sessão. A cotação fechou no menor nível desde 29 de abril (R$ 5,355). A moeda norte-americana acumula a alta de 33,57% em 2020.

O euro comercial fechou o dia vendido a R$ 5,879, com recuo de 0,87. A libra comercial caiu 0,43% e terminou a sessão vendida a R$ 6,612.

O Banco Central (BC) interveio pouco no mercado de terça-feira (26). A autoridade monetária ofertou até US$ 620 milhões para rolar (renovar) contratos de swap cambial – venda de dólares no mercado futuro – que venceriam em julho.

Bolsa de valores

No mercado de ações, o dia foi marcado pela volatilidade. O Ibovespa, índice da B3 (bolsa de valores brasileira), fechou o dia aos 85.469 pontos, com queda de 0,23%. A bolsa chegou a operar com alta de 1,95% pela manhã, mas passou a oscilar ao longo do dia até chegar perto da estabilidade.

O Ibovespa descolou-se do mercado norte-americano. O índice Dow Jones, da Bolsa de Nova York, fechou a terça-feira com alta de 2,17%. O índice de confiança do consumidor norte-americano apresentou leve recuperação em maio, depois de uma queda em abril.

O anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que duas vacinas contra o novo coronavírus (covid-19) estão sendo testadas em humanos e da reabertura do turismo estrangeiro na Itália em junho e na Espanha em julho também animou os mercados. Paralelamente, o Reino Unido estuda a reabertura do comércio no próximo mês.

Há várias semanas, mercados financeiros em todo o planeta atravessam um período de nervosismo por causa da recessão global provocada pelo agravamento da pandemia do novo coronavírus. Nos últimos dias, os investimentos têm oscilado entre possíveis ganhos com o relaxamento de restrições em vários países da Europa e em regiões dos Estados Unidos e contratempos no combate à doença. (Agencia Brasil)

Governo cria protocolos para frigoríficos atuarem durante a pandemia

Deve ser publicado nesta quarta-feira (27) a portaria e a instrução normativa estabelecendo os cuidados que frigoríficos devem manter quanto à covid-19. As regras serão obrigatórias e foram elaboradas em conjunto pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e da Saúde e a Secretaria de Trabalho e Emprego do Ministério da Economia, com a participação da Procuradoria-Geral do Trabalho.

O anúncio foi feito pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, em audiência virtual à Comissão Externa do Coronavírus da Câmara dos Deputados.

Em menos de um mês, é a segunda vez que o governo se dirige ao setor produtivo de proteína animal por causa da pandemia. No dia 11 de maio, o Mapa publicou o Manual com orientações para frigoríficos em razão da pandemia da Covid-19. As 70 medidas descritas no manual são facultativas.

De acordo com o Mapa, o Brasil tem conseguido ampliar o mercado para proteína animal apesar da pandemia. Na segunda-feira (25), o governo comemorou a decisão da Tailândia de abrir seu mercado para carne bovina com osso, carne desossada e miúdos comestíveis de bovino. Cinco estabelecimentos frigoríficos já foram aprovados para exportar.

Nas contas do ministério, mais de 60 mercados externos foram abertos para os produtos agropecuários brasileiros desde janeiro de 2019, o que totaliza mais de 700 habilitações para venda de produtos da cadeia do agronegócio. (Agencia Brasil)

Maia diz que grande desafio do momento é derrotar o coronavírus

Em discurso na abertura de sessão extraordinária deliberativa virtual de terça-feira (26), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), salientou que o grande desafio do momento "é derrotar o coronavírus, vencer a gravíssima crise social e econômica que está à nossa frente, preservando a nossa democracia". Maia ressaltou que o país passa por um "momento crítico" e pediu "diálogo" e "harmonia entre os Poderes".

O discurso, "em nome do Parlamento brasileiro", fez aceno para o governo federal e também para o Poder Judiciário. "Dialogar é da natureza do Parlamento. Por isso, vejo com naturalidade o esforço do governo federal para ampliar sua base política. Ao invés de ser criticado, esse esforço deve ser respeitado. O sistema democrático exige a convivência republicana entre Executivo e Legislativo."

Vítimas

Ao abrir seu discurso, Maia se solidarizou com os familiares de vítimas do coronavírus, citando o número de 400 mil mortos, em todo o mundo, em

Foto/Najara Araújo

razão do vírus, e as mais de 23 mil vítimas do coronavírus no Brasil nos últimos três meses.

"Falo em nome da Câmara dos Deputados para as famílias que perderam seus entes queridos e que não puderam se despedir dos seus entes queridos. E para quem ficou, que não pode receber abraços nesse momento", disse.

Maia homenageou ainda os profissionais de saúde que trabalham no combate a pandemia, aos quais chamou de heróis, e lembrou que muitas vezes esses profissionais "deixam suas famílias para trabalhar e atuam em situação de risco, muitas vezes sem condições adequadas".

Relação entre os poderes

Maia ainda lembrou que se reuniu recentemente com o presidente da República, Jair Bolsonaro, e foi recebido "com elegância e cordialidade, como mandam os ritos", e que também tem bom relacionamento com os ministros. "Mantenho diálogos institucionais permanentes com o Executivo federal. Nos momentos mais tensos das relações entre os Poderes, mesmo criticado, sempre coloquei acima de tudo o interesse nacional. Nunca desisti de construir pontes e de destruir muros."

Aos ministros do Supremo Tribunal Federal, Maia disse que o Parlamento "respeita e cumpre as decisões judiciais, mesmo quando delas discorda", afirmou ao salientar que "é isso o que determina a carta constitucional, e todos juramos respeitá-la."

Em tom conciliador, o presidente da Câmara dos Deputados enfatizou que por causa da crise provocada pelo novo coronavírus "a nação exige que tenhamos prudência e postura". "Exige que estejamos à altura dos combates que já foram e que ainda serão travados." Para Maia, a expectativa da população é a manutenção de um "diálogo construtivo entre as instituições e para com a sociedade". "Os brasileiros exigem de nós trabalho e respeito pelos que mais sofrem. É preciso estar à altura das expectativas de nosso povo."

No discurso, Maia ainda fez um balanço das medidas aprovadas pelo Congresso Nacional para combate ao coronavírus e atenuação da crise provocada, como o pagamento da ajuda emergencial à população mais vulnerável, financiamento a micro, pequenas e médias empresas, além do socorro a estados e municípios.

O presidente da Câmara também voltou a defender o isolamento social como medida eficaz para combater a disseminação do novo coronavírus. "Quarentena e isolamento social não derrubam a economia. Quem derruba a economia é o vírus. A quarentena salva vidas". (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Angico Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 23.881.499/0001-99

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial	2019	2018
Ativo/Circulante	16.345	7.199
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	11.764	4.832
Contas a receber (Nota 8)	4.381	2.205
Impostos a recuperar	7	6
Adiantamentos a fornecedores	29	73
Despesas antecipadas (Nota 9)	164	83
Não circulante	131.346	124.650
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito (Nota 7)	2.570	1.964
Partes relacionadas (Nota 10)	5.348	–
Imobilizado (Nota 11)	123.342	122.598
Intangível	85	88
Total do ativo	147.690	131.849

Balanço patrimonial	2019	2018
Passivo/Circulante	10.902	16.812
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.398	335
Passivos de arrendamento (Nota 14)	153	–
Fornecedores (Nota 12)	4.339	13.476
Salários e encargos sociais	–	158
Obrigações tributárias (Nota 15)	620	340
Dividendos	1.457	–
Conta de ressarcimento CCEE (Nota 16)	795	2.503
Partes relacionadas (Nota 10)	140	–
Não circulante	79.223	66.103
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	76.676	64.857
Passivos de arrendamento (Nota 14)	2.547	–
Partes relacionadas (Nota 10)	–	1.034
Conta de ressarcimento CCEE (Nota 16)	–	212
Total do passivo	90.125	82.915
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	52.888	52.888
Reserva legal	307	–
Prejuízos acumulados	–	(3.954)
Reserva de lucros	4.370	–
Total do patrimônio líquido	57.565	48.934
Total do passivo e do patrimônio líquido	147.690	131.849

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º/01/2018	22.794	–	–	(1.162)	21.632
Aumento de capital	30.094	–	–	–	30.094
Prejuízo do exercício	–	–	–	(2.792)	(2.792)
Em 31/12/2018	52.888	–	–	(3.954)	48.934
Lucro do exercício	–	–	–	10.088	10.088
Reserva legal (Nota 17)	–	307	4.370	(4.677)	–
Dividendos (Nota 17)	–	–	–	(1.457)	(1.457)
Em 31/12/2019	52.888	307	4.370	–	57.565

Demonstração do resultado	2019	2018
Operações continuadas: Receita líquida (Nota 18)	21.947	5.714
Custos de operação (Nota 19)	(5.709)	(1.347)
Lucro bruto	16.238	4.367
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(1.835)	(7.223)
Lucro (prejuízo) operacional	14.403	(2.856)
Receitas financeiras (Nota 21)	271	216
Despesas financeiras (Nota 21)	(3.906)	(1)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(3.635)	215
Lucro (prejuízo) antes do IR e contribuição social	10.768	(2.641)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	(680)	(151)
Lucro (prejuízo) do exercício	10.088	(2.792)
Lucro (prejuízo) por ações do capital social no fim do exercício - R$	13,97	(5,28)

Demonstração do resultado abrangente	2019	2018
Lucro (prejuízo) do exercício	10.088	(2.792)
Total do resultado abrangente do exercício	10.088	(2.792)

Demonstração dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2019	2018
Lucro (prejuízo) antes do IR e da contribuição social	10.768	(2.641)
Ajustes de: Juros e variações monetárias	3.582	3
Depreciação e amortização	3.919	960
Variações de ativos e passivos: Clientes	(2.176)	(2.205)
Impostos a recuperar	(1)	(6)
Adiantamento a fornecedores	44	(40)
Despesas antecipadas	(81)	384
Contas de ressarcimento - CCEE	(1.920)	2.715
Fornecedores	(9.137)	(19)
Salários e encargos sociais	(158)	153
Obrigações tributárias	280	283
Passivos de arrendamento	2.700	–
Outras obrigações	–	(11)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	7.820	(430)
Juros pagos	(3.117)	(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(680)	(151)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.023	(584)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito (Nota 7)	(606)	(1.964)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	(4.660)	(89.450)
Concessão de empréstimos a pessoas ligadas	(5.348)	–
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(10.614)	(91.149)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital	–	30.094
Captação de empréstimos com pessoas ligadas	(894)	929
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 13)	17.119	65.192
Pagamento de fiança	(2.702)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	13.523	96.215
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	6.932	4.212
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.832	620
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.764	4.832

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP),constituída em 23/12/2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Angico Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. A Companhia recebeu o primeiro aporte de capital em junho de 2017. Em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abertura de filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20/08/2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Angico Energias Renováveis S.A.. Em 21/11/2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da Companhia. A Companhia possui junto à ANEEL, através da portaria Nº 46 de 2/03/2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Angico	PB	Malta	27	6,7	1º/08/2017	31/07/2037

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30/04/2020. **a) Contrato de Energia de Reserva - CER:** A Companhia firmou, em 13/04/2016, um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º/08/2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 23. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: **(a) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro:** A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º/01/2019):** Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), as Companhias reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(ii) Conta de Ressarcimento - CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(iii) Valor justo do passivo de arrendamento:** No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2018, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanham a execução das operações e definem em conjunto as metas da Companhia. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais**: relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Angico. **b. Riscos de mercado**: taxa de câmbio, inflação e taxas de juros; Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, e não existe necessidade e nem previsão de contratação de empréstimos e novos financiamentos, não gerando risco de exposição a taxas de câmbio, juros, entre outros. **c. Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e as parcelas de financiamento do empreendimento junto ao banco já foi concluído, valor suficiente para quitação do saldo das obrigações dos Contratos de Implantação do empreendimento. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações previstas em seu fluxo de caixa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2019 e 2018:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31/12/2019			
Empréstimos e financiamentos	3.398	4.585	72.091
Fornecedores	4.339	–	–
Partes relacionadas	140	–	–
Arrendamentos	153	142	2.405
Em 31/12/2018			
Empréstimos e financiamentos	335	2.102	62.755
Fornecedores	13.476	–	–
Partes relacionadas	1.034	–	–

d. Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31/12/2019 e 2018 não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2019:

	2019	2018
Total dos empréstimos	80.075	65.192
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(11.764)	(4.832)
(–) Caixa restrito	(2.570)	(1.964)
Dívida líquida (a)	65.741	58.396
Total do patrimônio líquido	57.565	48.934
Total do capital (b)	123.306	107.330
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	53,32	54,41

Estimativa do valor justo: A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. **5. Instrumentos financeiros por categoria:**

	2019	2018
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	11.764	4.832
Caixa restrito	2.570	1.964
Contas a receber	4.381	2.205
Partes relacionadas	5.348	–
	24.063	9.001
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	80.075	65.192
Fornecedores	4.339	13.476
Partes relacionadas	140	1.034
	84.554	79.702
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar	2.700	
	2.700	

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	2019	2018
Caixa	4	4
Bancos conta movimento (i)	9	1.454
Aplicações financeiras (ii)	11.751	3.374
	11.764	4.832

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento mantidos junto ao BNB e CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, ambos indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do Banco BNB de curto prazo em 2019 é de 98% do CDI. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2019 é de 5% do CDI. **7. Caixa restrito:**

	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	2.570	1.964
	2.570	1.964

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2019 é de 98% do CDI. **8. Contas a receber:**

	2019	2018
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	4.334	2.205
Get Comercializadora de energia	47	–
	4.381	2.205

(i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias. O saldo em 31/12/2019 refere-se à receita contratual de energia de reserva do mês dezembro de 2019 no valor de R$ 2.178, a diferença entre a receita contratual e a receita entregue dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro no montante de R$ 1.822 e ao saldo da energia PLD - Preço de Liquidação das Diferenças -no montante total de R$ 334. Os saldos em 31/12/2019 foram liquidados em janeiro de 2020. A Companhia não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente. **9. Despesas antecipadas:**

	2019	2018
Seguros a apropriar	164	79
Despesas com pessoal a apropriar	–	4
	164	83

10. Partes relacionadas:

Ativo	2019
Malta Energias Renováveis S.A. (i)	5.348
	5.348

(i) O saldo dessa conta refere-se a transferências entre as Companhias Malta Energias Renováveis S.A. e Angico Energias Renováveis S.A., para pagamento de valores provenientes do contrato com a Companhia WEG Equipamentos. Contrato único e comum das duas Companhias em virtude da construção e montagem das Usinas Fotovoltaicas, Subestação e Linha de Transmissão, no mesmo local.

Passivo	2019	2018
Conta corrente pessoas ligadas (i)	–	1.034
Proton Energy Participações (ii)	140	–
	140	1.034
Passivo circulante	140	–
Passivo não circulante	–	1.034

(i) Refere-se à transferência com Malta Energias Renováveis Ltda., Companhia do mesmo grupo econômico para quitação do contrato da Companhia WEG equipamentos em que ambas são responsáveis. (ii) Saldo desta conta refere-se a reembolso de despesas de 2019 pagos em janeiro e março de 2020.

11. Imobilizado:	Gerador Fotovoltaico (i)	Imobilizado em andamento	Direito de uso de arrendamento (ii)	Equipamentos de informática	Móveis e Utensílios	Outras máquinas e equipamentos	Total
Em 31/12/2018							
Saldo inicial	–	20.688	–	15			20.703
Aquisições	–	102.779	–	18	5	52	102.854
Transferências	123.467	(123.467)	–	–	–	–	–
Depreciação	(951)	–	–	(6)	–	(2)	(959)
Saldo contábil, líquido	122.516	–	–	27	5	50	122.598
Em 31/12/2018							
Custo	123.467	–	–	33	5	52	123.557
Depreciação acumulada	(951)	–	–	(6)	–	(2)	(959)
Saldo contábil, líquido	122.516	–	–	27	5	50	122.598
Em 31/12/2019							
Saldo inicial	122.516	–	–	27	5	50	122.598
Aquisições	1.906	–	2.754	–	–	–	4.660
Transferências		–	–	–	–	–	–
Depreciação	(3.808)	–	(95)	(7)	(1)	(5)	(3.916)
Saldo contábil, líquido	120.614	–	2.659	20	4	45	123.342
Em 31/12/2019		–					
Custo	124.422	–	2.754	27	5	50	127.258
Depreciação acumulada	(3.808)	–	(95)	(7)	(1)	(5)	(3.915)
Saldo contábil, líquido	120.614	–	2.659	20	4	45	123.342
Taxa de depreciação	3,08%	–	347 meses	20%	10%	10%	

(i) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da ANEEL que compreende o período de 2/03/2016 a 2/03/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018. Em dezembro/2019 foram contabilizados complementos dos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados a taxa de 3,19% para que se cumpra o mesmo prazo de outorga da Aneel. (ii) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico. Os montantes registrados no ativo de direito de uso são amortizados pelo prazo de 347 meses previsto no contrato de arrendamento. **12. Fornecedores:**

	2019	2018
Travelers Seguros	–	52
Tokio Marine S.A.	109	–
Weg Equipamentos Elétricos S/A (i)	4.215	13.401
Outros	15	23
	4.339	13.476

(i) Saldo a pagar referente principalmente à construção da Usina. Foi realizada quitação parcial em fevereiro/2019 e a sua quitação está prevista para acontecer no primeiro semestre de 2020. Em paralelo será realizada a emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, conforme consta no Contrato de EPC junto a WEG Equipamentos Elétricos S/A. Os recursos provenientes da última parcela de financiamento suportam a quitação dos valores em aberto em 31/12/2019, e a receita mensal com geração de energia proveniente do Contrato de comercialização de energia elétrica (CCEE), suportamos custos de operação e manutenção da usina.

13. Empréstimos e Financiamentos

	2019 Circulante	2019 Não circulante	2018 Circulante	2018 Não circulante
Financiamento Banco do Nordeste	1.740	84.735	–	86.476
(–) Financiamento a receber	–	(4.500)	–	(21.619)
	1.740	80.235	–	64.857
Juros sobre Financiamento Banco do Nordeste	5.207	42.794	4.094	48.002
(–) Juros a Apropriar	(4.406)	(42.794)	(3.759)	(48.002)
	801	–	335	–
Comissão de Fiança	1.077	–	–	–
(–) Comissão de fiança a apropriar	(219)	(3.559)	–	–
Total financiamento	3.398	76.676	335	64.857

Em 2018, a Companhia captou junto ao BNB recursos no montante de R$ 86.476 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31/12/2019, a Companhia recebeu a título de liberação por parte da instituição financeira o total de R$ 81.976. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15/06/2020, com vencimento final em 15/05/2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 27/04/2018 e término em 15/05/2020, serão pagos juros em base trimestral. Em 2019 foram pagos R$ 3.117 (R$ 3 em 2018) a título de juros de carência. Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	4.585
2022	4.585
2023	4.585
A partir de 2024	62.921
	76.676

Garantias financeiras: As garantias oferecidas para pagamento da dívida é representada por um Contrato firmado como "Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças" no qual são bens vinculados em alienação fiduciária de equipamentos em garantia e cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A garantia contratada é correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB - Banco do Nordeste do Brasil. A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*"), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros. **Reconciliação da dívida líquida:**

	2019	2018
Empréstimos de curto prazo	3.398	335
Empréstimos de longo prazo	76.676	64.857
Total da dívida	80.075	65.192
Caixa e equivalentes de caixa	(11.764)	(4.832)
Títulos e valores mobiliários	(2.570)	(1.964)
Dívida líquida	65.741	58.396

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes	Caixa restrito	Dívida líquida
Dívida líquida em 31/12/2018	65.192	(4.832)	(1.964)	58.396
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Liberação de empréstimos	17.119	–	–	17.119
Apropriação de juros	3.582	–	–	3.582
Pagamento de juros	(3.117)	–	–	(3.117)
Comissão de fiança	(2.701)	–	–	(2.701)
Outras	–	(6.932)	(606)	(7.538)
Dívida líquida em 31/12/2019	80.075	(11.764)	(2.570)	65.741

14. Passivos de arrendamento: Em 1º/01/2019, a Companhia adotou as diretrizes do CPC06 (R2) - "Operações de Leasing", que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo por pagamentos futuros de todos os contratos ou operações de arrendamento mercantil com as mesmas características de um arrendamento mercantil e que inclui o direito de controlar e obter benefícios sobre o uso de um ativo identificado específico, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Em 1º/12/2017 a Companhia celebrou contrato de locação reconhecido como operação de arrendamento mercantil cujo prazo é de 30 anos (dezembro de 2017 a dezembro de 2047). O contrato possui cláusula de atualização monetária anual do valor do aluguel, com base no índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais dos contratos de arrendamento da Companhia de 3,75% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

	2019
Composição dos arrendamentos a pagar	
Adições contratos de arrendamento a partir de 01/01/2019	2.754
Pagamentos do exercício	(156)
Juros apropriados sobre arrendamentos	102
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2019	2.700
Passivo circulante	153
Passivo não circulante	2.547
Resultado de arrendamento de contratos	
Amortização de direito de uso	95
Juros apropriados sobre arrendamentos	156
Total dos efeitos com a aplicação da norma CPC 06	251

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	142
2022	137
2023	132
A partir de 2024	2.136
	2.547

15. Obrigações tributárias:	2019	2018
PIS - Programa de integração social a recolher	48	29
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social a recolher	224	135
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	24	38
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	71	44
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	107	63
IRRF - Imposto de renda retido na fonte a recolher	39	24
CSLL - CS sobre o lucro líquido retido na fonte a recolher	18	–
ISS - Imposto sobre serviço a recolher	88	–
Outros	1	7
	620	340

16. Conta de ressarcimento - CCEE:	2019	2018
Conta de ressarcimento CCEE (i)	795	2.715
Passivo não circulante		(212)
Passivo circulante	795	2.503

(i) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração de energia entregue, a menor, e recebimento do valor correspondente ao montante de energia do contrato com a CCEE. **17. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31/12/2019 e 2018, o capital subscrito da Companhia é de R$ 60.010, sendo R$ 52.888 totalmente integralizado e R$ 7.122 a integralizar, divididos em 60.010 quotas com valor nominal de R$ 1 cada uma. A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31/12/2019:

Composição	Participação (%)
Proton Energy Participações S.A.	100,00

Durante o exercício de 2019 não houve aportes de capitais. **b) Destinação do lucro:** De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	2019
Lucro líquido	10.088
Compensação dos prejuízos acumulados	(3.955)
Base de cálculo da reserva legal	6.133
Constituição de reserva legal (5%)	(307)
Base de cálculo dos dividendos	5.826
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(1.457)

18. Receita líquida:	2019	2018
Receita bruta de vendas	22.778	5.930
(–) PIS sobre vendas	(148)	(38)
(–) Cofins sobre vendas	(683)	(178)
Receita líquida	21.947	5.714

19. Custo de operação:	2019	2018
Compra de energia	363	–
Depreciação e amortização	3.906	951
Encargos setoriais - TUSD	1.440	396
	5.709	1.347

20. Despesas por natureza	2019	2018
Despesas administrativas (i)	550	4.772
Arrendamento	–	147
Serviços de terceiros (ii)	780	1.109
Despesas tributárias	134	92
Despesas com pessoal (iii)	371	1.103
	1.835	7.223

(i) Despesas administrativas:	2019	2018
Aluguel	45	
Energia elétrica, água	1	15
Manutenção e limpeza	49	3
Despesas com veículos	9	7
Refeições e lanches	–	6
Materiais de escritório	3	2
Conduções e transportes	6	3
Taxas associação de classe	6	2
Depreciações	13	9
Legais e judiciais	78	92
Multas (a)	9	3.730
Comunicação	82	53
Viagens	58	112
Seguros	145	132
Despesas bancárias	5	316
Doações	–	2
Materiais de Informática	11	16
Despesas diversas	30	272
	550	4.772

(a) Referem-se as penalidades contratuais reconhecidas no exercício decorrentes das diferenças entre a energia contratada e a energia efetivamente gerada e entregue à CCEE. (ii) Serviços de terceiros:

	2019	2018
Honorários advocatícios	126	224
Honorários de auditoria	21	2
Honorários de contabilidade	229	79
Serviço de recrutamento e seleção	41	–
Serviços prestados pessoa física	–	18
Serviços prestados pessoa jurídica	363	786
	780	1.109

(iii) Despesas com pessoal:	2019	2018
Salários (b)	445	633
13º salário		70
Férias (a)	(77)	95
INSS (a)	(22)	200
FGTS (a)	(6)	55
Assistência médica (b)	15	6
Vale-refeição (b)	16	40
Vale-Transporte	–	3
Outras despesas com pessoal	–	1
	371	1.103

(a) Valores credores referente transferência de funcionário para Companhia Proton Energy Participações S.A. em janeiro de 2019. (b) Valores apropriados conforme rateio de despesas da sócia Proton Energy Participações S.A.

21. Resultado financeiro:	2019	2018
Rendimento com aplicação financeira	271	216
Despesas com financiamento	(219)	–
Juros passivos	(3.585)	–
Despesas financeiras com arrendamento	(102)	(1)
Resultado financeiro, líquido	(3.635)	215

22. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	2019	2018
Receita bruta de vendas (i)	20.244	3.362
Presunção imposto de renda - 8%	1.619	269
Receitas financeiras	237	185
Base de cálculo IRPJ	1.856	454
Imposto de renda: 15%	278	68
Adicional do imposto de renda: 10%	162	30
Total de IRPJ (ii)	440	98
Presunção contribuição social - 12%	2.429	403
Receitas financeiras	237	185
Base de cálculo CSLL	2.666	588
Contribuição social: 9% (iii)	240	53
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	680	151

(i) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota Explicativa 18. (ii) Para cálculo das receitas financeiras foi utilizada os rendimentos de aplicação financeira apenas sobre os valores resgatados (regime caixa). Desta forma o valor difere da receita financeira apresentada na DRE. **Seção D - Políticas contábeis: 23. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **23.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **23.2 Ativos financeiros: 23.2.1 Classificação:** A partir de 1º/01/2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **23.2.2 *Impairment*:** A partir de 1º/01/2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **23.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **23.3 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **23.4 Caixa restrito:** Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNB, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos. São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras. **23.5 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7/02/2012, estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico- MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2/06/2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7/02/2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **23.6 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificados de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **23.7 Provisão para desmobilização:** A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstração financeira de 31/12/2019, em função do contrato de arrendamento estabelecer que a decisão da desmobilização é por parte da arrendatária. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. **23.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **23.9 Arrendamentos operacionais:** A partir de 1º/01/2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. A Companhia definiu uma equipe para o projeto que revisou todos os contratos de arrendamento durante o ano 2018 em face das novas regras contábeis. A norma afetou, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais referentes aos terrenos nos quais estão as instalações do seu parque solar. A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades estão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso estão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais. **23.10 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **23.11 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructiveo bligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **23.12 Conta de Ressarcimento - CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: Refere-se a diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia - CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER. Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa. **23.13 Capital social:** O capital social da Companhia é composto por ações. **23.14 Reconhecimento da receita:** A partir de 1º/01/2018 a Companhia adotou o CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Como a Companhia só entrou em operação em 2018, a mesma já iniciou o reconhecimento de receita com base no CPC 47, o que incluiu a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando o "controle" dos serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente. **(a) Fornecimento de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **23.15 Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R$ 60.000 trimestrais, perfazendo R$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente. **24. Seguros (não auditado):** As coberturas de seguros em 31/12/2019 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	118.532
Lucro cessante	26.022
Responsabilidade civil	10.000

25. Eventos subsequentes: Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global. A Companhia entende que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa não serão afetados de forma relevante tendo em vista possuir contratos de concessão de longo prazo, em razão do status de pandemia do novo coronavírus. Entretanto, dado o atual momento, não foi possível mensurar o impacto de forma segura.

A Diretoria

Contador

Leonardo Fonseca de Campos
CPF:411.244.048-05 - CRC 1SP303190/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Angico Energias Renováveis S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Angico Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Angico Energias Renováveis S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30/04/2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador
CRC 1BA024501/O-9

Covid-19 está presente em 3.771 cidades brasileiras

Em entrevista no Palácio do Planalto, o secretário substituto de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Eduardo Macário, disse que o Brasil é o 2º país em número de casos de covid-19, mas o 51º em incidência da doença, quando a quantidade de pessoas infectadas é analisada proporcionalmente à população. Enquanto o país ocupa a 6ª posição em número absoluto de mortes, fica em 14º em mortalidade, quando esses óbitos são comparados com o total da população.

Macário afirmou que os números mostram o Brasil em uma curva ascendente, tanto no número de casos quanto no de mortes. Já outros países com grande número de casos e mortes já estão em uma trajetória ou de estabilização ou descendente.

Na avaliação por região, o Norte apresenta essa dinâmica ascendente. O estado com maior número de pessoas infectadas, o Amazonas, já apresenta uma inflexão, com redução do número de mortes por semana. Mas o secretário substituto ponderou que ainda é cedo para falar que já está se passando o pico da pandemia no Amazonas.

O representante do Ministério da Saúde apontou uma tendência de interiorização da pandemia. No dia 27 de março, 5,3% dos municípios tinham casos confirmados. No dia 25 de abril, o índice subiu para 30,9%, e em 25 de maio, para 67,7%. No total, 3.771 cidades registraram pessoas infectadas. No recorte por região, o maior percentual de cidades com casos confirmados é o Norte, com 83,8%. Em seguida vêm Nordeste (79,9%), Sudeste (63,4%), Sul (56%) e Centro-Oeste (50,3%).

Testes

O Ministério da Saúde adquiriu 13,9 milhões de testes de laboratório (PCR). Mas, segundo informou a pasta, deste total, 4,77 milhões foram entregues até o momento, sendo que 3,12 milhões já foram distribuídos aos laboratórios nos estados. Até agora, foram realizados 460,1 mil testes, ou seja, menos de 10% do total comprado pelo ministério.

Em laboratórios privados, já foram processados 411,7 mil exames. Quando reunidos, os laboratórios públicos e privados, o total fica em 871,8 mil. Já os testes rápidos tiveram 6,66 milhões de kits distribuídos.

Eduardo Macário afirmou que a diferença entre a contratação e o recebimento de testes se deve à dificuldade operacional de aquisição.

"A gente não compra 14 milhões de teste deste nível na esquina. Temos que programar aquisição. A maioria destes exames é importada. Além do processo de produção tem a vinda e estamos passando por um problema de transporte aéreo. Mas todos os cronogramas entregues estão sendo cumpridos", disse.

De acordo com boletim do Ministério da Saúde, a covid-19 infectou 391.22 brasileiros. Desse total, 158.593 estão recuperados. A doença provocou 24.152 óbitos. (Agencia Brasil)

Ipea: setor agropecuário pode crescer até 2,5% apesar da covid-19

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) projeta crescimento de 2,5% para o Produto Interno Bruto (PIB) do setor agropecuário brasileiro. O resultado considera os efeitos da pandemia de covid-19.

De acordo com a Carta de Conjuntura, divulgada na terça-feira(26) pelo órgão, o crescimento tem como base a previsão de safra anunciada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Ipea, caso se considere a safra da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o crescimento deve ser de 2,3%.

No caso da pecuária, o resultado leva em consideração o volume de produção estimado pelas Pesquisas Trimestrais do Abate de Animais, do Leite, do Couro e da Produção de Ovos de Galinha do IBGE e pelas estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, considerados no modelo econométrico do Ipea.

O levantamento do instituto vai além do cenário base e, projetando um eventual cenário de estresse, no qual parte da produção seja afetada por eventos relacionados ao coronavírus, chegou a um resultado em que o desempenho é positivo, mas com um crescimento menor, de 1,3% para 2020. De acordo com o Ipea, esse crescimento seria sustentado principalmente pela lavoura.

"A lavoura tem um avanço projetado de 2,8%, sustentado pelas produções de soja e café (6,7% e 1,5%, respectivamente). A cana-de-açúcar é a cultura que pode sofrer maior impacto decorrente da covid-19 e da redução do preço internacional do petróleo e, neste contexto de estresse, pode ter queda de 1,9% na produção", detalha o Ipea.

Mudanças no consumo

De acordo com o economista e pesquisador do Ipea, Fábio Servo, foi possível observar que o distanciamento social imposto pela pandemia resultou em mudança nos padrões de consumo da população, resultando em "picos de demanda" que impulsionaram os preços de produtos como arroz, banana, café e ovos. "Verificamos queda nos food services e preferência por cortes de carne menos nobres. Ainda assim, a produção da lavoura sustentou o resultado positivo do setor agropecuário", afirmou o pesquisador.

Com relação às exportações, os produtos agropecuários registraram aumento de 7% entre janeiro e abril de 2020, na comparação com o mesmo período do ano passado. Comparando os quatro primeiros meses deste ano com 2019, o levantamento mostra que as exportações de carne bovina cresceram "fortemente" e atingiram 26,5%.

Segundo o documento, parte do resultado é explicado pela reabertura da carne in natura, em fevereiro para o mercado chinês. As exportações para aquele país registraram um crescimento de 138% entre janeiro e abril, na comparação com os quatro primeiros meses do ano passado.

Importações

Já as importações de produtos agroindustriais registraram queda de 5,5% entre janeiro e abril de 2020, na comparação com o mesmo período de 2019. O Ipea, no entanto, lembra que o valor das importações brasileiras desses produtos (agroindustriais) é "muito inferior ao das exportações", e que, por isso, o impacto na balança comercial do agronegócio é pequeno.

"O trigo e o malte – os dois produtos de maior valor da pauta – foram responsáveis por esse resultado, com reduções de 8,2% e 11,3%, respectivamente, no valor importado", diz o estudo. (Agencia Brasil)

GODOY SEGURANÇA
Alarmes
Monitoramento 24hrs
Câmeras de Segurança
Pronta Resposta
Cerca Elétrica
Manutenção
Controle de acesso
Contato
(11) 3294.8920
(11) 94033.9915
godoyseguranca2015@gmail.com

Esmeralda Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 14.019.497/0001-02

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial	2019	2018
Ativo/Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	13.523	7.208
Contas a receber (Nota 8)	2.361	–
Impostos a recuperar	27	26
Adiantamento a fornecedores	135	–
Despesas antecipadas (Nota 9)	1.671	1.863
	17.717	9.097
Não circulante		
Realizável a longo prazo	–	–
Caixa restrito (Nota 7)	2.184	–
Imobilizado (Nota 10)	139.870	25.773
	142.054	25.773
Total do ativo	159.771	34.870

Balanço patrimonial	2019	2018
Passivo/Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	2.815	–
Passivos de arrendamento (Nota 12)	295	–
Fornecedores (Nota 13)	12.167	358
Salários e encargos sociais	8	32
Obrigações tributárias (Nota 14)	308	135
Conta de Ressarcimento - CCEE (Nota 15)	1.324	–
Partes relacionadas (Nota 16)	186	–
	17.103	525
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	83.579	–
Passivos de arrendamento (Nota 12)	4.308	–
	87.887	–
Total do passivo	104.990	525
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	55.000	19.799
Adiantamento para futuro aumento de capital	104	15.621
Prejuízos acumulados	(323)	(1.075)
Total do patrimônio líquido	54.781	34.345
Total do passivo e do patrimônio líquido	159.771	34.870

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Em 1º/01/2018	19.799	–	538	20.337
Dividendos pagos	–	–	(349)	(349)
Prejuízo do exercício	–	–	(1.264)	(1.264)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	15.621	–	15.621
Em 31/12/2018	19.799	15.621	(1.075)	34.345
Aumento de capital (Nota 17)	35.201	–	–	35.201
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 17)	–	(15.517)	–	(15.517)
Lucro do exercício	–	–	752	752
Em 31/12/2019	55.000	104	(323)	54.781

Demonstração do resultado	2019	2018
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 18)	10.775	–
Custos de operação (Nota 19)	(3.796)	–
Lucro bruto	6.979	–
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(2.875)	(1.324)
Outras despesas	–	(403)
Lucro (prejuízo) operacional	4.104	(1.727)
Receitas financeiras (Nota 21)	330	845
Despesas financeiras (Nota 21)	(3.343)	(42)
(Despesas) receitas financeiras, líquidas	(3.013)	803
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e contribuição social	1.091	(924)
IR e CS (Nota 22)	(339)	(340)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	752	(1.264)
Ações no fim do exercício (em milhares)	55.000	19.799
Lucro (prejuízo) por ações do capital social no fim do exercício em milhares de Reais	0,0137	(0,0638)

Demonstração do resultado abrangente	2019	2018
Lucro (prejuízo) do exercício	752	(1.264)
Total do resultado abrangente do exercício	752	(1.264)

Demonstração dos fluxos de caixa	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do IR e CS	1.091	(924)
Ajustes de: Depreciação (Nota 10)	2.831	–
Juros e variações monetárias	3.084	42
Baixa de imobilizado	–	2
Despesas financeiras com arrendamento	158	–
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(2.361)	–
Estoques	–	359
Despesas antecipadas	192	(1.799)
Adiantamento a fornecedores	(135)	–
Outros ativos	–	116
Fornecedores	11.809	358
Salários e encargos sociais	(24)	32
Obrigações tributárias	173	(48)
Conta de Ressarcimento - CCEE	1.324	–
Passivos de arrendamento	4.445	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	22.586	(1.862)
Juros pagos	(1.814)	(42)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(339)	(158)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	20.433	(2.062)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito (Nota 7)	(2.184)	8.617
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	(116.928)	(25.773)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(119.112)	(17.156)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital (Nota 17)	19.684	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	15.621
Recursos provenientes de partes relacionadas	186	17
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 11)	85.124	(152)
Pagamento de dividendos	–	(349)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	104.994	15.137
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	6.315	(4.081)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.208	11.289
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.523	7.208

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 19 de julho de 2011. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Esmeralda Energias Renováveis S.A., e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em março de 2018, a Companhia foi 100% adquirida pela Proton Energy Participações S.A. e teve sua razão social alterada de Energybras Energias Renováveis Ltda. para Esmeralda Energias Renováveis Ltda.. A Companhia abriu sua filial no local do Projeto, na Cidade de Agrestina-PE em 19 de março de 2018. Em 24 de julho de 2018, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Esmeralda Energias Renováveis S.A.. O empreendimento iniciou suas operações em abril de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
UFV						
Esmeralda	PE	Agrestina	30	6,2	1/11/2018	31/10/2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de abril de 2020. **a) Contrato de Energia de Reserva - CER:** A Companhia firmou, em 23 de fevereiro de 2018 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1 de novembro de 2018, ao preço de R$ 294/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 23. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: **(a) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro:** A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) O CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019):** Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), as Companhias reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 12. **Seção B - Riscos: 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. ***(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros:*** Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(a) Conta de ressarcimento-CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(b) Valor justo do passivo de arrendamento:** No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2019, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanharão a execução das operações e definirá em conjunto as metas da Companhia. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas. Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Esmeralda. **b. Riscos de mercado**: taxa de câmbio, inflação e taxas de juros; Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, e não existe necessidade e nem previsão de contratação de empréstimos e novos financiamentos, não gerando risco de exposição a taxas de câmbio, juros, entre outros. **c. Risco de liquidez**: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e o financiamento do empreendimento junto ao banco já está em fase de liberação da última parcela de desembolso, valor suficiente para quitação de todas as obrigações. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	2.815	3.844	79.735
Fornecedores	12.167	–	–
Partes relacionadas	186	–	–
Arrendamentos	295	231	3.835
Em 31 de dezembro de 2018			
Fornecedores	358	–	–

d. Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019:

	2019
Total dos empréstimos	86.394
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(13.523)
(–) Caixa restrito	(2.184)
Dívida líquida (a)	70.687
Total do patrimônio líquido	54.781
Total do capital (b)	125.468
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	56,34

Estimativa do valor justo: A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. **5. Instrumentos financeiros por categoria**

	2019	2018
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	13.523	7.208
Caixa restrito (Nota 7)	2.184	–
Contas a receber (Nota 8)	2.361	–
	18.068	7.208
Passivos		
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	86.394	–
Fornecedores (Nota 13)	12.167	1.143
	98.561	1.143
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar (Nota 12)	4.603	–
	4.603	–

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	7	7
Bancos conta movimento (i)	436	1
Aplicações financeiras (ii)	13.080	7.200
	13.523	7.208

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento mantido junto ao Banco Santander, indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2019 é de 5% do CDI. **7. Caixa restrito**

	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	2.184	–
	2.184	–

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2019 é de 98% do CDI. **8. Contas a receber**

	2019	2018
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	2.331	–
Get Comercializadora de energia	30	–
	2.361	–

(i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2019 refere-se a receita contratual de energia de reserva do mês dezembro de 2019 no valor de R$ 1.695 recebido em janeiro de 2020, a diferença entre a receita contratual e a receita entregue dos meses de outubro e novembro no montante de R$ 363 e ao saldo da energia PLD - Preço de Liquidação das Diferenças - no montante total de R$ 273. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 foram liquidados em janeiro de 2020. A Empresa não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente. **9. Despesas antecipadas**

	2019	2018
Custo de transação a apropriar (i)	–	1.852
Arrendamento (ii)	1.631	–
Seguros a vencer	40	11
	1.671	1.863

(i) Refere-se a tarifas bancárias e remuneração de serviços profissionais de terceiros incorridos para viabilização da captação de recursos futuros junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Santander. Enquanto não captados os recursos são mantidos como pagamento antecipado e, quando da liberação do financiamento, serão incorporados ao custo de transação para ajuste na taxa efetiva dos juros. (ii) Refere-se ao pagamento de 96 meses de arrendamento da fazenda Esmeralda no montante de R$ 1.800 pagos ao arrendatário Ducampo criação de bovinos e que será amortizado no período 8 anos (2019 a 2027). Em 2019 foram amortizados 9 meses no total de R$ 169. **10. Imobilizado**

	Gerador Foto voltaico (i)	Direito de uso de arrendamento (ii)	Equipa mentos de informática	Adiantamento a forne cedores	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º de/01/2018						
Custo	–	–	2	–	–	2
Saldo contábil, líquido	–	–	2	–	–	2
Em 31/12/2018						
Saldo inicial	–	–	2	–	–	2
Aquisições	–	–	–	19.087	6.684	25.771
Saldo contábil, líquido	–	–	2	19.087	6.684	25.773
Em 31/12/2018						
Custo	–	–	2	19.087	6.684	25.773
Saldo contábil, líquido	–	–	2	19.087	6.684	25.773
Em 31 de dezembro de 2019						
Saldo inicial	–	–	2	19.087	6.684	25.773
Aquisições	–	4.614	1	–	112.313	116.928
Transferências	138.084	–	–	(19.087)	(118.997)	–
Depreciação	(2.725)	(105)	(1)	–	–	(2.831)
Saldo contábil, líquido	135.359	4.509	2	–	–	139.870
Em 3/12/2019						
Custo	138.084	4.614	3	–	–	142.701
Depreciação acumulada	(2.725)	(105)	(1)	–	–	(2.831)
Saldo contábil, líquido	135.359	4.509	2	–	–	139.870
Taxa de depreciação	3,95%	405 meses	20%	–	–	–

(i) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,95% de acordo com o prazo de outorga da ANEEL que compreende o período de 29 de janeiro de 2018 a 29 de janeiro de 2053 a contar do início da operação da usina que ocorreu em abril de 2019. (ii) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico. Os montantes registrados no ativo de direito de uso são amortizados pelo prazo de 341 meses previsto no contrato de arrendamento. **11. Empréstimos e financiamentos**

	2019 Circulante	2019 Não circulante
Financiamento Banco do Nordeste	1.545	89.834
(–) Financiamento a receber	–	(6.255)
	1.545	–
Juros sobre Financiamento		
Banco do Nordeste	5.882	–
(–) Juros a Apropriar	(4.612)	–
	1.270	–
Total financiamento	2.815	83.579

Em 2018, a Companhia captou junto ao BNB recursos no montante de R$ 91.379 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31 de dezembro de 2019, a Companhia recebeu o montante de R$ 85.124. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15 de agosto de 2020, com vencimento final em 15 de julho de 2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em julho de 2018 e término em junho de 2020, serão pagos juros em base trimestral. Em 2019 foram pagos R$ 1.814 a título de juros de carência. Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	3.844
2022	4.175
2023	4.397
A partir de 2024	71.163
	83.579

Garantias financeiras: As garantias oferecidas para pagamento da dívida é representada por um Contrato firmado como "Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças" no qual são bens vinculados em alienação fiduciária de equipamentos em garantia e cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A garantia contratada é correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB - Banco do Nordeste do Brasil. A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*"), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros. **Reconciliação da dívida líquida:**

	2019	2018
Empréstimos de curto prazo	2.815	–
Empréstimos de longo prazo	83.579	–
Total da dívida	86.394	–
Caixa e equivalentes de caixa	(13.523)	(7.208)
Caixa restrito	(2.184)	–
Dívida líquida	70.687	(7.208)

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes	Caixa restrito	Dívida líquida
Dívida líquida em 31/12/2018	–	(7.208)	–	(7.208)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	–	–	–	–
Liberação de empréstimos e financiamentos	85.124	–	–	85.124
Apropriação de juros	3.084	–	–	3.084
Pagamento de juros	(1.814)	–	–	(1.814)
Outras	–	(6.315)	(2.184)	(8.499)
Dívida líquida em 31/12/2019	86.394	(13.523)	(2.184)	70.687

12. Passivos de arrendamento: Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as diretrizes da CPC06 (R2) - "Operações de Leasing", que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo por pagamentos futuros de todos os contratos ou operações de arrendamento mercantil com as mesmas características de um arrendamento mercantil e que inclui o direito de controlar e obter benefícios sobre o uso de um ativo identificado específico, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Em 25 de junho de 2014 a Companhia celebrou contrato de locação cujo prazo é o mesmo de outorga da Aneel que compreende o período de 35 anos. Em 29 de maio de 2018 o contrato foi aditado estipulando que a remuneração do período de construção da usina e fase inicial de operação seria substituída pelo valor de R$ 1.800 que refere-se a 96 meses a contar da data do primeiro faturamento da usina (04/2019), após esse período a remuneração passará a ser de 1,5% sobre a receita da venda de energia. Para cálculo dos 309 meses restantes foi utilizada a receita média dos últimos meses no montante de R$ 1.569 que somado ao total de R$ 1.800 referente a 96 meses resultou em um arrendamento médio mensal de R$ 22. Este valor foi ajustado a valor presente e reconhecido como operação de arrendamento mercantil sendo utilizado para cálculo do CPC 06. Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais dos contratos de arrendamento da Companhia de 4,58% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

	2019
Composição dos arrendamentos a pagar	
Adições contratos de arrendamento a partir de 04/2019	4.614
Pagamentos do exercício	(169)
Juros apropriados sobre arrendamentos	158
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2019	4.603
Passivo circulante	295
Passivo não circulante	4.308
Resultado de arrendamento de contratos	
Amortização de direito de uso	105
Juros apropriados sobre arrendamentos	169
Total dos efeitos com a aplicação da norma CPC 06	274

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	242
2022	231
2023	221
A partir de 2024	3.614
	4.308

13. Fornecedores

	2019	2018
WEG Equipamentos Elétricos S.A. (i)	12.162	–
Inova Energy Engenharia S.A.	–	211
RE Comercio e Serv. Estruturais	–	17
Mattos F. Veiga F. Marrey Jr. e Quiroga Advogados	–	122
Outros	5	8
	12.167	358

(i) Saldo a pagar referente Construção da Usina. Sua liquidação será realizada quando da liberação da última parcela do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, bem como da emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, previstos para ocorrer no primeiro semestre de 2020. Os recursos provenientes da última parcela de financiamento e a receita mensal com a geração de energia suportam a quitação dos valores em aberto em 31 de dezembro de 2019, bem como os custos de operação e manutenção da usina.

14. Obrigações tributárias

	2019	2018
PIS - Programa de integração social a recolher	28	–
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social a recolher	130	–
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	9	14
CSLL retido na fonte a recolher		9
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	55	51
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	83	29
IRRF - Imposto de renda retido na fonte a recolher	1	15
ISS - Imposto sobre serviços retido na fonte a recolher	1	16
Outros	1	1
	308	135

15. Conta de Ressarcimento - CCEE

	2019	2018
Conta de ressarcimento CCEE (i)	1.324	–
Passivo circulante	1.324	–

(i) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração de energia entregue, a menor, e recebimento do valor correspondente ao montante de energia do contrato com a CCEE no período de abril de 2019 a setembro e 2019.

16. Partes relacionadas

	2019
Proton Energy (i)	186
	186

(i) O saldo desta conta refere-se a reembolsos de despesas de dezembro de 2019 que foram pagos em janeiro e março de 2020.

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito da Companhia é de R$ 55.000, totalmente integralizado e dividido em 55.000 ações com valor nominal de R$ 1 cada uma. A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2019:

Composição	Participação (%)
Proton Energy Participações S.A.	100,00

Durante o exercício de 2019, o acionista efetuou aportes de capital no montante de R$ 19.684 conforme quadro abaixo:

Mês	Valor aportado
Janeiro	16.184
Fevereiro	3.500
	19.684

Os valores aportados foram integralizados ao capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2019. Além desses valores foi integralizado ao capital o saldo pendente em adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$ 15.517. **18. Receita líquida**

	2019
Receita bruta de vendas	11.183
(–) Pis sobre vendas	(73)
(–) Cofins sobre vendas	(335)
Receita líquida	10.775

19. Custo de operação

	2019
Compra de energia	236
Depreciação e amortização	2.831
Encargos setoriais - TUSD	729
	3.796

20. Despesas por natureza

	2019	2018
Despesas administrativas (i)	868	296
Arrendamento		300
Serviços de terceiros (ii)	752	539
Despesas tributárias	140	21
Despesas com pessoal (iii)	1.115	168
	2.875	1.324

(i) Despesas administrativas:	2019	2018
Despesas com veículos	33	13
Refeições e lanches	4	12
Materiais de escritório	4	9
Conduções e transportes	6	3
Legais e judiciais	32	100
Multas	11	9
Aluguéis	94	2
Viagens	186	88
Seguros	140	–
Comunicação	191	–
Taxas de associação de classe	8	–
Energia elétrica, água	4	–
Manutenção e limpeza	14	–
Despesas bancarias	71	–
Material de informática	9	–
Serviços com publicidade	11	–
Locação de bens	6	–
Despesas diversas	44	60
	868	296

(ii) Serviços de terceiros:	2019	2018
Honorários advocatícios	373	300
Honorários de auditoria	29	4
Honorários de contabilidade	88	31
Serviços de recrutamento e seleção	47	–
Serviços prestados pessoa física	7	1
Serviços prestados pessoa jurídica	208	203
	752	539

(iii) Despesas com pessoal:	2019	2018
Salários	870	88
13º salário	17	14
Férias	23	19
INSS	65	31
FGTS	32	9
Aviso Prévio e Indenizações	14	–
Assistência Médica	39	–
Vale Refeição	35	–
Outras despesas com pessoal	20	7
	1.115	168

Do montante total de despesas com pessoal R$ 696 foram contabilizadas conforme rateio de despesas da sócia Proton Energy Participações. **21. Resultado Financeiro**

	2019	2018
Receitas financeiras		
Juros ativos	1	4
Rendimentos sobre aplicações financeiras	329	841
	330	845
Despesas com financiamento	(3.182)	–
Juros passivos	(3)	(42)
Despesas financeiras com arrendamento	(158)	–
	(3.343)	(42)
(Despesas) receitas financeiras, líquidas	(3.013)	803

22. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se à presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	2019	2018
Receita bruta de vendas (i)	8.822	–
Presunção imposto de renda - 8%	706	–
Receitas Financeiras (ii)	252	1.055
Base de cálculo IRPJ	958	1.055
Imposto de renda: 15%	144	158
Adicional do imposto de renda: 10%	77	87
Total de IRPJ	221	245
Presunção contribuição social - 12%	1.058	–
Receitas financeiras	252	1.055
Base de cálculo CSLL	1.310	1.055
Contribuição social: 9%	118	95
Imposto de renda e contribuição social	339	340

(i) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota Explicativa 18. (ii) Para cálculo das receitas financeiras foi utilizada os rendimentos de aplicação financeira apenas sobre os valores resgatados (regime caixa). Desta forma o valor difere da receita financeira apresentada na DRE. **Seção D - Políticas contábeis: 23. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **23.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **23.2 Ativos financeiros: 23.2.1 Classificação:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **23.2.2 *Impairment:*** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **23.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **23.3 Contas a Receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **23.4 Caixa restrito:** Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNB, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos. São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações financeiras. **23.5 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 35 (trinta e cinco anos) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **23.6 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **23.7 Provisão para desmobilização:** A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2019, em função do contrato de arrendamento estabelecer que a decisão da desmobilização é por parte da arrendatária. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. **23.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **23.9 Arrendamentos operacionais:** A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades estão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso estão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais. **23.10 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **23.11 Capital social:** O capital social da Companhia é composto por ações. **23.12 Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R$ 60.000 trimestrais, perfazendo R$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente. **24. Seguros (não auditado):** As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2019 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	132.985
Lucro cessante	20.398
Responsabilidade civil	10.000

25. Eventos subsequentes

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global. A Companhia entende neste momento que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa não serão afetados durante o exercício de 2020, em razão do status de pandemia do novo coronavírus, pois todos os negócios ativos da Companhia são considerados como serviços essenciais, possuem contratos a longo prazo e com receitas fixas.

A Diretoria

Contador

Leonardo Fonseca de Campos - CPF:411.244.048-05 - CRC 1SP303190/O-9.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Esmeralda Energias Renováveis S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Esmeralda Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Esmeralda Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9

Jornal ODIASP
3258-0273

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte 14791 nos dias 23/05 às 13 h e 26/05 às 19 h. www.gmleiloes.com - Alameda Piratinins 628 SP/SP (11) 94435-0642 diretoria@gmleiloes.com

COMUNICADO

"A/C. Senhores Representantes Legais da empresa **EQUIPABOR COMÉRCIO DE MAQUINAS LTDA**.
Ref. Notificação de Rescisão: Prezados Senhores Representantes Legais, **NOTIFICAMOS** nosso declínio ao Instrumento Particular de Prestação de Serviços Advocatícios e Afins, de 13/12/2018. Solicitamos a rescisão por falta de pagamento. Pedimos que nos informe, dentro de 10 (dez) dias, os dados do novo patrono para providenciarmos os substabelecimentos, transferindo todos os processos que se encontram e nossa responsabilidade.

São Paulo, aos 23 de maio de 2020.

Biscaldi Bueno Sociedade de Advogados"

ISEC SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 2ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 2ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. ("CRA" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos das cláusulas 8.2, em especial a cláusula 8.2.2, do Termo de Securitização de Certificados de Recebíveis de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª Série da 2ª Emissão da Securitizadora, celebrado em 20 de setembro de 2018 ("TS"), a reunirem-se em 2ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRA, a realizar-se no dia **04/06/2020, às 10:00h**, de forma remota e eletrônica (conforme instruções abaixo) através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet, em virtude da situação de calamidade pública causada pela pandemia do COVID-19 e em atenção ao Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, do Governo do Estado de São Paulo, bem como ao Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020 e Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020, com o objetivo de preservar a saúde dos investidores e demais participantes. A assembleia será realizada por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso será disponibilizado oportunamente pela Securitizadora, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, para os endereços eletrônicos adiante mencionados e com base nas instruções, para deliberar sobre: (i) Em decorrência de solicitação formal da Alcoeste Bioenergia Fernandópolis S.A. ("Devedora") datada de 27 de abril de 2020: a) aprovar, ou não, a suspensão do pagamento do valor do Preço do Produto devidos em razão da CPR Financeira, conforme cláusula 5.1, item (ii) da Cédula de Produto Rural Financeira nº 01/2018 emitida pela Devedora, e, por consequência, das parcelas vincendas da Amortização previstas para ocorrerem no período de maio a outubro de 2020 no montante de R$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões reais) nos termos da Cláusula 3.8 do Termo de Securitização ("Parcelas Suspensas"), com a distribuição igualitária do montante das Parcelas Suspensas nas parcelas com vencimento previsto para ocorrerem no período entre maio de 2021 e outubro de 2022, sem alteração da Data de Vencimento Final da CPR Financeira e do Prazo e Data de Vencimento do CRA; e b) o pagamento de prêmio para os titulares dos CRA de 1,75% (um inteiro e setenta e cinco centésimos) sobre o Saldo Devedor dos CRA em Circulação em caso de aprovação do item "(a)"; (ii) Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens (i) e (ii) acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da assembleia em segunda convocação é com qualquer número de presentes, sendo que o quórum de deliberação é de maioria absoluta (50% mais um) dos CRA presentes para o item (ii), e de 90% (noventa por cento) dos titulares dos CRA em circulação para o item (i) da Ordem do Dia. Reforçamos que o link para a participação da conferência será enviado apenas aos titulares que se cadastrarem prévia e diretamente com o Agente Fiduciário e com a Securitizadora, mediante o envio de documentos de representação (contrato/estatuto social, atas de eleição, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - dos signatários) para os e-mails: assembleias@pentagonotrustee.com.br e gestao@isecbrasil.com.br. Os titulares dos CRA poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário e, caso não seja possível em razão do cenário de pandemia, apresentar juntamente à procuração cópia do documento de identidade do outorgante. Para que seja garantida a participação na assembleia, solicitamos que os instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e à Securitizadora por e-mail, para assembleias@pentagonotrustee.com.br e gestao@isecbrasil.com.br com no mínimo 03 (três) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da assembleia.

São Paulo, 21 de maio de 2020.
ISEC SECURITIZADORA S.A.

27 e 28/05

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 20.247.332/0001-82 – NIRE 35.300.465.377

Assembleia Geral Extraordinária Digital - Edital De Convocação

Ficam convocados os senhores acionistas da **IT'SSEG CORRETORA DE SEGUROS S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") **digital** a ser realizada no dia 01/06/2020, às 10h, única e exclusivamente por meio do aplicativo Zoom (https://zoom.us/join), para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** a aprovação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da JFJ Participações Ltda. pela It'sSeg Corretora de Seguros S.A.", celebrado pelos administradores da Companhia e da JFJ Participações Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nº 2.403, sala 02, Jardim Paulistano, CEP 01441-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.315.707/0001-52, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.227.555.804 ("JFJ" e "Protocolo"); **(ii)** a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada Dallas Assessoria Contábil Ltda., responsável pela avaliação do patrimônio líquido da JFJ que será vertido para a Companhia e elaboração do laudo de avaliação da JFJ ("Empresa Avaliadora"); **(iii)** o exame e apreciação do laudo de avaliação do patrimônio líquido da JFJ elaborado pela Empresa Avaliadora, com data base de 30 de abril de 2020 ("Laudo de Avaliação"); **(iv)** a aprovação da Incorporação da JFJ pela Companhia com a consequente extinção da JFJ e versão de seu acervo líquido para a Companhia ("Incorporação"); **(v)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia em virtude das Incorporação; **(vi)** a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia em virtude da Incorporação; **(vii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(viii)** a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos e providências necessários à implementação da Incorporação. Informações Gerais: Documentos Relacionados à AGE: Uma cópia do Protocolo foi encaminhada aos acionistas por e-mail. Participação na AGE: Os acionistas poderão optar por participar da AGE por uma das seguintes formas: (a) pessoalmente (via atuação remota pelo aplicativo Zoom); (ii) por procurador devidamente constituído (via atuação remota pelo aplicativo Zoom), ou (c) via boletim de voto a distância. Os dados de acesso à AGE via aplicativo Zoom serão encaminhados aos acionistas por e-mail. (i) O acionista que optar por participar da AGE pessoalmente deverá apresentar documentação que comprove sua identidade, com foto, no caso de pessoa física, ou estatuto social/contrato social e a documentação societária que comprove a sua representação legal, no caso de pessoa jurídica. Para os fundos de investimento, é necessária a apresentação do último regulamento consolidado, estatuto social/contrato social do administrador ou gestor do fundo e documentação societária que comprove os poderes de representação. (ii) Para os casos em que o acionista opte por ser representado por procurador, além dos documentos indicados no item (i) acima, deverá ser apresentado também o instrumento de mandato. (iii) Para os casos em que o acionista opte por participar via boletim de voto a distância (cujo modelo será disponibilizado pela Companhia), deve encaminhá-lo devidamente preenchido, rubricado e assinado diretamente à Companhia, em conjunto com os documentos indicados no item (i) acima. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de participar da AGE e exercer seu direito de participação e votação durante o conclave, caso em que o boletim de voto a distância enviado será desconsiderado. Para viabilizar a participação do acionista na AGE, o acionista deverá antecipar o envio de cópia simples de toda a documentação mencionada nos itens acima ao e-mail societario@itsseg.com, sendo obrigatória a remessa da via original do boletim de voto a distância ou de eventual instrumento de mandato (em ambos os casos com a firma reconhecida), em até 20 dias da data da realização da AGE para a sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1478, 18º andar, conjunto 1801, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01472-900, aos cuidados da Diretoria. Os acionistas serão comunicados, em até 2 dias, do recebimento por e-mail da documentação pela Companhia, bem como confirmação de sua validade e eventuais alterações necessárias. Os boletins de voto a distância incompletos ou que tenham sido enviados sem a documentação necessária serão desconsiderados e o respectivo acionista comunicado.

São Paulo, 19 de maio de 2020.
Thomaz Luiz Cabral de Menezes
Membro do Conselho de Administração.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0033648-38.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DELCO SUL OFICINA MECÂNICA LTDA - EPP, CNPJ 13.159.708/0001-31, KÁTIA TENORIO DE ALBUQUERQUE, CPF 300.201.928-35 e JOSÉ DOS PASSOS RODRIGUES DA SILVA, CPF 246.863.098-08, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Itaú Unibanco S.A.. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, paguem a quantia de R$ 78.586,69 (em setembro/2018), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Ficam cientes, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO.PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1026484-07.2015.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 22ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Mario Chiuvite Júnior, na forma da Lei etc. FAZ SABER a AMBIENTE GLOBAL COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LTDA devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.042.949/0001-80 e MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES PEREIRA, e devidamente inscrita no CPF/MF de n.º 562.621.676-68 , que, Banco do Brasil S/A, ajuizou Ação Monitória objetivando a cobrança da quantia de R$ 133.859,84 (cento e trinta e três mil e oitocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), referente ao contrato bancário. Estando os réus em local ignorado, foi expedido o presente edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, paguem o "quantum" reclamado ou ofereçam embargos, sob pena de não o fazendo, constituir-se em título executivo judicial a inicial pretendida. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o edital, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 31/05/2019. 27 e 28/05

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE PARELHEIROS
OFICIAL - ODÉLIO ANTONIO DE LIMA

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

MÁRCIO BATISTA DOS SANTOS E MÔNICA SOUZA DIAS SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, PINTOR, DIVORCIADO, NASCIDO EM BUERAREMA, BA, NO DIA 16/10/1980, FILHO DE REGIS BATISTA DOS SANTOS E DE MARIA JOSÉ DOS SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, DIVORCIADA, NASCIDA EM ALFENAS, MG, NO DIA 06/03/1967, FILHA DE JOÃO CRISPIM SOUZA DIAS E DE CLELIA NERY DIAS.

VITOR GOTARDO LEMOS E SHEILA LAURIANO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 02/11/2000, FILHO DE ELISEU PEREIRA LEMOS E DE VALDIRENE GOTARDO DOS ANJOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ATENDENTE, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 05/05/2000, FILHA DE E DE ROSILENE LAURIANO MARIA.

LUCIANO CARIA E MIRANILDE BATISTA DE MIRANDA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, VIDRACEIRO, DIVORCIADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 02/12/1974, FILHO DE LUIZ CARIA E DE MARIA OLIMPIA CARIA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUIDADORA DE IDOSOS, SOLTEIRA, NASCIDA EM SEABRA, BA, NO DIA 15/11/1970, FILHA DE GENELICE BATISTA DE MIRANDA E DE DEUZINA MARIA DE JESUS.

ADMILSON LEDRES DOS SANTOS E MARIA OBETISA FEITOSA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, CONSTRUTOR, SOLTEIRO, NASCIDO EM MEDINA, MG, NO DIA 25/09/1966, FILHO DE JOSÉ LEDRES DOS SANTOS E DE TEREZINHA PAZ DOS SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTONOMA, DIVORCIADA, NASCIDA EM OEIRAS, PI, NO DIA 24/01/1970, FILHA DE ADONIAS FEITOSA E DE MARIA DE NAZARE LUSTOSA.

GENIVALDO DOS SANTOS E ANA MARIA DE CASTRO NASCIMENTO. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MECANICO, DIVORCIADO, NASCIDO EM LARANJEIRAS, SE, NO DIA 29/07/1966, FILHO DE FRANCISCO DOS SANTOS E DE MARIA HELENA DOS SANTOS. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, , DIVORCIADA, NASCIDA EM FORTALEZA, CE, NO DIA 18/10/1971, FILHA DE JOSÉ ALVES DI NASCIMENTO E DE MARIA DA CONCEIÇÃO DE CASTRO NASCIMENTO.

MARCO ANTONIO NOÉ E RAÍSSA BOUMAN DE OLIVEIRA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MOTORISTA, DIVORCIADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 13/06/1974, FILHO DE ANTONIO NOÉ DO NASCIMENTO E DE MARIA EVANGELISTA DO NASCIMENTO NOÉ. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, FONOAUDIÓLOGA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 01/07/1992, FILHA DE JOÃO BATISTA GILMAR DE OLIVEIRA E DE DENISE BOUMAN DE MATTOS.

FELIPE SOUZA HEMMEL E GABRIELA DOS SANTOS FERNANDES. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, JARDINEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO ROQUE, SP, NO DIA 25/07/1997, FILHO DE WLADIMIR DOMINGUES HEMMEL E DE ENI OLIVEIRA SOUZA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, DO LAR, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 08/06/2001, FILHA DE JOÃO BATISTA FERNANDES E DE LUCIENE DOS SANTOS.

HENRIQUE DOS SANTOS MACHADO E VALÉRIA AMORIM DA SILVA. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, ASSISTENTE FINANCEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 01/09/1994, FILHO DE ROBERTO FLORES MACHADO E DE ISVALDINA REIS DOS SANTOS FLORES MACHADO. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, RECURSOS HUMANOS, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 04/03/1995, FILHA DE VANDERLEY AMORIM DOS REIS E DE GENOLICE ARAUJO DA SILVA.

MARCELO AUGUSTO DA SILVA COSTA E LETICIA REGINA ALFREDO DOS SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMO, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 27/12/1993, FILHO DE E DE EDUWIRGW DA SILVA COSTA. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, AUTÔNOMA, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 29/08/1998, FILHA DE CARLOS OLIVEIRA DOS SANTOS E DE MONICA REGINA ALFREDO.

JEFERSON SALDANHA RODRIGUES E PAULA SOUSA SANTOS. ELE, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MOTO BOY, SOLTEIRO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 25/03/1998, FILHO DE EDSON ROBERTO RODRIGUES E DE UENIA SALDANHA DINIZ. ELA, DE NACIONALIDADE BRASILEIRA, MANICURE, SOLTEIRA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP, NO DIA 15/07/1990, FILHA DE ADELCIO FRANCISCO DOS SANTOS E DE ISAURA MARIA DOS SANTOS.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Processo 0023963-73.2019.8.26.0001 (processo principal 1028392-42.2014.8.26.0001) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - Fundo de Recupração de Ativos Fundo de Investimento em Diretos Creditórios não Padronizado - VGM DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA. EPP - - VALTER GAMEIRO - EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 15 DIAS. PROCESSO Nº 0023963-73.2019.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Clovis Ricardo de Toledo Junior, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) VGM DISTRIBUIDORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA. EPP, CNPJ 10.912.077/0001-91 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, Fundo de Recuperação de Ativos - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$111.762,51 (outubro de 2019). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetuem o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Ficam as partes executadas advertidas de que transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 11 de fevereiro de 2020. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001365-76.2017.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Emanuel Brandão Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) PAULO SOARES AMORIM, CPF 608.343.383-51, JOEL PEREIRA DA SILVA, CPF 608.343.463-70 e JOMARA COMÉRCIO DE APARELHOS ELETROELETRONICOS, CNPJ 45.792.587/0001-57, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de BANCO DO BRASIL S/A, objetivando a cobrança de R$ 498.940,77 (em 31/12/2016), decorrente do inadimplemento do CONTRATO PARA DESCONTO DE TÍTULOS nº 303.902.390, celebrado em 25/07/2012. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito, ficando isento de custas e honorários incidindo em 5%, ou oponha embargos. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de janeiro de 2019. 27 e 28/05

essencis

Essencis Soluções Ambientais S.A.

CNPJ: 40.263.170/0001-83

Relatório de Administração

Senhores acionistas, submetemos a apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras da Essencis Soluções Ambientais S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As Notas Explicativas em sua íntegra, juntamente com o parecer da KPMG, encontra-se à disposição na sede da Companhia e no site: www.essencis.com.br".

Balanços Patrimoniais - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de reais)*

ATIVO	Notas Explicativas	2019	2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	9.480	3.421
Títulos e valores mobiliários		763	-
Contas a receber de clientes	9	101.019	99.665
Mútuos a receber de partes relacionadas		12.000	12.000
Estoques		15.313	8.480
Dividendos a receber	10	6.590	12.418
Impostos a recuperar		4.375	4.929
Outras contas a receber		2.620	914
Adiantamento a fornecedores		8	123
Total do ativo circulante		**152.168**	**141.950**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Títulos e valores mobiliários		6.161	6.821
Impostos a recuperar		1.214	-
Contas a receber de clientes	9	73	73
Ativo fiscal diferido		95.941	118.594
Mútuos a receber de partes relacionadas		49.735	52.813
Dividendos a receber	10	8.849	-
Outras contas a receber		8.284	5.798
Depósitos judiciais		1.396	1.355
		171.653	**185.454**
Investimentos	11	105.471	97.447
Imobilizado	12	273.672	268.327
Direito de uso - Arrendamento		27.329	-
Intangível		1.697	2.243
		408.169	**368.017**
Total do ativo não circulante		**579.822**	**553.471**
Total do Ativo		**731.990**	**695.421**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	2019	2018
Circulante			
Fornecedores	13	35.348	52.306
Empréstimos e financiamentos	14	14.962	40.200
Passivo de arrendamento		4.765	-
Debêntures	15	17.073	17.155
Salários, benefícios e encargos sociais		9.909	10.452
Impostos, taxas e contribuições		13.039	8.183
Imposto de renda e contribuição social		4.579	-
Dividendos a pagar	10	35.012	-
Adiantamentos de clientes		11.318	8.432
Outras contas a pagar		1.705	1.332
Total do passivo circulante		**147.710**	**138.060**
Não Circulante			
Exigível a longo prazo:			
Fornecedores	13	6.674	-
Empréstimos e financiamentos	14	43.635	74.160
Passivo de arrendamento		23.560	-
Debêntures	15	45.833	62.500
Parcelamentos fiscais		2.881	-
Provisões	16	52.276	49.977
Total do passivo não circulante		**174.859**	**186.637**
Patrimônio Líquido	**17**		
Capital social		129.196	129.196
Reserva de capital		123.846	123.846
Reservas de lucros		156.379	117.682
Total do patrimônio líquido		**409.421**	**370.724**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**731.990**	**695.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**129.196**	**123.846**	**12.907**	**58.757**	**-**	**324.707**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.488	45.488
Reserva legal	-	-	2.274	-	(2.274)	-
Reserva de lucros	-	-	-	43.214	(43.214)	-
Ajuste no patrimônio líquido da investida	-	-	-	529	-	529
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**129.196**	**123.846**	**15.181**	**102.500**	**-**	**370.724**
Outros	-	-	-	-	1.665	1.665
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	72.045	72.045
Reserva legal	-	-	3.686	-	(3.686)	-
Reserva de lucros	-	-	-	35.012	(35.012)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(35.012)	(35.012)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**129.196**	**123.846**	**18.867**	**137.512**	**-**	**409.421**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	2019	2018
Receita Operacional Líquida	18	**361.430**	**316.756**
Custo dos serviços prestados	19	(230.965)	(213.877)
Lucro Bruto		**130.465**	**102.879**
Receitas e Despesas Operacionais			
Despesas comerciais		(724)	(483)
Despesas administrativas	20	(10.172)	(12.610)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1.258	(9.858)
Resultado de equivalência patrimonial		4.750	4.491
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		**(4.888)**	**(18.460)**
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		**125.577**	**84.419**
Receitas e Despesas Financeiras			
Receitas financeiras	21	8.349	8.206
Despesas financeiras	21	(26.157)	(25.515)
Resultado Financeiro Líquido		**(17.808)**	**(17.309)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**107.769**	**67.110**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente		(13.071)	(1.394)
Diferido		(22.653)	(20.228)
Lucro Líquido do Exercício		**72.045**	**45.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	72.045	45.488
Total do Resultado abrangente da empresa	**72.045**	**45.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	72.045	45.488
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	30.560	28.866
Baixa de imobilizado e intangível	2.759	321
Equivalência patrimonial	(4.750)	(4.491)
Perda / Ganho no investimento	-	3.228
Encargos financeiros sobre debêntures, empréstimos e financiamento, passivo de arrendamento, líquidos de rendimento com mútuos	6.304	13.402
Provisão / Reversão de ajustes de inventário	3	(159)
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	8.783	4.734
Comissão sobre anuência de titularidade de debêntures	1.666	-
(Reversão) / Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(21)	(134)
(Reversão) / Provisão para contingências	(1.667)	9.121
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	35.725	21.622
Aumento / Redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(103)	250
Contas a receber	3.210	(15.776)
Partes relacionadas	(4.543)	-
Impostos a recuperar	(660)	11.666
Estoques	(6.836)	1.290
Dividendos recebidos	4.013	3.200
Outras contas a receber	(4.190)	(53)
Depósitos judiciais	(4.078)	572
Adiantamento a fornecedores	115	188
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(8.885)	11.948
Partes relacionadas	(1.399)	-
Salários, benefícios e encargos sociais	(543)	1.022
Impostos, taxas e contribuições	2.825	(670)
Pagamento de contingências	(780)	(1.644)
Adiantamento de clientes	2.886	(852)
Outras contas a pagar	370	-
Parcelamentos fiscais	4.209	(6.145)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**137.018**	**126.994**
Impostos pagos sobre o lucro	(8.493)	(7.061)
Mútuos ativos - recebimento Juros	680	2.741
Mútuos passivos - juros pagos	-	(142)
Debêntures - juros pagos	(4.490)	(7.157)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(9.174)	(8.712)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**115.541**	**106.663**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Mútuos ativos	(34.780)	(81.202)
Mútuos ativos - recebimento principal	33.913	85.535
Aquisição de controle da Ecotottal	-	(3.679)
Aumento de investimento	-	(21.752)
Aquisições de imobilizado	(34.686)	(31.534)
Adição de intangível	(36)	(1.676)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(35.589)**	**(54.308)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Mútuos passivos	-	777
Mútuos passivos - pagamento principal	-	(18.261)
Debêntures - pagamento principal	(12.500)	(16.667)
Empréstimos e financiamentos - captação	23.708	20.439
Empréstimos e financiamentos - pagamento principal	(80.442)	(31.660)
Passivo de arrendamento - pagamento principal	(4.659)	-
Dividendos pagos	-	(10.412)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(73.893)**	**(55.784)**
Aumento / Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**6.059**	**(3.429)**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	3.421	6.850
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.480	3.421
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**6.059**	**(3.429)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Essencis Soluções Ambientais S.A. ("ESA" ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital fechado com sede na Avenida Gonçalo Madeira, 400 - Jaguaré, município de São Paulo - SP, com o objetivo de oferecer soluções integradas para o tratamento e destinação final de resíduos sólidos, principalmente para o setor privado. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Mudanças de políticas contábeis:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil em 1º de janeiro de 2019. Em virtude da referida adoção, foram realizadas alterações significativas nas práticas contábeis de arrendamentos operacionais. **b. Base de consolidação:** ***Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Companhia e suas controladas em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia e suas controladas, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou tenha o controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual por meio do qual a Companhia e suas controladas possui controle compartilhado e tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia e suas controladas no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método. **c. Receita de contratos com clientes:** A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas. ***(i) Receita de serviços prestados - Resíduos:*** As receitas com transações relacionadas à prestação de serviços de tratamento, gerenciamento e destinação final de resíduos públicos e privados são reconhecidas com base em medições (pesagem, metragem ou duração) do trabalho executado, após aprovação do comprador. **• Destinação final de resíduos:** A obrigação de desempenho inerente à destinação final de resíduos em aterro, são cumpridas e as respectivas receitas são reconhecidas ao final de cada mês, de acordo com a pesagem depositada pelos coletores. As controladas que operam contratos de concessão de serviços públicos reconhecem suas receitas de acordo com o regime de competência, com base nos valores definidos e acordados em contrato. **• Venda de biogás:** As receitas com a venda de biogás é produzida dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários que fornece o biogás. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita de acordo ao montante fornecido de biogás, que é medido através de um relógio instalado nos dutos de captação de biogás dos aterros, gerando um relatório de medição para a aprovação do cliente. **• Venda de crédito de carbono:** As receitas provenientes da venda de créditos de carbono, são inerentes a geração de créditos de carbono por meio de queima controlada de biogás. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva transferência dos créditos de carbono ao cliente, que somente é concretizada após a emissão das RCE's (Reduções Certificadas de Emissões). **• Venda de sucata:** As receitas com a venda de sucata são advindas do processo de manufatura reversa, que consiste no processo de destruição/descaracterização direta de produtos e equipamentos eletrônicos, como placas eletrônicas e catalisadores automotivos, afim de se obter suas partes sucateadas, como metais e outros insumos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita apenas na efetiva entrega dos materiais sucateados ao cliente. **d. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos. **e. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **f. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. **g. Ativos intangíveis e ágio:** O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). Os direitos de uso de software são demonstrados ao valor de custo histórico de aquisição, sendo amortizados linearmente pela vida útil estimada dos bens. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possue uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i. Reemissão das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente emitidas em 30 de março de 2020, estão sendo reemitidas, em conformidade com a Mudança de Estimativa e Erro (IAS 8) e CPC 26(R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em decorrência dos ajustes demonstrados abaixo.

	2019 Anteriormente apresentado	Ajustes	2019 Reemitido
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	9.396	84	9.480
Contas a receber de clientes - CP	102.926	(1.907)	101.019
Passivo			
Fornecedores - CP	44.915	(9.567)	35.348
Fornecedores - LP	72	6.602	6.674
Empréstimos e financiamentos - CP	14.864	98	14.962
Salários, benefícios e encargos sociais	9.395	514	9.909
Impostos, taxas e contribuições	12.509	530	13.039

Apesar dos valores serem imateriais no nível das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração decidiu reemitir as demonstrações financeiras para melhor refletir a situação econômica financeira da empresa. **7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras, exceto o CPC 06 (R2) / IFRS 16. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. - Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS. - Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/ IFRS 3). - Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

8. Caixa e equivalentes de caixa: São compostos como segue:

	2019	2018
Caixa e bancos	3.444	56
Aplicações financeiras	6.036	3.365
	9.480	**3.421**

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a Certificado de Depósito Bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 54% (59,52% em 2018), do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

9. Contas a receber: São compostas como segue:

	2019	2018
Valores faturados:		
Clientes privados	27.979	21.753
Clientes públicos	9.542	2.813
	37.521	**24.566**
Medições a faturar:		
Clientes privados	27.423	23.428
Clientes públicos	8.953	1.156
	36.376	**24.584**
Créditos de carbono	157	28.114
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	(5.594)	(5.615)
Partes relacionadas	32.632	28.089
Total	**101.092**	**99.738**
Circulante	101.019	99.665
Não circulante	73	73
Total	**101.092**	**99.738**

10. Dividendos a receber e a pagar: Os estatutos sociais ou os contratos sociais da Companhia determinou a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 50% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a receber e a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como direito no ativo e como obrigação no passivo, respectivamente. Os dividendos a pagar e a receber são compostos como segue:

	Saldo a receber 2019	Saldo a receber 2018	Saldo a pagar 2019	Saldo a pagar 2018
Controladoras:				
Solví Participações S.A.	-	-	35.012	-
Controladas:				
Essencis Ecossistemas Ltda.	223	223	-	-
Controladas em conjunto:				
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	925	1.137	-	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	7.733	6.062	-	-
Ecotottal Sistemas de Gestão Ltda.	6.558	4.996	-	-
	15.439	**12.418**	**35.012**	**-**
Circulante	6.590	12.418	35.012	-
Não Circulante	8.849	-	-	-
	15.439	**12.418**	**35.012**	**-**

11. Investimentos: Saldos dos investimentos:

Participações em controladas

Empresa	Capital social	Participação societária (%)	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento 31/12/2019	Saldo de investimento 31/12/2018
Essencis Ecossistema Ltda.	14.999	100,00%	12.460	(2.099)	(2.099)	12.460	4.250
Prameq Indústria e Comércio Ltda.	5.484	100,00%	(975)	(445)	(445)	(975)	(530)
Essencis Ecossistema Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	2.476	(69)	(69)	2.476	2.545
Prameq Indústria e Comércio Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	764	(86)	(86)	765	851
Ecottotal Sistemas de Gestão Ltda.	4.145	100,00%	7.774	1.563	1.563	7.772	7.774
Ecottotal Sistemas de Gestão Ltda. - Participação sobre valor justo dos ativos líquidos	-	100,00%	511	(326)	(326)	511	837
Total (a)					**(1.462)**	**23.009**	**15.727**

Participações em empreendimentos controlados em conjunto

Empresa	Capital social	Participação societária (%)	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento 31/12/2019	Saldo de investimento 31/12/2018
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	6.083	66,67%	28.741	6.436	4.290	19.159	17.041
Catarinense Engenharia Ambiental S.A.	2.800	54,00%	21.427	6.854	3.701	11.571	11.168
Total (b)					**7.991**	**30.730**	**28.209**

Participações em coligadas

Empresa	Capital social	Participação societária (%)	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo de investimento 31/12/2019	Saldo de investimento 31/12/2018
Koleta Ambiental S.A.	101.017	46,37%	54.840	(3.836)	(1.779)	25.429	27.208
Total (c)					**(1.779)**	**25.429**	**27.208**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura - Individual (d)						26.303	26.303
Total dos investimentos individuais: (a) + (b) + (c) + (d)						**105.471**	**97.447**

12. Imobilizado: É composto como segue:

	Taxa Média Anual %	Custo 2019	Depreciação 2019	Líquido 2019	Líquido 2018
Aterros e infra em aterros	(*)	327.541	(226.332)	101.209	109.602
Benfeitorias em bens de terceiros	-	31.062	(22.608)	8.454	9.259
Edificações	4%	89.927	(31.707)	58.220	47.487
Máquinas e equipamentos	10%	114.962	(62.620)	52.342	54.572
Móveis e utensílios	10%	3.105	(2.318)	787	795
Hardware e outros	20%	3.707	(3.199)	508	310
Imobilizado em andamento	-	52.152	-	52.152	46.302
		622.456	**(348.784)**	**273.672**	**268.327**

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias referem-se às centrais de tratamento de resíduos nas cidades de Curitiba, Caieiras, Itaberaba, Macaé, Betim, Juiz de Fora, Joinville, Capela Santana e São José dos Campos, e são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada dos aterros.

13. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores	34.336	43.221
Partes relacionadas	7.686	9.085
	42.022	**52.306**
Circulante	35.348	52.306
Não circulante	6.674	-

14. Empréstimos e financiamentos

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2019	2018
Finame/Finep	Pré-fixado de 5,00% a.a.	Até Setembro/2024	378	456
BNDES	Pré-fixado de 1,40% a.a. a 7,95% a.a. TJLP+ 1,00% a.a.	Setembro/2023 a Janeiro/2024	58.075	68.863
Capital de giro	CDI de 3,00% a.a. a 4,40% a.a.	Fevereiro/2019 a Setembro/2021	-	44.223
Crédito direto ao consumidor	Pré-fixado de 1,77% a.a. a 15,2% a.a.	Novembro/2020	5	594
Leasing	Pré-fixado de 2,91% a.a.	Setembro/2020	139	224
			58.597	**114.360**
Circulante			14.962	40.200
Não circulante			43.635	74.160

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	2019	2018
2020	-	24.762
2021	-	21.985
2022	-	13.214
2023	4.429	13.205
2024	39.206	994
	43.635	**74.160**

15. Debêntures: Composição: Em 1 de setembro de 2011, a controladora emitiu 15.000 debêntures simples, no valor nominal total de R$150.000 não conversíveis em ações, nominativas, da espécie com garantia flutuante em série única, integralizadas em 21 de outubro de 2011 em favor da Carteira Administrada de Saneamento do FGTS, operado pela Caixa Econômica Federal, com amortização mensal a partir de outubro de 2014 e vencimento final em setembro de 2023. A remuneração é equivalente à Taxa Referencial, acrescida de uma sobretaxa de 8,5% a.a. O saldo da controladora em 31 de dezembro de 2019 está composto no passivo circulante em R$17.073 (R$17.155 em 2018) e no passivo não circulante em R$45.833 (R$62.500 em 2018). As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

16. Provisões

	2019	2018
Contingências	3.795	10.279
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro	48.481	39.698
	52.276	**49.977**

17. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital subscrito em 31 de dezembro de 2019 está representado por 129.195.979 ações (129.195.979 em 2018) ordinárias nominativas sem valor nominal. **b. Reserva legal:** Constituída a parcela de 5% do lucro líquido do exercício observado o limite estabelecido em lei. **c. Destinação do lucro líquido:** O estatuto da Companhia estabelece a distribuição de dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido, ressalvadas as hipóteses previstas em lei.

18. Receita operacional líquida: É composta como segue:

	2019	2018
Receita de resíduos	375.487	307.674
Receita venda de sucata	15.084	24.341
Receita venda de biogás	7.331	6.106
Receita crédito de carbono	14.229	25.940
Total receita bruta	**412.131**	**364.061**
Deduções sobre as vendas		
ISS	(16.752)	(14.750)
PIS	(6.434)	(5.353)
COFINS	(29.641)	(24.651)
ICMS	2.126	(2.551)
Total de deduções sobre vendas	**(50.701)**	**(47.305)**
Receita líquida	**361.430**	**316.756**

As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente das obrigações de desempenho. • Destinação de resíduos – 84,5%; • Venda de crédito de carbono – 7,1%; • Venda de sucata – 6,7%; • Venda de biogás – 1,7%.

19. Custos dos serviços prestados: É composta como segue:

	2019	2018
Salários e encargos	(52.889)	(54.270)
Aluguel	(26.483)	(25.206)
Depreciações	(30.112)	(28.551)
Materiais aplicados nos serviços	(28.067)	(32.701)
Serviços de terceiros (a)	(59.702)	(59.280)
Outros custos de produção (b)	(44.667)	(24.418)
Créditos fiscais (c)	10.955	10.549
	(230.965)	**(213.877)**

(a) As principais naturezas em serviços de terceiros é referente a transporte de resíduos, tratamentos de efluentes, destinações em aterros e manutenção de equipamentos, máquinas e veículos. (b) Refere-se substancialmente a energia elétrica, vigilância e provisões para fechamento e pós fechamento de aterro. (c) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS.

20. Despesas administrativas: São compostas como segue:

	2019	2018
Remuneração direta mão de obra	(2.810)	(3.380)
INSS	(546)	(625)
FGTS	(157)	(176)
Benefícios	(312)	(356)
Aluguéis	(106)	(599)
Depreciação	(234)	(315)
Serviços de terceiros (a)	(5.002)	(5.538)
Tributos, seguros e contribuições	(884)	(956)
Viagens e estadias	-	(132)
Outros	(121)	(533)
	(10.172)	**(12.610)**

(a) Refere-se substancialmente a despesas com serviços compartilhados e consultoria administrativa financeira.

21. Resultado financeiro: É composto como segue:

	2019	2018
Juros sobre mútuos	6.688	5.187
Variação monetária	226	1.335
Rendimentos sobre aplicações financeiras	923	172
Juros recebidos e descontos obtidos	512	1.512
Total receitas financeiras	**8.349**	**8.206**
Juros sobre financiamento	(15.362)	(17.138)
Variação monetária	(3.540)	(1.785)
Descontos concedidos	(228)	(974)
Juros sobre pagamento de títulos e tributos em atraso	(76)	(249)
Tarifas bancárias	(3.560)	(4.492)
Tributos sobre movimentações financeiras	(774)	(448)
Despesas juros sobre contratos de mútuos	(345)	(429)
Arrendamento mercantil	(2.259)	-
Provisão para perda	(13)	-
Total despesas financeiras	**(26.157)**	**(25.515)**
Total	**(17.808)**	**(17.309)**

22. Efeitos do COVID-19: Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

A DIRETORIA

CONTADOR - Marcio Aparecido Utrila - Contador - CRC 1SP235229/O-2

"As demonstrações financeiras e as Notas Explicativas em sua íntegra, juntamente com o parecer, encontram-se à disposição na sede da Companhia e no site: www.essencis.com.br"

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte 15342 no dia 28/05 às 18 h. www.originarteleiloes.com.br, Av. Doutor João Guimarães, 315ª Morumbi SP/SP (11) 5825-8932 originarteleiloes@gmail.com

Jornal ODIASP

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1021096-94.2013.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 20ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Elaine Faria Evaristo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) FRANCISCO VALDIR SAID, CPF 047.008.028-04 e HUGO LUCIANO JUNIOR, CPF 112.354.198-19, que lhes foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de ITAU UNIBANCO S.A., objetivando a quantia de R$ 217.952,73 (abril de 2013), representada pela Cédula de Crédito Bancário Abertura de Crédito em Conta Corrente (LIS Limite Itaú para Saque PJ-Pré), firmada em 08/06/2011, conta de depósitos nº 08313-1. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que providenciem o pagamento do débito em três dias. Fixada a honorária advocatícia em 10% sobre o valor do débito. Em caso de pagamento integral no tríduo, fica reduzido pela metade os honorários. Prazo para embargos: 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. Não inércia, os réus serão considerados revéis, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de fevereiro de 2020. 23 e 26 / 05 / 2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000006-03.2020.8.26.0003. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristiane Vieira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ONOFRE PEDRO ALMEIDA, com endereço à Rua Doutor Miguel Couto, 53 OU 45, Centro, CEP 01008-010, São Paulo - SP que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Banco Bradesco S/A. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 70.554,16, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
9º SUBDISTRITO VILA MARIANA

OFICIAL - BEL JOÃO BAPTISTA MARTELLETTO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

GUILHERME PADOVAN LONGO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADVOGADO, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/11/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE RENATO SANTIAGO LONGO E DE VIRGINIAMARIA PADOVAN LONGO. **FERNANDA NEMITZ,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDAEM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/08/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA EM CARAPICUÍBA, SP, FILHA DE RUBENS ARGENTA NEMITZ E DE MARIA TEREZA LIMA VIEIRA DA ROCHA.

JOÃO VICENTE TADEO RUSSO ROMANO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ESTUDANTE, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/06/1986), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MIGUEL FRANCO CARMEL ROMANO E DE MARISARUSSO ROMANO. **ELYS MARCONDES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (13/12/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ MARIA BARBOZA MARCONDES E DE HELOISA TOMIKA INOUE.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Fazenda Pilon S/A.

CNPJ: 57.226.151/0001-80 - NIRE: 3.530036405-8

Ata da Assembléia Geral Ordinária

Data/horário/local: 27/03/2020, às 16h30, na Fazenda São José-Bairro São Francisco - Cerquilho/SP. **Mesa:** Presidente - José Pilon; Secretário - Mário Nirceu Pilon. **Presença:** 86,51% do capital. **Publicações Prévias:** a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Relatório da Diretoria publicado no "DOESP" e "O Dia" em 07/02/2020. b) Edital de Convocação publicado no jornal "DOESP" nos dias 13, 14 e 15/02/2020 e "O Dia" nos dias 14, 15 e 18/02/2020. **Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade", a) os Relatórios da Diretoria, Balanço Geral, Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2019. b) o destino do Resultado do Exercício, sendo que foi apurado lucros no valor de R$ 678.026,32. 1 – 5% foi destinado para o fundo de reserva conforme capitulo VI, artigo 19 do estatuto social no valor de R$ 33.901,32, e o restante no montante de R$ 644.125,00 foi destinado para a conta de Reservas de Lucros. c) destinar R$ 3.300.000,00 das Reservas de Lucros para distribuições entre os sócios proporcionalmente às participações na sociedade. d) a reeleição da diretoria por mais 03 anos, cujo mandato irá até a data da AGO de 2023, sendo composta pelo **Diretor Presidente - José Pilon**, RG n.º 2.907.398-4 SSP/SP e CPF/MF n.º 017.812.198-34; **Diretor Financeiro - Otávio Pilon Filho**, RG n.º 5.722.011-6 SSP/SP e CPF/MF n.º 002.988.668-62; **Diretor Administrativo - Nelson Pilon**, RG n.º 5.722.030-X SSP/SP e CPF/MF 405.370.808-72; **Diretor Técnico - Mário Nirceu Pilon**, RG n.º 5.091.402-9 SSP/SP e CPF/MF n.º 835.132.998-34; e **Diretor Adjunto - Valdemir Pilon**, RG n.º 5.944.818-0 SSP/SP e CPF/MF n.º 438.575.748-87. **Declaração de Desimpedimento:** Os senhores membros da diretoria que foram reeleitos, estando todos presentes, declaram expressamente sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum crime previsto em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que lida foi aprovada pelos acionistas. Cerquilho, 27/03/2020. **Mesa:** José Pilon, presidente e Mário Nirceu Pilon, secretário. **Acionistas:** Américo Pilon Júnior, S.Pilon Participações S/A, representada pelo diretor vice-presidente Paulo Roberto Pilon, GLPilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Otávio Pilon Filho, J.Helena-Participações S/A, representada pelo diretor presidente José Pilon, MLGPilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Carlos Renato Gayotto Pilon, CRPilon Participações S/A, representada pelo diretor presidente Carlos Renato Gayotto Pilon, Leomar-Empreendimentos e Participações Ltda., representada pela sócia administradora Maria de Lourdes Beneton Pilon, NPilon Participações S/A, representada pelo diretor presidente Nelson Pilon, Nirceu Pilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Mário Nirceu Pilon, NHPilon Participações S/A, representada pela diretora presidente Nilza Helena Pilon, Vieira da Cruz e Pilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Norberto Vieira da Cruz Filho, J Pilon S/A Açúcar e Alcool representa pelo diretor presidente José Pilon, Valdelu Participações S/A. representada pela diretora presidente Lucila Pilon Arraval, O.P.F. Participações S/A, representada pelo diretor presidente Otávio Pilon Filho, ALCM Participações S/A representada pela diretora presidente Ana Lúcia Corradi Mazzer, PCPilon Participações S/A representada pela diretora presidente Ana Lúcia Corradi Mazzer, Valmir Pilon, Brenda Participações S/A representada pelo diretor presidente Valdemir Pilon, Luis Maria da Silva Spezzotto, Marisa Pilon. A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. ***JUCESP*** nº 163.610/20-4 em 07/05/2020.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1071507-10.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Acacio de Azevedo Borsanelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Y S Cho Confecções (CNPJ. 15.007.620/0001-20) e Young Sik Cho (CPF. 235.010.338-26) que Banco Santander (Brasil) S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 826.487,54 (agosto de 2014), representada pelo Cédula de Crédito Bancário - Confissão e Renegociação de Dívida n° 0762000003000300424. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005085-20.2018.8.26.0001. A MMª. Juíza de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dra. Maria Cecilia Monteiro Frazão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Mariana da Silveira Penteado (CPF. 340.968.948-69) que Fundação Getúlio Vargas lhe ajuizou ação Monitória para cobrança da quantia de R$ 13.830,40 (atualizado até janeiro/2018) decorrente do Contrato de Prestação de Serviços Educacionais para a realização do curso de pós-graduação latu sensu, nível especialização, denominado Master em Gestão de Pessoas. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito (ficando isenta de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios equivalentes a 5% do valor do débito (artigo 701 do CPC), ou ofereça embargos, sob pena de converter-se o mandado inicial em mandado executivo. Não havendo manifestação será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de março de 2020. 23 e 26 / 05 / 2020

36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 36º Ofício Cível. Edital de Citação e Intimação. Prazo 20 dias. Processo n° 1025194-49.2018.8.26.0100. A Dra. Thania Pereira Teixeira de Carvalho Cardin, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Paulo da Cunha Freire Júnior (CPF. 535.802.818-87), que Banco Bradesco S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 21.892,73 (abril de 2018), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo n° 303.849.374. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre a quantia bloqueada judicialmente de R$ 1.302,46. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1115579-82.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Acacio de Azevedo Borsanelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a KSJ Importação e Exportação de Tecidos e Vestuário Feminino Ltda ME (CNPJ. 16.956.306/0001-56), Ryung Back Um (CPF. 235.671.908-30) e Sung Hee Kim (CPF. 235.671.878-80), que Banco Bradesco S/A lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 731.915,19 (junho de 2018), representada pela Cédula de Crédito Bancário de n° 008.170.211. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, paguem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embarguem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requererem que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE JD. SÃO LUÍS

OFICIAL - DRª EVANICE CALLADO RODRIGUES DOS SANTOS

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

RODRIGO BARROS ALVES, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 07/04/1987, MEIO OFICIAL ELETRICISTA, NATURALDE SÃO PAULO, ESTADO DE SÃO PAULO, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRIT O, SÃO PAULO – SP, FILHO DE REGINALDO BATISTAALVES E DE RITA DE CASSIA BARROS ALVES; E **PAULA OLIVEIRA SANTOS**, BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 24/08/1992, DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO – SP, FILHA DE ORESTO DE JESUS SANTOS E DE LIZETE RICARDO DE OLIVEIRA.

EDUARDO ALVES DASILVA,BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 27/03/1996, MILITAR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CARVALHO DA SILVA E DE MARIADAS MERCÊS ALVES DA SILVA; E **ROSINEIDE RODRIGUES TRAJANO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 09/05/1997, SECRETÁRIA, NATURAL DE JAGUARIBE - CE, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE DAMIÃO MELO RODRIGUES E DE TEREZA TRAJANO RODRIGUES.

GUSTAVO KATUMATA DO NASCIMENT O, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 24/02/1997, GUINCHEIRO, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE WILSON MENEZES DO NASCIMENT O E DE MARY KATUMATA DO NASCIMENTO; E **NATHALIAANDRADE PASSEAU,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 16/01/1998, ANALISTA DE CUSTOMER MARKETING, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHADE CELSO CARVALHO PASSEAU E DE KATIA CRISTINA ANDRADE.

JOAQUIM DIAS DA ROCHA,BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDOAOS 17/04/1988, MEIO OFICIAL ELETRICISTA, NATURAL DE CRUZ DAS ALMAS - BA, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE ALBERTINO DA ROCHA DIAS E DE MARINALVA ALVES DIAS DA ROCHA; E **GIRLENE DOS SANTOS MOREIRA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 30/05/1986, ASSISTENTE DE VENDAS, NATURAL DE CRUZ DASALMAS - BA, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DEANTONIA DOS SANTOS MOREIRA.

ROMÁRIO ALVES DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 21/11/1994, SERVENTE DE PEDREIRO, NATURAL DE MINADOR DO NEGRÃO - AL, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JOSÉ CARLOSALEXANDRE DA SILVA E DE MARINETE ALVES DA SILVA; E**MARIA CELIANE BELTRÃO TIMOTEO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDAAOS 05/12/1997, DO LAR, NATURAL DE ÁGUAS BELAS - PE, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE CÍCERO TIMOTEO DEANDRADE E DE MARIA CÉLIA ALEXANDRE BELTRÃO.

FÁBIO VIEIRA DA SILVA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 29/03/1985, ENCANADOR, NATURAL DE PALMEIRINA - PE, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JUVENAL PAULO DA SILVAE DE MARIA GENI VIEIRADA SILVA; E **ROSANE FERNANDES DA SILVA,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 24/07/1990, DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS, NATURAL DE ANGELIM - PE, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE JOSÉ ROSILDO DA SILVAE DE MARIAJOSÉ FERNANDES DA ROCHA.

JOHNNY ANDREWS MENDES DE SOUZA, BRASILEIRO, SOLTEIRO, NASCIDO AOS 14/08/1994, VENDEDOR, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHO DE JONEVALDO MENDES DE SOUZA E DE ANDREIA PEREIRA DASILVA; E **GIOVANNA STETER MUNIZ AZEVEDO,** BRASILEIRA, SOLTEIRA, NASCIDA AOS 03/03/2002, VENDEDORA, NATURAL DE SÃO PAULO - SP, RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE DISTRITO, SÃO PAULO - SP, FILHA DE FABIO MUNIZ ALVES AZEVEDO E DE ANDREZASILVASTETER.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

autojornal
o dia a dia motorizado

Edição: 479 27 a 29 de maio de 2020

Truck

Portfólio transporte elétrico VW

O futuro já chegou na Volkswagen: o caminhão elétrico e-Delivery já faz história em testes em condições reais de operação em São Paulo e será o primeiro veículo pesado elétrico desenvolvido e produzido no Brasil. No transporte de passageiros, mais pioneirismo: a empresa realiza testes de engenharia com o protótipo e-Flex, ônibus com tecnologia híbrida que pode combinar a propulsão elétrica a motores flex ou até GNV. Além disso, a marca reforça o compromisso com a mobilidade sustentável com o híbrido plug-in Golf GTE, a bicicleta e o patinete elétricos, lançados no fim de 2019. Dessa forma, a Volkswagen investe em um portfólio completo de transporte elétrico no Brasil.

Além de desenvolver soluções de tecnologia brasileira para atender a demandas mundiais, de olho na agenda global de redução de emissões e busca de matrizes energéticas renováveis, a VW Caminhões e Ônibus aposta na sinergia com os automóveis para avançar depressa. Prova disso é o protótipo de ônibus híbrido e-Flex. É equipado com motor 1.4 TSI, o mesmo utilizado nos carros de passeio da Volkswagen, inclusive no Golf GTE, híbrido lançado recentemente pela VW do Brasil, empresa que ostenta a mesma logomarca da VW Caminhões e Ônibus, ambas integrantes do Grupo Volkswagen.

Além do propulsor, a VW Caminhões e Ônibus compartilha componentes de carros de passeio, integrando as soluções do Grupo VW ao portfólio de veículos comerciais. Sistemas eletrônicos e de exaustão, controle do motor e uma série de teclas são comuns aos híbridos e-Flex e Golf GTE.

No caminhão elétrico e-Delivery, mais semelhanças: ao entrar no veículo o motorista pode sentir-se em casa ao ver o painel de instrumento, teclas e uma série de itens de cabine comuns ao caminhão e carros VW. É o conforto de carro com robustez de caminhão elétrico e tecnológico.

A VW Caminhões e Ônibus foi a primeira fabricante a testar, em condições reais de operação, um caminhão elétrico no Brasil. O e-Delivery já rodou mais de 22 mil quilômetros em testes de engenharia e condições reais de operação na cidade de São Paulo.

Graças a esse teste, que começou na sequência ao anúncio, mais de 16 toneladas de CO^2 deixaram de ser emitidas na atmosfera e, até agora, o e-Delivery deixou de consumir mais 5 mil litros de diesel. Além disso, o caminhão elétrico é recarregado com 100% de energia elétrica proveniente de fontes limpas, como eólica e solar, 43% de sua energia provém do próprio sistema regenerativo de freios do veículo.

O Golf GTE une o melhor de dois mundos: desempenho esportivo com excelente eficiência energética. Pode ser conduzido no modo totalmente elétrico por cerca de 50 km, de acordo com o ciclo europeu (NEDC). Isso atende à demanda de 2/3 da população que vive nos grandes centros urbanos, ou de sete em cada 10 pessoas.

O cliente pode rodar todos os dias sem emitir CO2, sem ruído e gastando muito menos. Para rodar 50 km por dia, é preciso desembolsar apenas R$ 5, de acordo com o preço estimado da energia na região Sudeste. É o valor de um cafezinho!

Micromobilidade

Na Europa, há uma tendência para investimento no que chamamos de "Last Mile Run". Ou seja, o percurso final em que as pessoas percorrem até o trabalho todos os dias. O Golf GTE permite chegar até o centro urbano no modo puramente elétrico. A partir daí o cliente pode optar pelo patinete elétrico ou a bicicleta elétrica Volkswagen, que atendem perfeitamente as demandas nos grandes centros urbanos, integrando mobilidade. É uma solução perfeita para uma cidade como São Paulo, por exemplo.

Com desenho de estilo "mountain bike", a bicicleta elétrica tem motor elétrico de 350W e atinge velocidade máxima de 25 km/h no modo elétrico, com autonomia de 30 km. O patinete também tem motor elétrico de 350W, com autonomia de 20 km. A velocidade máxima é de 25 km/h - o freio na roda traseira é a disco. Sua capacidade de peso é de 100 kg.

A Volkswagen, juntamente com Audi e Porsche, empresas que fazem parte do Grupo Volkswagen, firmou em outubro uma parceria estratégica com a EDP, para a instalação de 30 novas estações de recarga de veículos elétricos no País.

Serão 29 postos de 150kW e um posto de 350kW - capazes de reabastecer a bateria de um carro elétrico rapidamente - e mais 30 equipamentos de 22kW (AC). Assim, cada ponto de recarga terá uma estação ultrarrápida e uma semirrápida. Elas serão instaladas nas rodovias Tamoios, Imigrantes, Carvalho Pinto, Governador Mário Covas, Dom Pedro, Washington Luís e Régis Bittencourt.

Esta rede será interligada a outras já existentes no País, conectando um total de 64 pontos de carregamento, formando um corredor de 2.500 km de extensão, ligando os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Espírito Santo e Santa Catarina (de Vitória a Florianópolis).

Nacionais

Foton testa novo caminhão

A Foton começa a testar no Brasil, um novo modelo de caminhão que foi concebido especificamente para oferecer alta eficiência às operações de logística urbana. Consagrado no mercado chinês por oferecer conforto, agilidade e facilidade de condução graças às suas características de automóvel de passeio, o novo caminhão TM 2.8 chegará no segundo semestre ao mercado nacional. A Foton vai trazer da China 100 unidades do modelo ainda neste ano de 2020.

A partir dos testes, a Foton inicia uma fase de introdução de novas soluções de transportes no Brasil, focando em veículos que podem otimizar as entregas e a logística nos centros urbanos. O 2.8 é um modelo inédito e exclusivo também para a aplicação do GNV e que se difere de tudo que já foi comercializado no mercado brasileiro, inclusive por outras marcas. A diferença está principalmente relacionada à potência do veículo e sua capacidade de carga e também na possibilidade de o veículo receber um kit gás, que permite emissões ambientalmente amigáveis.

O novo caminhão vem equipado com motor a gasolina e será também disponibilizado na versão com kit gás, feito pela empresa especializada Convergas, parceira da Foton, com garantia Foton. Com capacidade técnica e legal para 2.795 kg, o TM 2.8 será o mais leve da família Foton no Brasil. A montadora oferece no País caminhões leves, da família Aumark, de 3.5 a 10 toneladas.

Por ser classificado como uma caminhonete, o novo leve da Foton pode ser conduzido por quem tem CNH categoria "B". Robusto, econômico, fácil de dirigir e versátil, esse novo produto oferece alta eficiência à logística urbana e, com o kit gás, também contribui para reduzir substancialmente as emissões de poluentes nas grandes cidades.

O Foton TM 2.8, com kit gás, já está na primeira fase de testes na Coopercarga, uma das maiores cooperativas de carga do País, fazendo logística urbana para a Rede Carrefour. A previsão é que o veículo rode até cinco mil quilômetros em um mês. De acordo com a Coopercarga, cada viagem levará aproximadamente 800 kg em produtos, realizando dois ciclos de viagens por dia, de segunda à sexta. Ao todo serão transportados 35 mil kg de produtos por mês.

A primeira unidade será operada pela Ecomoby (Transportadora especializada na utilização de combustíveis alternativos ao diesel), em parceria com a Coopercarga, especialmente para atender a demanda do Carrefour, com entregas de produtos alimentícios apenas na grande São Paulo.

A Convergas, responsável pela tecnologia de última geração do kit a gás, instalou no veículo um módulo de controle de ignição para assegurar a disponibilidade de potência do motor.

Para armazenar o GNV o sistema é composto por dois cilindros de 60 litros hidráulicos cada, totalizando uma capacidade de 30m³. Com isso a autonomia do veículo só com GNV pode chegar a 280 quilômetros. O peso total do equipamento é de aproximadamente 170 kg.

Família TM – Linha Premium da Foton

Os caminhões Foton da Família TM são veículos conceitualmente da Linha Premium. O interior da cabina tem acabamento refinado e o veículo já vem de série com defletor de ar no teto, ar condicionado, embreagem super soft, vidros elétricos, travamento de portas remoto, chave tipo canivete, radio com entrada USB e suspensão dianteira com braços oscilantes. Itens que oferecem conforto e comodidade de um automóvel de alto padrão.

Caminhão companheiro

TM significa "Truck Mate", caminhão companheiro. O veículo conta com capacidade total de carga de 2.795 kg, com tara de 1007 kg, sendo 1.788 kg de carga útil e 112 cavalos de potência. O 2.8 da designação do produto remete ao seu PBT - Peso Bruto Total.

O modelo mais leve da Foton, dentro da sua característica de plataforma de carga, permite a instalação de uma carroceria com 3,0 m de comprimento por 1,5 m de largura livres. Basicamente o novo modelo é ideal para utilização em vários segmentos da economia, equipado principalmente com implemento do tipo baú e carga seca, mas com certeza haverá outras inúmeras possibilidadesi.

Trata-se de um veículo classificado como "pick-up profissional". O novo veículo da marca supera com folga a maioria das "pick-ups sociais" existentes no mercado nacional, além de oferecer a melhor relação custo por carga útil transportada. O novo TM é um produto que já nasce preparado para uso do GNV e tem um relevante diferencial, que é a sua motorização de 1.5 l, com essa capacidade de carga útil de 1.788 kg, expressiva para uma camionete, e uma grande novidade no mercado brasileiro.

Primeira loja de veículos novos do Mercado Livre

A Chevrolet e o Mercado Livre, maior plataforma de e-commerce e tecnologia financeira da América Latina, lançaram a primeira loja de veículos novos do marketplace. A loja oficial Chevrolet, que entrou no ar com o Novo Tracker, chega para fomentar o comércio de veículos no mundo online e contribuir com o desenvolvimento da indústria automotiva brasileira.

Para auxiliar na decisão de compra, os consumidores têm à sua disposição um showroom especial, que oferece um tour virtual, com imagens, vídeos e informações detalhadas das versões do novo SUV compacto disponíveis na loja.

Após a escolha do veículo, ainda é possível fazer a Reserva Online em apenas alguns cliques. Dessa forma, o cliente pode dar um sinal de pagamento por meio da plataforma Mercado Pago, o que garante segurança às transações. Com base na localização do usuário, o cliente poderá encontrar a loja mais próxima entre as 546 concessionárias da marca, para seguir com a jornada de compra. Neste período de distanciamento social, a Chevrolet viabiliza a entrega do veículo na casa do comprador, por meio da Operação Virtual.

Desenvolvida pela unidade de negócios de Publicidade e de Classificados, do Mercado Livre, a loja tem por objetivo promover uma nova experiência de consumo no mundo digital para quem deseja comprar o Novo Tracker. Para atender aos novos hábitos de consumo online, foi criado um showroom capaz de auxiliar de forma completa a decisão de compra. O universo de autos do Mercado Livre, que soma as categorias de Veículos e Autopeças, registra cerca de 19 milhões de usuários com mentalidade de compra todos os meses.

Jornada de compra na plataforma Mercado Livre:

Na loja oficial Chevrolet Tracker, o consumidor terá acesso à uma jornada completa para a compra do modelo zero-quilômetro:

% Showroom customizado da marca, com informações qualificadas e indicações que podem ajudar a escolher as melhores especificações dos veículos;

% Reserva online, que consiste em um sinal de pagamento de R$ 1 mil por meio da plataforma Mercado Pago;

% Canal direto com a rede de concessionárias da marca para solução de dúvidas;

% Benefícios especiais para os clientes que realizarem a reserva do veículo na plataforma do Mercado Livre;

% Test-drive e entrega delivery dos veículos.

Novas condições para a linha Sprinter

Dando continuidade à campanha Unidos pra Virar o Jogo lançada no último mês, a Mercedes-Benz apresenta novas condições especiais de vendas para a linha Sprinter no mês de maio, incluindo os modelos 314 Street (Chassi e Furgão), 416 e 516 (Chassi, Furgão e Van) ano/modelo 19/20 e 20/21, mediante a disponibilidade do veículo no estoque.

Válida em todo o território nacional, com exceção do estado de Pernambuco, a ação é exclusiva do Banco Mercedes-Benz e contempla 20% de entrada, considerando a primeira parcela apenas após seis meses e o saldo em 36 parcelas com taxa de 0,87% ao mês. Além disso, a campanha oferece ainda bônus de até R$ 8.000 em alguns modelos e a primeira revisão em cortesia para o cliente.

A nova Sprinter revolucionou a mobilidade urbana, trazendo ainda mais segurança para o dia a dia do cliente. Com novidades tecnológicas que são inéditas no País, o modelo oferece maior valor agregado para os clientes em tecnologia, interatividade, segurança, conforto e performance.

Renault com preço de fábrica

A Renault lançou a promoção que o cliente compra seu veículo com preço de fábrica, nota fiscal diretamente da fábrica e ainda recebe seu carro em casa. Nesta promoção, os descontos chegam a R$ 8 mil, dependendo do modelo. O Kwid Zen, por exemplo, baixou de R$ 41.190 para R$ 39.750. O preço do Stepway Zen reduziu de R$ 65.590 para R$ 61.320 e o Captur Bose passou de R$ 98.490 para R$ 91.100. Caso o cliente opte pelo financiamento, ele tem ainda mais descontos e pode adquirir o plano de manutenção direto da fábrica, que é válido em todas as concessionárias do Brasil.

A compra pode ser feita totalmente online na Loja Renault (https://loja.renault.com.br), facilitando ainda mais a vida do cliente, que nem precisa sair de casa neste momento de pandemia. A Loja Renault agrega as etapas da aquisição de um automóvel, incluindo financiamento, pré-avaliação do usado e pagamento por boleto, somando comodidade e praticidade aos clientes. Com acesso por celulares, tablets ou desktops, plataforma é uma ferramenta desenvolvida com foco no consumidor brasileiro: cada vez mais conectado e que busca soluções digitais para resolver suas necessidades com rapidez, segurança e transparência.

Em 2018, a Renault inovou ao lançar o K-Commerce, a plataforma mais completa para a compra de um veículo totalmente online, que surgiu após o enorme sucesso da pré-venda do Kwid, que teve quatro vezes mais pedido que o previsto. A solução caiu no gosto dos consumidores brasileiros e em seu primeiro ano cheio, 20% das vendas do Kwid foram feitas por meio dessa ferramenta. Em julho de 2019, a montadora ampliou a oferta adicionando as linhas Sandero, Logan e Stepway à plataforma. Se a loja digital da Renault fosse uma concessionária ela estaria no top 10 de vendas entre as revendas. A plataforma não parou de evoluir e a partir de fevereiro, passou a oferecer toda a sua gama de veículos de passeio 100% on-line, trazendo a novidade de integração dos veículos em estoque nas concessionárias, tornando o processo de compra mais rápido caso o cliente encontre o veículo que deseja em uma revenda próxima.

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549

Malta Energias Renováveis S.A.

CNPJ nº 23.866.219/0001-73

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço patrimonial	2019	2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	12.469	14.863
Contas a receber (Nota 8)	4.679	2.163
Impostos a recuperar		9
Adiantamentos a fornecedores	113	72
Despesas antecipadas	–	70
	17.261	17.177
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Caixa restrito (Nota 7)	3.019	2.190
Partes relacionadas (Nota 9)		1.035
Imobilizado (Nota 10)	140.041	139.777
Intangível	85	88
	143.145	143.090
Total do ativo	**160.406**	**160.267**

Balanço patrimonial	2019	2018
Passivo		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota12)	3.988	346
Passivos de arrendamento (Nota 13)	153	
Fornecedores (Nota 11)	6.233	43.563
Salários e encargos sociais	11	1
Obrigações tributárias (Nota 14)	571	212
Dividendos (Nota 16)	1.289	
Conta de ressarcimento - CCEE (Nota15)	549	2.699
Partes relacionadas (Nota 9)	140	1
	12.934	46.822
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	90.221	72.308
Passivos de arrendamento (Nota 13)	2.547	
Partes relacionadas (Nota 9)	5.348	
Conta de ressarcimento - CCEE (Nota 15)		799
	98.116	73.107
Total do passivo	**111.050**	**119.929**
Patrimônio líquido (Nota 16)		
Capital social	45.218	45.218
Reserva legal	271	
Prejuízos acumulados		(4.880)
Lucros acumulados	3.867	
Total do patrimônio líquido	**49.356**	**40.338**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**160.406**	**160.267**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2018	22.794	–	–	(1.155)	21.639
Integralização do capital	22.424	–	–	–	22.424
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.725)	(3.725)
Em 31 de dezembro de 2018	45.218	–	–	(4.880)	40.338
Lucro do exercício	–	–	–	10.307	10.307
Reserva legal (Nota 16)	–	271	3.867	(4.138)	–
Dividendos (Nota 16)	–	–	–	(1.289)	(1.289)
Em 31 de dezembro de 2019	45.218	271	3.867	–	49.356

Demonstração do resultado	2019	2018
Operações continuadas		
Receita líquida (Nota 17)	23.331	3.260
Custos de operação (Nota 18)	(6.397)	(1.481)
Lucro bruto	16.934	1.779
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(1.773)	(5.607)
Outras receitas	50	
Lucro (prejuízo) operacional	15.211	(3.828)
Receitas financeiras (Nota 20)	305	190
Despesas financeiras (Nota 20)	(4.473)	(1)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(4.168)	189
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	11.043	(3.639)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 21)	(736)	(86)
Lucro (prejuízo) do exercício	10.307	(3.725)
Lucro (prejuízo) por ações do capital social no fim do exercício - R$	15,95	(8,24)

Demonstração do resultado abrangente	2019	2018
Lucro (prejuízo) do exercício	10.307	(3.725)
Outros componentes do resultado abrangente	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	10.307	(3.725)

Demonstração dos fluxos de caixa	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	11.043	(3.639)
Ajustes de:		
Juros e variações monetárias	4.102	3
Depreciação e amortização	4.449	1.090
Variações de ativos e passivos		
Contas a receber	(2.516)	(2.163)
Impostos a recuperar	9	(9)
Adiantamento a fornecedores	(41)	(63)
Despesas antecipadas	70	397
Contas de ressarcimento - CCEE	(2.949)	3.498
Fornecedores	(37.330)	118
Salários e encargos sociais	10	(1)
Obrigações tributárias	359	159
Passivos de arrendamento	2.700	(15)
Caixa aplicado nas operações	(20.094)	(625)
Juros pagos	(3.555)	(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(736)	(86)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(24.385)	(714)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Caixa restrito (Nota 7)	(829)	(2.190)
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	(4.710)	(76.852)
Aquisições de bens do ativo intangível		(5)
Concessão de empréstimos com pessoas ligadas	1.035	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.504)	(79.047)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de capital		22.424
Empréstimos com pessoas ligadas	5.487	(1.140)
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 12)	24.103	72.654
Contratos de fiança (Nota 12)	(3.095)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	26.495	93.938
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(2.394)	14.177
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.863	686
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.469	14.863

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), é uma sociedade empresária anônima, com sede e foro em São Paulo (SP),constituída em 18 de dezembro de 2015, mantendo-se sem movimentação até 2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica Malta Energias Renováveis S.A. e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Recebeu o primeiro aporte para suas transações em junho de 2017 e em dezembro de 2017 registrou Ata Extraordinária para abrir a filial no município de Malta-PB, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O Empreendimento iniciou suas operações em setembro de 2018 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. Em 20 de agosto de 2019, através de Assembleia Geral, a Companhia foi transformada em sociedade anônima e atualmente está sob a denominação de Malta Energias Renováveis S.A.. Em 21 de novembro de 2019, através de Assembleia Geral, os sócios da companhia conferem 100% das suas ações para a Companhia Proton Energy Participações S.A. que passa a ser a única sócia da companhia. A Companhia possui junto à ANEEL através da portaria nº 31 de 1 de março de 2016, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MW médio	Início	Término
Malta	PB	Malta	27	6,7	1º de agosto de 2017	31 de julho de 2037

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de abril de 2020. **a) Contrato de energia de reserva - CER:** A Companhia firmou, em 14 de abril de 2016, um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1º de agosto de 2017, ao preço de R$ 296/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 22. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: **(a) ICPC 22 - Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro:** A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) CPC 06 (R2) Operações de arrendamento mercantil (vigente a partir de 1º de janeiro de 2019):** Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), as Companhias reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(i) Vida útil econômica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(ii) Conta de Ressarcimento - CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(iii) Valor justo do passivo de arrendamento:** No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2018, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanham a execução das operações e definem em conjunto as metas da Companhia. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais:** Relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas; Plano de Ação: A operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica Malta. **b. Riscos de mercado:** Taxa de câmbio, inflação e taxas de juros; Plano de Ação: Nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, e não existe necessidade e nem previsão de contratação de empréstimos e novos financiamentos, não gerando risco de exposição a taxas de câmbio, juros, etc. **c. Risco de liquidez:** Relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e as parcelas de financiamento do empreendimento junto ao banco já foi concluído, valor suficiente para quitação do saldo das obrigações dos Contratos de Implantação do empreendimento. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações previstas em seu fluxo de caixa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2019			
Empréstimos e financiamentos	3.988	5.090	85.131
Fornecedores	6.233		
Partes relacionadas	140	5.348	
Arrendamentos	153	142	2.405
Em 31 de dezembro de 2018			
Empréstimos e financiamentos	346	2.343	69.965
Fornecedores	45.563		
Partes relacionadas	1		

d. Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve a emissão de notas promissórias bem como operações com derivativos. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019:

	2019
Total dos empréstimos	94.209
(–) Caixa e equivalentes de caixa	(12.469)
(–) Caixa restrito	(3.019)
Dívida líquida (a)	78.721
Total do patrimônio líquido	49.356
Total do capital (b)	128.077
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	61,46

Estimativa do valor justo: A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	2019	2018
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	12.469	14.863
Caixa restrito	3.019	2.190
Contas a receber	4.679	2.163
Partes relacionadas	–	1.035
	20.167	20.251
Passivos		
Empréstimos e financiamentos	94.209	72.654
Fornecedores	6.233	43.563
Partes relacionadas	140	1
	103.582	116.218
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar	2.700	–
	2.700	–

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixa	8	8
Bancos Conta movimento (i)	8	14.482
Aplicações Financeiras (ii)	12.453	373
	12.469	14.863

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento mantidos junto ao BNB e CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, ambos indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa de remuneração da aplicação do Banco BNB de curto prazo em 2019 é de 98% do CDI. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2019 é de 5% do CDI.

7. Caixa restrito

	2019	2018
Banco do Nordeste do Brasil S.A	3.019	2.190
	3.019	2.190

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2019 é de 98% do CDI.

8. Contas a receber

	2019	2018
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	4.613	2.163
Get Comercializadora de Energia	66	–
	4.679	2.163

(i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias. O saldo em dezembro de 2019 refere-se à receita contratual de energia de reserva do mês dezembro de 2019 no valor de R$ 2.160, a diferença entre a receita contratual e a receita entregue dos meses de agosto, setembro, outubro e novembro no montante de R$ 1.688 e ao saldo de energia PLD - Preço de Liquidação das Diferenças - no montante de R$ 765. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 foram liquidados em janeiro de 2020. A Companhia não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente.

9. Partes relacionadas

Ativo	2018
Angico Energias Renováveis S.A. (i)	1.035
	1.035

(i) Refere-se à transferência com Angico Energias Renováveis S.A., Companhia do mesmo grupo econômico para quitação do contrato da Companhia WEG equipamentos em que ambas são responsáveis.

Passivo	2019	2018
Circulante		
Proton Energy Participações (i)	140	1
	140	1
Não Circulante		
Angico Energias Renováveis S.A. (ii)	5.348	
	5.348	

(i) Saldo desta conta refere-se a reembolso de despesas de 2019 pagos em janeiro e março de 2020. (ii) O saldo dessa conta refere-se a transferências entre as Companhias Malta Energias Renováveis S.A. e Angico Energias Renováveis S.A., para pagamento de valores provenientes do contrato com a Companhia WEG Equipamentos, Contrato único e comum das duas Companhias em virtude da construção e montagem das Usinas Fotovoltaicas, Subestação e Linha de Transmissão, no mesmo local.

10. Imobilizado

	Gerador Fotovoltaico (i)	Imobilizado em andamento	Direito de uso de arrendamento (ii)	Equipamentos de informática	Subestação de energia elétrica (iii)	Outras máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2018							
Saldo inicial	–	20.635	–	17	–	5	20.657
Aquisições	–	120.209	–	–	–	–	120.209
Transferências	124.216	(140.844)	–	–	16.628	–	–
Depreciação	(956)	–	–	(4)	(128)	(1)	(1.089)
Saldo contábil, líquido	123.260	–	–	13	16.500	4	139.777
Em 31 de dezembro de 2018							
Custo	124.216	–	–	17	16.628	5	140.866
Depreciação acumulada	(956)	–	–	(4)	(128)	(1)	(1.089)
Saldo contábil, líquido	123.260	–	–	13	16.500	4	139.777
Em 31 de dezembro de 2019							
Saldo inicial	123.260	–	–	13	16.500	4	139.777
Aquisições	1.906	–	2.754	–	–	50	4.710
Transferências							
Depreciação	(3.831)	–	(95)	(3)	(512)	(5)	(4.446)
Saldo contábil, líquido	121.335	–	2.659	10	15.988	49	140.041
Em 31 de dezembro de 2019							
Custo	125.166	–	2.754	13	16.500	54	144.487
Depreciação acumulada	(3.831)	–	(95)	(3)	(512)	(5)	(4.446)
Saldo contábil, líquido	121.335	–	2.659	10	15.988	49	140.041
Taxa de depreciação	3,08%		347 meses	20%	3,08%	10%	

(i) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da Aneel que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018. Em dezembro de 2019 foram contabilizados complementos dos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados à taxa de 3,19% para que se cumpra o mesmo prazo de outorga da Aneel. (ii) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico. Os montantes registrados no ativo de direito de uso são amortizados pelo prazo de 347 meses previsto no contrato de arrendamento. (iii) Refere-se à subestação de energia elétrica que está sendo depreciada com a taxa de 3,08% de acordo com o prazo de outorga da Aneel que compreende o período de 02/03/2016 a 02/03/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em setembro de 2018. **11. Fornecedores:**

	2019	2018
Travelers Seguros		79
Inova Energy engenharia		32
Promina Projetos de Mineração		24
Lampatur viagens e turismo		37
Hugo Evangelista	10	14
Weg Equipamentos elétricos S/A (i)	6.222	43.354
Diversos	1	23
	6.233	43.563

(i) Saldo a pagar referente principalmente à construção da Usina. Foi realizada quitação parcial em fevereiro/2019 e a sua quitação está prevista para acontecer no primeiro semestre de 2020. Em paralelo será realizada a emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, conforme consta no Contrato de EPC junto a WEG Equipamentos Elétricos S/A. Os recursos provenientes da última parcela de financiamento suportam a quitação dos valores em aberto em 31 de dezembro de 2019, e a receita mensal com geração de energia proveniente do Contrato de comercialização de energia elétrica (CCEE), suportamos custos de operação e manutenção da usina. **12. Empréstimos e Financiamentos:**

	2019 Circulante	2019 Não circulante	2018 Circulante	2018 Não circulante
Financiamento Banco do Nordeste	2.095	94.316	–	96.411
(–) Financiamento a receber	–	–	–	(24.103)
	2.095	94.316	–	72.308
juros sobre Financiamento Banco do Nordeste	5.806	47.711	4.524	53.517
(–) Juros a apropriar	(4.913)	(47.711)	(4.178)	(53.517)
	893	–	346	–
Comissão de fiança	1.266	–	–	–
(–) Comissão de fiança a apropriar	(266)	(4.095)	–	–
	1.000	(4.095)	–	–
Total financiamento	3.988	90.221	346	72.308

Em 2018, a Companhia captou junto ao BNB recursos no montante de R$ 96.411 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31 de dezembro, a Companhia havia recebido a título de liberação por parte da instituição financeira o total de R$ 72.308, em 2019 a Companhia recebeu o saldo restante no montante de R$ 24.103. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2020, com vencimento final em 15 de maio de 2038. Durante o período de carência, fixado em 24 meses, com início em 27 de abril de 2018 e término em 15 de maio de 2020, serão pagos juros em base trimestral. Em 2019 foram pagos R$ 3.555 a título de juros de carência. Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	5.090
2022	5.090
2023	5.090
A partir de 2024	74.951
	90.221

Garantias financeiras: A garantia oferecida para pagamento da dívida é representada por um Contrato firmado como "Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças" no qual são bens vinculados em alienação fiduciária de equipamentos em garantia e cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A garantia contratada é correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB - Banco do Nordeste do Brasil. A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*"), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros.

Reconciliação da dívida líquida:	2019	2018
Empréstimos de curto prazo	3.988	346
Empréstimos de longo prazo	90.221	72.308
Total da dívida	94.209	72.654
Caixa e equivalentes de caixa	(12.469)	(14.863)
Caixa restrito	(3.019)	(2.190)
Dívida líquida	78.721	55.601

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes	Caixa restrito	Dívida líquida
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2018	72.654	(14.863)	(2.190)	55.601
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Liberação de empréstimos e financiamentos	24.103	–	–	24.103
Apropriação de juros	4.102	–	–	4.102
Pagamento de juros	(3.555)	–	–	(3.555)
Comissão de Fiança	(3.095)	–	–	–
Outras	–	2.394	(829)	1.565
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2019	94.209	(12.469)	(3.019)	78.721

13. Passivos de arrendamento: Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou as diretrizes do CPC06 (R2) - "Operações de Leasing", que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo por pagamentos futuros de todos os contratos ou operações de arrendamento mercantil com as mesmas características de um arrendamento mercantil e que inclui o direito de controlar e obter benefícios sobre o uso de um ativo identificado específico, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Em 1º de dezembro de 2017 a Companhia celebrou contrato de locação reconhecido como operação de arrendamento mercantil cujo prazo é de 30 anos (dezembro de 2017 a dezembro de 2047). O contrato possui cláusula de atualização monetária anual do valor do aluguel, com base no índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais dos contratos de arrendamento da Companhia de 3,75% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

	2019
Composição dos arrendamentos a pagar	
Adições contratos de arrendamento a partir de 01/01/2019	2.754
Pagamentos do exercício	(156)
Juros apropriados sobre arrendamentos	102
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2019	2.700
Passivo circulante	153
Passivo não circulante	2.547
Resultado de arrendamento de contratos	
Amortização de direito de uso	95
Juros apropriados sobre arrendamentos	156
Total dos efeitos com a aplicação da norma CPC 06	251

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	142
2022	137
2023	132
A partir de 2024	2.136
	2.547

14. Obrigações tributárias

	2019	2018
PIS - Programa de integração social a recolher	53	23
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social a recolher	245	105
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	1	19
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido retido a recolher	17	1
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	76	17
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	110	22
IRRF - Imposto de renda retido na fonte a recolher	32	20
ISS - Imposto sobre serviços a recolher	37	4
INSS - Instituto nacional do seguro social retido a recolher	–	1
	571	212

15. Conta de ressarcimento - CCEE:

	2019	2018
Conta de ressarcimento CCEE (i)	549	3.498
Passivo não circulante		(799)
Passivo circulante	549	2.699

(i) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração de energia entregue, a menor, e recebimento do valor correspondente ao montante de energia do contrato com a CCEE. **16. Patrimônio líquido: a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito da Companhia é de R$ 60.010 (sessenta milhões, dez mil reais), sendo R$ 45.218 totalmente integralizado (quarenta e cinco milhões, duzentos e dezoito mil reais) e R$ 14.792 (catorze milhões e setecentos e noventa e dois mil reais) a integralizar, divididos em 60.010 (sessenta milhões e dez mil) quotas com valor nominal de R$ 1 (um real) cada uma. A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2019:

Composição	Participação (%)
Proton Energy Participações S.A.	100,00

Durante o exercício de 2019 não houve aportes de capitais. **b) Destinação do lucro:** De acordo com o estatuto da Companhia, do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição de reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório.

	2019
Lucro líquido	10.307
Compensação dos prejuízos acumulados	(4.880)
Base de cálculo da reserva legal	5.427
Constituição de reserva legal (5%)	(271)
Base de cálculo dos dividendos	5.156
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(1.289)

17. Receita líquida

	2019	2018
Receita bruta de vendas	24.214	3.388
(–) PIS sobre vendas	(157)	(23)
(–) COFINS sobre vendas	(726)	(105)
Receita líquida	23.331	3.260

18. Custo de operação

	2019	2018
Compra de energia	516	
Depreciação e amortização	4.441	1.085
Encargos setoriais - TUSD	1.440	396
	6.397	1.481

19. Despesas por natureza

Natureza	2019	2018
Despesas administrativas (i)	407	4.820
Arrendamento		66
Serviços de terceiros (ii)	652	582
Despesas tributárias	140	96
Despesas com pessoal (iii)	574	43
	1.773	5.607

(i) Despesas administrativas:	2019	2018
Aluguel	51	–
Energia elétrica, água	5	4
Manutenção e limpeza	51	4
Despesas com veículos	9	7
Refeições e lanches	1	3
Materiais de escritório	3	23
Conduções e transportes	7	2
Taxas associação de classe	2	2
Depreciações	8	4
Legais e judiciais	9	73
Multas	21	4.058
Comunicação	82	52
Viagens	45	138
Seguros	78	142
Despesas bancárias	6	37
Materiais de Informática	5	16
Despesas diversas	24	255
	407	4.820

(ii) Serviços de terceiros:	2019	2018
Honorários advocatícios	109	229
Honorários de contabilidade	199	93
Honorários de auditoria	20	–
Serviço de recrutamento e seleção	41	–
Serviços prestados pessoa física	1	19
Serviços prestados pessoa jurídica	282	241
	652	582

(iii) Despesas com pessoal:	2019	2018
Salários	490	–
13º salário	4	–
Férias	5	–
INSS	17	–
FGTS	5	–
Assistência médica	25	–
Vale-refeição	25	–
Outras despesas com pessoal	3	43
	574	43

Valores apropriados conforme rateio de despesas da sócia Proton Energy Participações S.A.

20. Resultado Financeiro

	2019	2018
Juros ativos	–	4
Rendimento com aplicação financeira	305	186
	305	190
Despesas com financiamento	(266)	–
Juros passivos	(4.105)	(1)
Despesas financeiras com arrendamento	(102)	–
	(4.473)	(1)
Resultado financeiro, líquido	(4.168)	189

21. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	2019	2018
Receita bruta de vendas (i)	21.087	1.123
Presunção imposto de renda - 8%	1.687	90
Receitas financeiras (ii)	326	195
Base de cálculo IRPJ	2.013	285
Imposto de renda: 15%	302	42
Adicional do imposto de renda: 10%	177	14
Total de IRPJ (ii)	479	56
Presunção contribuição social - 12%	2.530	135
Receitas financeiras (ii)	326	195
Base de cálculo CSLL	2.856	330
Contribuição social: 9% (iii)	257	30
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	736	86

(i) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota Explicativa 17. (ii) Para calculo das receitas financeiras foi utilizada os rendimentos de aplicação financeira apenas sobre os valores resgatados (regime caixa). Desta forma o valor difere da receita financeira apresentada na DRE. **Seção D - Políticas contábeis: 22. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **22.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **22.2 Ativos financeiros: 22.2.1 Classificação:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **22.2.2 *Impairment*:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **22.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **22.3 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **22.4 Caixa restrito:** Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNB, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos. São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-base das demonstrações financeiras. **22.5 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7 de fevereiro de 2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, através da Resolução nº 474 em vigor desde 7 de fevereiro de 2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **22.6 *Impairment* de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **22.7 Provisão para desmobilização:** A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2019, em função do contrato de arrendamento estabelecer que a decisão da desmobilização é por parte da arrendatária. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. **22.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **22.9 Arrendamentos operacionais:** A partir de 1º de janeiro de 2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades estão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso estão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais. **22.10 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **22.11 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **22.12 Conta de Ressarcimento - CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE refere-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo: Refere-se à diferença entre a energia entregue pela Usina e a energia contratada (através do Contrato de Comercialização de Energia - CER). Na data de fechamento anual (mês de agosto), a CCEE apura a quantidade de energia entregue pela Usina no ano e diminui da quantidade contratada com a Usina, através do CER. Se a diferença for negativa, ou seja, se a Usina naquele ano entregou uma quantidade de energia menor do que o contratado, no ano imediatamente seguinte ela irá devolver para a CCEE a diferença corrigida conforme Contrato através de desconto nas próximas parcelas mensais da Receita Fixa. **22.13 Capital social:** O capital social da Companhia é composto por ações. **22.14 Reconhecimento da receita:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma trouxe os princípios que uma entidade deve aplicar para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios. Como a Companhia só entrou em operação em 2018, a mesma já iniciou o reconhecimento de receita com base no CPC 47, o que incluiu a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia reconhece a receita quando o "controle" dos serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente. **(a) Fornecimento de energia elétrica:** A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. **22.15 Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R$ 60.000 trimestrais, perfazendo R$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente. **23. Seguros (não auditado):** As coberturas de seguros em 31 de dezembro de 2019 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

Ramos	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	132.967
Lucro cessante	26.022
Responsabilidade civil	10.000

24. Eventos subsequentes

Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global. A Companhia entende que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa não serão afetados de forma relevante tendo em vista possuir contratos de concessão de longo prazo, em razão do status de pandemia do novo coronavírus. Entretanto, dado o atual momento, não foi possível mensurar o impacto de forma segura.

A Diretoria

Contador

Leonardo Fonseca de Campos
CPF:411.244.048-05 - CRC 1SP303190/O-9.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Malta Energias Renováveis S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Malta Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Malta Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2019 o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 30 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo Contador CRC 1BA024501/O-9

Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.

CNPJ nº 14.748.851/0001-21 - NIRE 3530041668-6

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 28.01.2020

Data, hora, local: 28.01.2020, às 10h, na sede social, Rua Marques de São Vicente, nº 446, salas nº 417-A e 417-B, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: *Anrafel Vargas Pereira da Silva;* Secretário: *Ricardo Batista de Souza.* **Deliberações Aprovadas:** Reeleição dos membros para o cargo de Conselheiros, sem remuneração, cujo mandato terá vigência de 01 ano a contar de 08/02/2020: (i) **Anrafel Vargas Pereira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro, RG 19.969.925-2 SSP/SP e CPF/ME 161.481.318-38, e seu suplente, **Lucas Quintas Radel**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG 1.712.696-75 SSP/BA e CPF/ME 367.635.515-68, ambos com escritório em São Paulo/SP; (ii) **Lucas Quintas Radel,** acima qualificado e seu suplente, **Carlos Alberto Nunes Bezerra**, brasileiro, casado, economista, RG 11.872.528-2 SSP/SP e CPF/ME 054.776.088-46, com escritório em São Paulo/SP; (iii) **Antônio Carlos Ferrari Salmeron**, brasileiro, casado, engenheiro civil, CREA/SP 5060285469 e CPF/ME 165.814.068-05, e seu suplente, **Ricardo Mota de Farias**, brasileiro, casado, economista, RG 5420977 SSP/PE e CPF/ME 009.854.124-29, ambos domiciliados no Rio de Janeiro/RJ; (iv) **Ervino Nitz Filho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, CREA/ES 5.994/D e CPF/ME 034.784.347-69, e seu suplente, **Hudson Bonno**, brasileiro, casado, engenheiro, CREA/ES 5.978/D e CPF/ME 016.977.717-00, ambos domiciliados no Rio de Janeiro/RJ; e (v) **Márcio Paulikevis dos Santos**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 4.534.170 SSP/SP e CPF/ME 561.695.318-00, e seu suplente, **Pedro Luiz Paulikevis dos Santos**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, RG 10.605.886-1 SSP/SP e CPF/ME 078.004.178-08, ambos residentes em São Paulo/SP. Os conselheiros tomaram posse de seus cargos e declararam que não estão legalmente impedidos de assumir seus respectivos cargos. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 28.01.2020. Acionistas: **Revita Engenharia Ambiental S.A. -** Anrafel Vargas Pereira da Silva, Carlos Alberto Nunes Bezerra; **Vital Engenharia Ambiental S.A. -** Antonio Carlos Ferrari Salmeron, Ricardo Mota de Farias; **Paulitec Construções Ltda. -** Marcio Paulikevis dos Santos. JUCESP nº 164.210/20-9 em 08.05.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Agro Pecuária Pilon S/A.

CNPJ: 44.973.410/0001-94 - NIRE: 3.53.0036461.9

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data/horário/local: 27/03/2020, às 17h00, na Fazenda Santa Maria - Bairro São Francisco – Cerquilho/SP. **Mesa:** Presidente - José Pilon; Secretário - Mário Nirceu Pilon. **Presença:** 91,33% do capital. **Publicações Prévias:** a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Relatório da Diretoria publicado no "DOESP" e "O Dia" em 07/02/2020. b) Edital de Convocação publicado no "DOESP" nos dias 13, 14 e 15/02/2020 e "O Dia" nos dias 14, 15 e 18/02/2020. **Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade" - **AGO:** a) que as AGO/AGE, seriam realizadas cumulativamente e instrumentalizadas em ata única, na forma do § único do Artigo 131 da Lei 6.404/76. b) o Relatório da Diretoria, o Balanço Geral, Demonstração do Resultado do Exercício encerrado em 31/12/2019. c) No resultado do exercício foi apresentado um lucro no valor de R$ 982.423,1. Como já cumpriu o que reza o capitulo VI, artigo 19 do estatuto social não foi destinado os 5% dos lucros para a Reserva Legal. 2- O valor de R$ 982.423,12, foi destinado para a conta de Reservas de Lucros. d) Com aprovação unanime dos acionistas presentes foi aprovado destinar R$ 4.500.000,00 das Reservas de Lucros para distribuições entre os sócios proporcionalmente às participações na sociedade. e) Aumentar o capital social que é de R$ 800.000,00, dividido em 800.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, para R$ 3.000.000,00, cujo aumento, no montante de R$ 2.200.000,00, é feito mediante emissão de 2.200.000 novas ações ordinárias nominativas ao preço de emissão e valor nominal de R$ 1,00 cada uma, distribuídas proporcionalmente às participações dos acionistas conforme ANEXO I e totalmente integralizadas neste ato, com utilização das seguintes Reservas de Lucros até 31/12/2019 e Correção Monetária do Capital existentes no balanço da Sociedade: a) Reserva Legal R$ 160.000,00; b) Reserva de Lucros R$ 1.996.822,55; c) Correção Monetária do Capital R$ 43.177,45, tendo sido aprovada por unanimidade a nova redação para o artigo 6º do Estatuto Social, como segue: "O capital social é de R$ 3.000.000,00 dividido em 3.000.000 ações ordinárias, nominativas, com direito a voto, no valor de R$ 1,00 cada uma." f) Foi discutido e aprovado por unanimidade pelos acionistas presentes a reeleição da diretoria por mais 03 anos, cujo mandato irá até a data da AGO de 2023. Sendo composta pelo **Diretor Presidente - Nelson Pilon,** RG n.º 5.722.030-X SSP/SP e CPF/MF n.º 405.370.808-72; **Diretor Financeiro - Otávio Pilon Filho,** RG n.º 5.722.011-6 SSP/SP e CPF/MF n.º 002.988.668-62; **Diretor Administrativo - Valdemir Pilon,** RG n.º 5.944.818-0 SSP/SP e CPF/MF 438.575.748-87; **Diretor Técnico - Mário Nirceu Pilon**, RG n.º 5.091.402-9 SSP/SP e CPF/MF n.º 835.132.998-34; e **Diretor Adjunto - Valentin Roque Pilon,** RG n.º 4.127.690-5 SSP/SP e CPF/MF n.º 516.615.868-72. **Declaração de Desimpedimento:** Os senhores membros da diretoria que foram reeleitos, estando todos presentes, declaram expressamente sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum crime previsto em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. **AGE:** Não houve deliberação. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que lida foi aprovada pelos acionistas. Cerquilho, 27/03/2020. **Mesa:** José Pilon, presidente e Mário Nirceu Pilon, secretário. **Acionistas:** V.R.P. Administração e Agropecuária S/A representada pelo diretor presidente Valentin Roque Pilon, S.Pilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Paulo Roberto Pilon, GLPilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Otávio Pilon Filho, JGPilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Américo Pilon Júnior, NPilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Nelson Pilon, Nirceu Pilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Mário Nirceu Pilon, MLGPilon Participações S/A representada pelo diretor vice- presidente Carlos Renato Gayotto Pilon, CRPilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Carlos Renato Gayotto Pilon, Leomar Empreendimentos e Participações Ltda. representada pela sócia administradora Maria de Lourdes Beneton Pilon, J.Helena-Participações S/A representada pelo diretor presidente José Pilon, Pilon e Souza Alves Participações S/A representada pela diretora presidente Maria Inêz Pilon Souza Alves, Maria Regina Pilon, Valdelu Participações S/A representada pela presidente Lucila Pilon Arraval, Vieira da Cruz e Pilon Participações S/A representada pelo presidente Norberto Vieira da Cruz Filho, O.P.F. Participações S/A representada pelo diretor presidente Otávio Pilon Filho, ALCM Participações S/A representada pela diretora presidente Ana Lúcia Corradi Mazzer, PCPilon Participações S/A representada pela diretora presidente Ana Lúcia Corradi Mazzer, Valmir Pilon, Brenda Participações S/A representada pelo diretor presidente Valdemir Pilon, Luis Maria da Silva Spezzotto, Marisa Pilon, José Roberto Pilon, Norberto Vieira da Cruz Filho. A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. ***JUCESP*** nº 163.760/20-2 em 07/05/2020.

ISEC SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 3ª e 4ª SÉRIES DA 3ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da **3ª e 4ª Séries da 3ª Emissão** da ISEC Securitizadora S.A. ("Emissora"), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, estão convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI ("AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, em **17 de junho de 2020, às 10 horas**, de forma remota e eletrônica através da plataforma unificada de comunicação Microsoft Teams, de conexão via internet, a ser enviado o *link* para conexão gerado pela Emissora, aos Titulares dos CRI que manifestarem interesse no comparecimento da Assembleia até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da assembleia, tendo em vista as medidas restritivas relacionadas principalmente ao fluxo e aglomeração de pessoas impostas pelo governo nacional e internacional atribuíveis à pandemia do Covid-19, conforme reconhecida pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e observada a legislação e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários aplicável em vigor, conforme prerrogativa do Ofício-Circular nº 06/2020/CVM/SIN, de 26 de março de 2020 e Deliberação CVM nº 848 de 25 de março de 2020, a fim de, nos termos dos itens 12.3 e 12.10 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 3ª e 4ª Séries da 3ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), deliberar ou discutir sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: 1. Aprovar a contratação de assessor legal para representar os interesses dos Titulares dos CRI na Recuperação Judicial da Esser Holding Ltda ("Devedora"), perante ao processo nº 1035200-47.2020.8.26.0100, cujo processamento foi deferido pelo Juiz da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo, conforme fato relevante divulgado no dia 30 de abril de 2020 no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM; 2. Avaliar e aprovar, se for caso, a Proposta para aquisição do imóvel São Urbano ("Proposta"), apresentada por potencial interessado; 3. Tomar conhecimento e ratificar despesas de levantamento planialtimétrico realizadas pela Emissora em relação ao referido imóvel São Urbano; 4. Tomar conhecimento das despesas realizadas pela Emissora em relação ao CRI (prestadores de serviço) e ratificação desses pagamentos; 5. Ratificar o saldo devedor do CRI, considerando o vencimento antecipado da Emissão em 12/05/2017, bem como seus encargos, nos termos dos documentos da operação; e 6. Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da assembleia em primeira convocação é de titulares do CRI que representem no mínimo, a 1/4 (um quarto) dos CRI em circulação e, em segunda convocação com qualquer número, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Titulares dos CRI presentes à assembleia, ressalvado os demais quóruns específicos estabelecidos no Termo de Securitização. Reforçamos que o *link* para a participação da conferência será enviado apenas aos titulares que se cadastrarem prévia e diretamente com o Agente Fiduciário e/ou com a Emissora, mediante o envio de documentos de representação (contrato/estatuto social, atas de eleição, procurações, documentos de identificação - RG e CPF - dos signatários), em até 02 (dois) dias úteis antecedentes à realização da assembleia geral, ora convocada, para os e-mails: ger1.agente@oliveiratrust.com.br e gestão@isecbrasil.com.br e juridico@isecbrasil.com.br. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitida por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma ou abono bancário do signatário.

São Paulo, 27 de maio de 2020.
ISEC SECURITIZADORA S.A.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

CNPJ/ME nº 30.037.009/0001-38 – NIRE 35.300.514.815

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de maio de 2020

1. Data, Hora e Local: No dia 22/05/2020, às 9:00 horas, na sede social da "**Companhia**" ou "**Emissora**", na Rua Conselheiro Crispiniano, 105, Conjunto 43, Sala 06, República, São Paulo-SP. **2. Convocação e Presença**: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **3. Mesa**: Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; Secretário: Luis Philipe Camano Passos. **4. Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** a retificação da *Destinação dos Recursos* deliberado na Ata de AGE realizada em 12/11/2018 ("**AGE Emissão**"), no âmbito da 1ª emissão, pela Companhia ("**Emissão**"), de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única ("**Debêntures**"), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, no montante total de R$50.000.000,00, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16/01/2009, conforme alterada ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente); **(ii)** a ratificação das demais disposições constantes da AGE Emissão; **(iii)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos necessários para tanto, incluindo, mas não se limitando ao "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A." ("**Primeiro Aditamento**"); e **(iv)** a ratificação dos atos relacionadas às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia e por procuradores bastante constituídos. **5. Deliberações**: Por voto dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, que determinaram a lavratura da presente ata na forma de sumário nos termos do art. 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, foram tomadas as seguintes deliberações, sem ressalvas, conforme atribuições previstas nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações: (i) Aprovação da retificação da AGE Emissão, para prever a alteração descrita no item (i) da ordem do dia acima. Em virtude do aqui deliberado, a alínea "*Destinação dos Recursos*" do item 5 da AGE Emissão passará a vigorar com a seguinte redação: *Destinação dos Recursos*: Os recursos oriundos da Emissão serão destinados: (i) para a constituição de fundo, em valor mínimo de R$30.000,00, para: (a) pagamento das despesas de captação relativas às Debêntures, incluindo, mas não se limitando, à remuneração da Companhia, na qualidade de securitizadora dos Créditos Financeiros, do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador, do Banco Depositário, à manutenção da Conta Centralizadora da Primeira Emissão, e outros custos relacionados ao aperfeiçoamento da Garantia e às taxas e emolumento da CVM e/ou da B3, e demais encargos e responsabilidades da emissora exclusivamente com relação à Oferta descritos no Anexo 1 da Escritura; e (b) custeio dos encargos de responsabilidade do Agente de Cobrança exclusivamente com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, conforme definido na Escritura, também descritos no Anexo 1 da Escritura ("**Fundo da Oferta**"); e (ii) para aquisição dos Créditos Financeiros, originados de operação de: créditos concedidos pela plataforma da Ferratum Brasil Serviços de Correspondente Bancário Ltda. (CNPJ/ME nº 26.214.991/0001-07) ou de sociedades integrantes do seu grupo econômico ("**Direitos Creditórios**") a partir de 29/05/2020, a serem adquiridos pela Emissora por meio do Instrumento de Promessa de Endosso e Aquisição de Direitos Creditórios Sem Coobrigação e Outras Avenças a ser celebrado entre a Emissora e o Socinal S.A. – Crédito, Financiamento, Investimento (CNPJ/ME nº 03.881.423/0001-56) ("**Socinal**" e **"Contrato de Endosso Socinal**", respectivamente) e eventuais outros documentos correlatos ao Contrato de Endosso que sejam necessários para formalizar a aquisição Direitos Creditórios previstos neste item; e (iii) para aquisição de Direitos Creditórios previamente adquiridos pela Inari Serviços Financeiros Ltda. (CNPJ/ME nº 24.065.319/0001-63) ("**Inari**") no âmbito do Instrumento de Promessa de Endosso e Aquisição de Direitos Creditórios Sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre a Inari e o Socinal em 22/03/2017 referentes ao período de 22/03/2017 a 29/05/2020, que por sua vez será objeto de aditamento para formalizar a aquisição dos referidos Direitos Creditórios pela Emissora a ser celebrado entre a Emissora, a Inari e o Socinal ("**Contrato de Endosso Inari**" e, em conjunto com o Contrato de Endosso Socinal, "**Contrato de Endosso**") e eventuais outros documentos correlatos ao Contrato de Endosso Inari que sejam necessários para formalizar a aquisição Direitos Creditórios previstos neste item. (ii) Aprovação da ratificação das demais disposições contidas na ata da AGE Emissão; (iii) Aprovação para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos, tome todas as providências e adote todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta assembleia, bem como a assinatura de todos e quaisquer instrumentos necessários para tanto, incluindo, mas não se limitando ao Primeiro Aditamento; e (iv) Aprovação da ratificação dos atos relacionadas às deliberações acima já praticados pela Diretoria da Companhia e por procuradores bastante constituídos. **6. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 22/05/2020. Assinaturas: Mesa: Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; Secretário: Luis Philipe Camano Passos. Acionistas: Travessia Assessoria Financeira Ltda. e Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1071885-63.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO RAMOS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Lucas Ardachnikoff F. de Morais (CPF. 218.206.878- 30), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Banco Original do Agronegócio S/A, procedeu-se a penhora sobre: Lote rural situado no município e comarca de Vila Rica/MT, denominado Fazenda Flor da Mata, objeto da matrícula n° 4.875 do 1° CRI da Comarca de Vila Rica/MT. Estando o executado em local ignorado, foi deferida a intimação da penhora por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, ofereça impugnação, na ausência dos quais prosseguirá o feito em seus ulteriores termos. Será o presente edital, afixado e publicado na forma da lei. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE INTIMAÇÃO. 36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 36º Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo: 20 dias. Processo nº 0092517-88.2018.8.26.0100. A Dra. Priscilla Bittar Neves Netto, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a Alessandro Baitello (CPF. 181.953.768-43), que nos autos da ação de Execução, ajuizada por Felipe Navega Medeiros, em face de Clínica da Hipnose Ltda ME (CNPJ 17.724.757/0001-20), foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, manifeste-se sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa Clínica da Hipnose Ltda ME (CNPJ 17.724.757/0001-20), requerendo as provas cabíveis. Estando o requerido em lugar ignorado, expede-se edital, o qual será afixado e publicado na forma da lei. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do CPC. Será o presente, publicado na forma da lei. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1105123-34.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 33ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sergio da Costa Leite, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Pedro Ernesto de Carvalho Walter (CPF. 382.627.818-64), que Fundação Armando Alvares Penteado lhe ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Comum, objetivando a quantia de R$ 1.761,00 (setembro de 2018), decorrente do Contrato de Adesão de Prestação de Serviços Educacionais, referente ao curso de pós graduação latu sensu em Administração de Empresas. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, ofereça contestação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o requerido será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 06/05/2020. NADA MAIS. 23 e 26 / 05 / 2020

25ª Vara Cível - Foro Central Cível – SP - CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. Proc. 1068521-78.2017.8.26.0100O MM. Juíz da 25ª Vara Cível - Foro Central Cível - SP, Dr. GUILHERME FERFOGLIAGOMES DIAS, FAZ SABER a LUIZ CARLOS MANDELLI, e Neusa Veronica da Fonseca Gonzales, Ação: Execução de Título Extrajudicial, proposta por Condomínio Garagem Automática da Luz, objetivando o recebimento de R$ 3.426,00 (07/2017) representada por Despesas Condominiais, e não localizados os requeridos, expede-se edital para que, pague no prazo de três dias o valor estampado na petição inicial, mais custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o débito exequendo, sendo que, no caso de pronto pagamento no prazo de três dias, ficam reduzidos à metade, ou querendo apresente embargos no prazo de quinze dias. Afixe - se e Publique-se na forma da lei. J - 27 e 28/05

FORO REGIONAL I - SANTANA - 4ª VARA CÍVEL - Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 594 - 2º andar - salas 202 e 204 - Casa Verde - CEP 02546-000 - Fone: (11) 3951-2525 - São Paulo-SP - E-mail: santana4cv@tjsp.jus.br - **EDITAL** de **CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1025348-44.2016.8.26.0001**. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, **Dr. ADEVANIR CARLOS MOREIRA DA SILVEIRA**, na forma da Lei, **FAZ SABER** a(o) **SIDNEY MAZZEI,** RG 10.236.490, CPF 519.822.428-68, tendo como corréu Ricardo Alexandre Costa Mazzei, já citado que **CELSO BAZEIO** lhe move ação de **DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO** cumulada com **COBRANÇA**, relativamente ao imóvel situado na Rua Pe. Saboia de Medeiros, 299, Vila Medeiros, nesta Capital, cujo débito no ajuizamento do feito importava em R$135.992,77 (agosto/2016). Tendo em vista a desocupaçãodo imóvel o feito prosseguiu para cobrança dos locatícios. Encontrando-se o corréu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de **15 (quinze) dias**, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente **RESPOSTA**. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de Maio de 2020. Eu, Ricardo Ramon Rivarolli, Coordenador, conferi.

27 e 28/05

CETENCO ENGENHARIA S.A.

CNPJ/MF nº 61.550.497/0001-06

Relatório da Administração

Prezados Senhores: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais em 31/12/2019 (Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	(15)	24.094.925	5.281.815	24.458.178	6.758.752
Contas a Receber	(3.2.1)	34.897.459	67.455.557	35.722.824	71.720.844
Outros Ativos Circulantes	(3.2.2)	70.869.984	84.013.395	69.574.860	83.693.335
		129.862.368	**156.750.767**	**129.755.862**	**162.172.931**
Não Circulante					
Empréstimos a Associadas	(6)	939.412	542.314	939.412	542.314
Contas a Receber	(3.3.1)	505.822.685	576.976.144	508.692.968	576.976.144
Depósitos Judiciais		8.730.736	9.107.847	8.730.736	9.107.847
Imobilizado	(8)	9.698.463	8.556.587	11.939.634	10.813.297
Intangível	(3.3.5)	383.425.449	383.443.351	383.425.449	383.443.351
Investimentos	(7)	4.229.743	686.662	108.094	108.095
		912.846.488	**979.312.905**	**913.836.293**	**980.991.048**
Total do Ativo		**1.042.708.856**	**1.136.063.672**	**1.043.592.155**	**1.143.163.979**

Passivo	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	(9)	38.097.554	38.125.445	38.097.554	38.125.445
Fornecedores		20.514.626	19.550.205	24.604.092	23.670.348
Impostos, Taxas e Contribuições		2.671.564	10.621.093	2.729.435	10.714.775
Salários e Encargos a Recolher		3.558.773	6.228.913	3.626.228	6.330.070
IRPJ e CSLL		358.102	358.102	358.102	358.102
Provisão de Férias e Encargos		2.631.435	2.655.953	4.783.765	4.632.386
		67.832.054	**77.539.711**	**74.199.176**	**83.831.126**
Não Circulante					
Obrigações Fiscais - REFIS		-	-	178.521	218.288
Parcelamentos		3.165.106	1.823.086	3.165.106	1.823.086
Contas a pagar		452.223	440.587	452.223	440.587
Aluguéis a Pagar		8.486.101	8.489.890	8.486.101	8.489.890
Empréstimos e Financiamentos	(9)	72.977.375	67.656.977	72.977.375	67.656.977
Empréstimos a Associadas		-	-	8.214.740	7.934.740
Debêntures		-	-	-	4.704.083
IRPJ e CSLL Diferidos	(12)	63.641.562	72.607.267	63.641.562	72.607.267
Provisão para Perda Investimentos		3.469.160	3.011.057	-	-
Provisões para Demandas Judiciais	(13)	8.557.826	12.584.450	8.557.826	12.584.450
		160.749.353	**166.613.314**	**165.673.454**	**176.459.368**
Patrimônio Líquido					
Capital Realizado	(10)	155.035.599	152.000.000	155.035.599	152.000.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial		383.397.312	383.397.312	383.397.312	383.397.312
Reserva de Capital		105.463.186	105.463.186	105.463.186	105.463.186
Reserva Legal		30.400.000	30.400.000	30.400.000	30.400.000
Reserva de Lucros		71.866.927	51.352.565	71.866.927	51.352.565
Reserva de Lucros a Realizar	(11)	140.031.534	169.297.584	140.031.534	169.297.584
Prejuízos Acumulados		(72.067.109)	-	(72.067.109)	-
		814.127.449	**891.910.647**	**814.127.449**	**891.910.647**
Participação dos Não Controladores		-	-	(10.407.924)	(9.037.162)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**1.042.708.856**	**1.136.063.672**	**1.043.592.155**	**1.143.163.979**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2019 e 2018 (Em Reais)

	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita Operacional Líquida		61.254.665	94.361.932	61.254.665	94.361.932
Custo Operacional		(59.141.164)	(71.209.289)	(59.141.164)	(71.209.289)
Lucro Bruto		**2.113.501**	**23.152.643**	**2.113.501**	**23.152.643**
Receitas (Despesas) Operacionais					
Despesas com Pessoal		(7.295.764)	(7.141.580)	(7.295.764)	(7.141.580)
Despesas Administrativas		(8.711.297)	(2.277.198)	(11.900.697)	(6.039.676)
Servs. Terceiros P. Jurídica		(20.008.710)	(14.504.601)	(20.008.710)	(14.504.603)
Impostos e Taxas		(752.167)	(479.457)	(739.444)	(510.774)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(4.458.099)	(1.366.035)	(4.448.652)	(1.334.473)
Depreciação e Amortização		(1.794.190)	(3.995.353)	(1.794.190)	(3.995.353)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(7)	2.764.978	(1.168.383)	-	-
		(40.255.249)	**(30.932.607)**	**(46.187.457)**	**(33.526.459)**
Resultado Financeiro		(42.891.066)	(12.321.068)	(42.700.981)	(10.475.526)
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(81.032.814)**	**(20.101.032)**	**(86.774.937)**	**(20.849.342)**
CSLL/IRPJ Diferido	(12.1)	8.965.705	(664.624)	8.965.705	(664.624)
Prejuízo Líquido do Exercício		**(72.067.109)**	**(20.765.656)**	**(77.809.232)**	**(21.513.966)**
Prejuízo por Ação		**(90,00)**	**(101,78)**	**(97,17)**	**(105,45)**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31/12/2019 e 2018 (Em Reais)

	Capital Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva de Lucros	Resultado do Exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**152.000.000**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**169.297.584**	**185.369.754**	**(110.351.533)**	**915.576.303**
Transferência do Resultado para Reservas	-	-	-	-	-	(131.117.189)	131.117.189	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	(20.765.656)	(20.765.656)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(2.900.000)	-	(2.900.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	**152.000.000**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**169.297.584**	**51.352.565**	**-**	**891.910.647**
Realização parcial de Lucros	-	-	-	-	(29.266.050)	29.266.050	-	-
Redução pelo grupamento de ações	-	-	-	-	-	(5.751.688)	-	(5.751.688)
Aumento de Capital	3.035.599	-	-	-	-	-	-	3.035.599
Resultado do Exercício 2019	-	-	-	-	-	-	(72.067.109)	(72.067.109)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(3.000.000)	-	(3.000.000)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**155.035.599**	**383.397.312**	**105.463.186**	**30.400.000**	**140.031.534**	**71.866.927**	**(72.067.109)**	**814.127.449**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Conselho de Administração | **José Luís da Cruz** - Contador - CRC 1SP 171.690/O-7 - SP | As demonstrações financeiras foram publicadas em sua totalidade no Diario Oficial do Estado nesta data.

Swell Importação e Comércio de Produtos de Iluminação S.A.

CNPJ nº 10.945.114/0001-68

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Balanços patrimoniais - Ativo	2019	2018
Circulante	**49.043**	**66.992**
Caixa e equivalentes de caixa	803	572
Contas a receber	13.638	36.713
Estoques	27.691	23.458
Impostos a recuperar	5.961	5.258
Outros valores a receber	950	991
Não circulante	**6.185**	**3.241**
Depósitos judiciais	167	65
Imposto de renda e contribuição social diferida	915	915
Investimentos em controladas	-	35
Imobilizado	2.285	1.605
Intangível	2.818	621
Total do Ativo	**55.228**	**70.233**

Balanços patrimoniais - Passivo	2019	2018
Circulante	**25.788**	**35.745**
Fornecedores	5.524	13.796
Duplicatas descontadas	5.752	13.446
Empréstimos e Financiamentos	3.907	-
Obrigações tributárias	8.316	7.236
Salários e encargos sociais	738	761
Participação societária a descoberto	240	-
Outros valores a pagar	1.311	506
Não circulante	**922**	**199**
Empréstimos e Financiamentos	885	-
Provisão para contingências	37	199
Patrimônio Líquido	**28.518**	**34.289**
Capital social integralizado	17.097	17.097
Reserva de capital	17.985	17.985
Prejuízos acumulados	(6.134)	(989)
Ajustes de conversão cumulativa do exercício	(430)	196
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**55.228**	**70.233**

Demonstrações do resultado	2019	2018
Receita Operacional Líquida	**71.754**	**103.256**
Custo dos Produtos Vendidos	**(45.326)**	**(69.429)**
Lucro bruto	**26.428**	**33.827**
Despesas operacionais	**(29.794)**	**(33.294)**
Comerciais	(14.053)	(18.533)
Gerais e administrativas	(16.092)	(14.739)
Resultado com equivalência patrimonial	351	(22)
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras líquidas e impostos	**(3.366)**	**533**
Receitas e despesas financeiras	**(1.779)**	**(3.666)**
Receita financeira	464	936
Despesa financeira	(2.761)	(3.520)
Variação cambial, líquida	518	(1.082)
(Prejuízo)/lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(5.145)**	**(3.133)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	915
	-	**915**
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	**(5.145)**	**(2.218)**

Marcos De Bem Guazzelli - Contador - CRC PR 38.133/O-0 S-SP

GUASSUPI PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ : 33.572.572/0001-02

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018 - Expresso em R$

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos a apreciação de V.S.ª o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, e Notas Explicativas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a companhia iniciou suas atividades em 09/05/2019, portanto, não há saldos comparativos. Permanecemos ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais. Expressamos nossos agradecimentos a todos aqueles que têm participado ativamente do crescimento e desenvolvimento da empresa.

Balanço Patrimonial	31/12/2019
ATIVO	**67.173.534,53**
ATIVO CIRCULANTE	**4.121,87**
DISPONIBILIDADES	4.121,87
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**67.169.412,66**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.820.000,00
INVESTIMENTOS	54.349.412,66
PASSIVO	**67.173.534,53**
PASSIVO CIRCULANTE	**8.560,81**
FORNECEDORES	8.089,67
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	471,14
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**810,00**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	810,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**67.164.163,72**
CAPITAL	49.247.582,17
RESERVAS	43.737.055,68
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(25.820.474,13)

Demonstração do Resultado	31/12/2019
RECEITAS	**0**
CUSTOS E DESPESAS	**25.820.474,13**
DESPESAS	**25.820.474,13**
DESPESAS OPERACIONAIS	25.819.863,67
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	610,46
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	**(25.820.474,13)**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	31/12/2019
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	**0,00**
CAPITAL SOCIAL	**49.247.582,17**
Capital Social Integralizado	49.247.582,17
REVERSÕES DE RESERVAS	**26.940.185,84**
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	26.940.185,84
RESERVAS DE ÁGIO NA EMISSÃO DE AÇÕES	**16.796.869,84**
Ágio na Emissão de Ações	16.796.869,84
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**(25.820.474,13)**
Resultado Liquido do Exercício	(25.820.474,13)
PROPOSTA DA ADM PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO	**(25.820.474,13)**
TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS	**(25.820.474,13)**
Reserva de Lucros (Prejuizos)	(25.820.474,13)
RESERVAS DE LUCROS (PREJUIZOS)	**(25.820.474,13)**
Saldo Final de Reservas de Prejuizos	(25.820.474,13)
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	**67.164.163,72**

Demonstração dos Fluxos de Caixa de 31/12/2019	31/12/2019
Fluxos de caixa originários de atividades Operacionais	
Resultado Líquido do Exercício	(25.820.474,13)
Aumento (Redução) em Fornecedores	8.089,67
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias	471,14
Disponibilidades Líquidas Geradas nas Atividades Operacionais	(25.811.913,32)
Fluxos de caixa originários de atividades de investimentos	
AFAC - Adto para Futuro Aumento de Capital	26.940.185,84
(-) Investimentos em Coligadas e Controladas	(54.349.412,66)
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades Investimentos	(27.409.226,82)
Fluxos de caixa originários de atividades de financiamento	
Integralização ou Aumento de Capital Social	49.247.582,17
Ágio na Emissão de Ações	16.796.869,84
(-) Emprestimos Concedidos em Partes relacionadas	(12.819.190,00)
Disponibilidades Líquidas Geradas Atividades Financiamentos	53.225.262,01
Aumento (Redução) nas Disponibilidades	**4.121,87**
Disponibilidades no Final do Período	**4.121,87**
Variação das Disponibilidades	**4.121,87**

Notas explicativas das demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em reais)

1. Contexto Operacional - A Guassupi Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 09/05/2019, com sede na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo e tem como sua principal atividade é a participação societária nas empresas: Quevedos Energética S.A., Salto do Guassupi Energética S.A., Rincão dos Albinos Energética S.A. e Rincão São Miguel Energética S.A. as quais tem como objeto social a exploração do ramo de geração e desenvolvimento de energia elétrica por meio de PCHs. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis -** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os dispositivos constantes da Lei 6.404/76 e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), consoante as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis -** A companhia observa o regime de competência para o registro de suas transações, combinado ainda com as seguintes práticas contábeis. a) Apresentação das contas: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis em prazos inferiores a 365 dias, estão classificados como circulantes; b) Obrigações sociais e trabalhistas: tais obrigações conhecidas e/ou passíveis de apuração estão sendo contabilizadas de acordo com a sua competência. **4. Patrimonio Liquido 4.1 Capital Social:** O capital social é representado por 45.397.154 ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 49.247.582,17. **4.2 Reservas De Capital:** A reserva de capital refere-se ao ágio na emissão de ações e adiantamentos efetuados pelos acionistas para futuro aumento de capital. São Paulo – São Paulo 11/05/2020. **Edson Luiz Diegoli / CPF: 416.549.279-53 / Diretor Administrativo. Juliano Anacleto da Silva / CPF 628.949.519 - 49 - Contador-CRC: 017900/O-2**

Ipiranga Agroindustrial S.A.

CNPJ 07.280.328/0001-58

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios sociais findos em 31/03/2020 e 2019. Iacanga/SP, 26/05/20. **A Diretoria**

Balanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Ativo/Circulante	668.996	616.217	723.793	662.140
Caixa e equivalentes de caixa	294.917	248.375	352.150	295.278
Contas correntes - Cooperativa	72.483	31.235	72.483	31.235
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	7.284	6.263	4.595	5.169
Estoques	26.421	15.927	26.421	15.927
Ativo biológico	239.045	221.805	239.045	221.805
Adiantamento a fornecedores	17.163	71.660	17.163	71.660
Instrumentos financeiros derivativos	6.589	–	6.589	–
Impostos a recuperar	5.094	9.179	5.347	9.293
IR e CS correntes	–	11.773	–	11.773
Não circulante	2.133.006	1.408.259	2.082.474	1.364.011
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	–	978	–	978
Depósitos judiciais	19.181	2.700	19.181	2.700
Instrumentos financeiros derivativos	1.856	4.281	1.856	4.281
Empréstimos a terceiros	373	562	373	562
Impostos a recuperar	14.198	5.669	14.997	5.678
	35.608	14.190	36.407	14.199
Outros investimentos	8.043	8.043	8.043	8.043
Investimentos	181.604	144.197	72.619	63.040
Imobilizado	1.373.207	1.241.829	1.430.861	1.278.729
Direito de uso	534.544	–	534.544	–
Total do ativo	2.802.002	2.024.476	2.806.267	2.026.151

Balanços patrimoniais	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Passivo Circulante	407.131	268.989	408.876	269.373
Fornecedores/outras contas pagar	90.856	95.370	91.857	95.155
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	109.679	–	109.679	–
Financiamentos - Cooperativa	–	1.147	–	1.147
Financiamentos bancários	140.905	147.120	140.914	147.120
Salários e férias a pagar	20.635	19.429	20.665	19.455
Impostos e contribuições a recolher	3.943	2.441	4.648	2.695
IR e CS a recolher	–	–	–	319
Dividendos a pagar	6.601	3.482	6.601	3.482
Não circulante	1.526.132	983.189	1.528.652	984.480
Fornecedores/outras contas pagar	132.399	128.331	132.399	128.331
Parceria agrícola e arrendamentos a pagar	427.880	–	427.880	–
Financiamentos - Cooperativa	30.822	33.860	30.822	33.860
Financiamentos bancários	712.874	571.931	714.149	571.931
Mútuo - Cooperativa	12.580	11.040	12.580	11.040
Contas a pagar-Partes relacionadas	3.074	4.089	3.074	4.089
Passivo fiscal diferido	241.015	233.938	242.260	235.229
Patrimônio líquido	868.739	772.298	868.739	772.298
Capital social	676.003	676.003	676.003	676.003
Reservas de lucros	169.436	69.359	169.436	69.359
Reserva de reavaliação	41.289	43.751	41.289	43.751
Ajuste de avaliação patrimonial	(17.989)	(16.815)	(17.989)	(16.815)
Total do passivo	1.933.263	1.252.178	1.937.528	1.253.853
Total do passivo e patrimônio líquido	2.802.002	2.024.476	2.806.267	2.026.151

Demonstrações de Resultados	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita operacional líquida	1.072.038	904.584	1.099.085	932.496
Variação de valor justo de ativo biológico	(2.095)	(1.603)	(2.095)	(1.603)
Custo dos produtos vendidos	(866.553)	(809.607)	(843.542)	(790.500)
Lucro bruto	203.390	93.374	253.448	140.393
Despesas comerciais	(6.522)	(7.281)	(6.522)	(7.281)
Despesas administrativas e gerais	(23.586)	(25.913)	(23.668)	(25.995)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	13.098	1.489	12.808	1.417
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	186.380	61.669	236.066	108.534
Receitas financeiras	47.842	45.123	49.792	46.885
Despesas financeiras	(166.888)	(83.107)	(166.913)	(83.108)
Resultado financeiro líquido	(119.046)	(37.984)	(117.121)	(36.223)
Resultado equivalência patrimonial	57.995	58.726	9.310	12.682
Resultado antes dos impostos	125.329	82.411	128.255	84.993
IR e CS correntes	(15.577)	(3.945)	(18.548)	(6.567)
IR e CS diferidos	(7.077)	(7.924)	(7.032)	(7.884)
	(22.654)	(11.869)	(25.580)	(14.451)
Resultado do exercício	102.675	70.542	102.675	70.542

Demonstrações de resultados abrangentes	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Resultado do exercício	102.675	70.542	102.675	70.542
Resultado abrangente total	102.675	70.542	102.675	70.542

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reservas: Legal	Reservas: Retenção de lucros	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de março de 2018	597.825	38.129	126.978	46.253	(14.835)	–	794.350
Aumento do capital social conforme AGE de 28/05/2018	126.978	–	(126.978)	–	–	–	–
Cancelamento das ações incorporadas conforme AGE 31/12/18	(48.800)	–	(40.000)	–	–	–	(88.800)
Ajuste de conversão e hedge reflexa de coligada	–	–	–	–	(312)	–	(312)
Realização do custo atribuído	–	–	–	(2.502)	(1.668)	4.170	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	70.542	70.542
Destinações: Reserva legal	–	3.527	–	–	–	(3.527)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	(3.482)	(3.482)
Reserva de lucros	–	–	67.703	–	–	(67.703)	–
Saldos em 31 de março de 2019	676.003	41.656	27.703	43.751	(16.815)	–	772.298
Ajuste de conversão e hedge reflexa de coligada	–	–	–	–	527	(160)	367
Realização do custo atribuído	–	–	–	(2.462)	(1.701)	4.163	–
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	102.675	102.675
Destinações: Reserva legal	–	5.134	–	–	–	(5.134)	–
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	(6.601)	(6.601)
Reserva de lucros	–	–	94.943	–	–	(94.943)	–
Saldos em 31 de março de 2020	676.003	46.790	122.646	41.289	(17.989)	–	868.739

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	102.675	70.542	102.675	70.542
Ajustado por:				
Depreciação e amortização	201.810	205.205	204.623	207.587
Valor residual do imobilizado baixado	17.293	7.080	17.293	7.081
Mudança no valor justo de ativos biológicos	2.095	1.603	2.095	1.603
Consumo de ativos biológicos	190.628	156.756	190.628	156.756
Amortização do direito de uso de arrendamento	150.343	–	150.343	–
IR e CS diferidos	7.077	7.924	7.032	7.884
IR e CS correntes	15.577	–	18.548	–
Resultado equivalência patrimonial	(57.995)	(58.726)	(9.310)	(12.682)
Juros sobre financiamentos bancários	51.041	53.865	51.065	53.865
Juros sobre parcerias agrícolas e arrendamentos	39.659	–	39.659	–
Instrumentos financeiros derivativos	(4.164)	(4.036)	(4.164)	(4.036)
Variação dos ativos e passivos				
Contas correntes - Cooperativa	(41.248)	3.492	(41.248)	3.492
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(43)	(1.969)	1.552	(997)
Estoques	(10.494)	5.054	(10.494)	5.054
Adiantamento a fornecedores	(1.774)	(14.233)	(1.774)	(14.233)
Impostos a recuperar	(4.444)	(499)	(5.373)	(516)
IR e CS correntes	–	(11.773)	–	(11.773)
Depósitos judiciais	(16.481)	(163)	(16.481)	(163)
Empréstimos a terceiros	189	200	189	200
Fornecedores e outras contas a pagar	(446)	(13.860)	770	(13.483)
Salários e férias a pagar	1.206	(1.938)	1.210	(1.942)
Impostos e contribuições a recolher	1.511	12.448	2.145	14.895
Contas a pagar-Partes relacionadas	(1.015)	(4.767)	(1.015)	(4.767)
IR e CS pagos	(3.804)	(11.798)	(7.094)	(13.999)
Pagamento de juros sobre financiamentos bancários	(48.600)	(51.510)	(48.615)	(51.510)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	590.596	348.897	644.259	398.858
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aumento de capital/aquisição de controladas	(23.093)	(5.875)	–	–
Dividendos recebidos	44.042	18.456	(92)	3.415
Aquisição de ativos biológicos	(209.963)	(192.478)	(209.963)	(192.478)
Aquisição de imobilizado	(350.484)	(244.603)	(374.051)	(252.506)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(539.498)	(424.500)	(584.106)	(441.569)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Mútuo - Cooperativa	1.540	356	1.540	356
Dividendos pagos	(3.482)	(7.319)	(3.482)	(7.319)
Financiamentos - Cooperativa	(4.185)	(61.120)	(4.185)	(61.120)
Financiamentos bancários tomados	338.932	163.069	340.207	163.069
Pagamentos de financiamentos bancários	(206.645)	(136.040)	(206.645)	(136.040)
Pagamentos de parcerias agrícolas e arrendamento mercantil	(130.716)	–	(130.716)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(4.556)	(41.054)	(3.281)	(41.054)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	46.542	(116.657)	56.872	(83.765)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	248.375	365.032	295.278	379.043
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	294.917	248.375	352.150	295.278
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	46.542	(116.657)	56.872	(83.765)

Diretoria: Leopoldo Tittoto, Matheus Mazza Tittoto, Cristiano Mazza Tittoto, Luiz Cunali Defilippi Filho, Vitor Titoto e Bernardo Titoto

Claudinei Aparecido Pereira - Contador - CRC 1SP250872/O-0

O parecer dos auditores independentes e as demonstrações financeiras com as notas explicativas encontram-se à disposição na sede da empresa

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE Prazo do Edital 20 DIAS. PROCESSO Nº 1038427-21.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). RODRIGO RAMOS, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ANTÔNIO VILEFORT MARTINS, Brasileiro, Casado, Empresário, CPF 146.424.416-20, que BANCO FIBRA S/A lhe ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 2.429.790,96 (fevereiro de 2017), representada pela Cédula de Crédito Bancário nº CG 0226014. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. 23 e 26 / 05 / 2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO. Processo Digital nº: 0014076-25.2020.8.26.0100. Classe: Assunto: Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução. Exequente: Fundaçao Sao Paulo. Executado: Estanislau Francisco da Silva. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0014076-25.2020.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Renato Acacio de Azevedo Borsanelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Estanislau Francisco da Silva (CPF. 759.825.798-15), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Fundação São Paulo, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 30.878,26 (março de 2020). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 24 de abril de 2020. 23 e 26 / 05 / 2020

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1102009-92.2015.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernando José Cúnico, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Pe de Caju Espaço Gourmet Ltda ME, CNPJ: 19.776.200/0001-69, que lhe foi proposta Procedimento Comum Cível por parte de Sul América Companhia de Seguro Saúde, CNPJ: 01.685.053/0001-56, objetivando o recebimento da quantia de R$ 113.896,39 (outubro de 2015), decorrente do Contrato de Seguro Saúde Coletivo Empresarial. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 07 de maio de 2020. 23 e 26 / 05 / 2020

36ª Vara Cível do Foro do Central da Capital do Estado de São Paulo. 36º Ofício Cível. Edital de Intimação. Prazo 20 dias. Processo n° 0017371-70.2020.8.26.0100. A Dr.ª Thania Pereira Teixeira De Carvalho Cardi, Juíza de Direito da 36ª Vara Cível do Foro do Central da Capital do Estado de São Paulo, Faz Saber a MARÍLIA FEIX BARCALA (CPF 665.563.250-15), que IRESOLVE Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., ingressou com o Cumprimento de Sentença, tendo em vista a procedência da Ação Monitória (processo 1051390-61.2015.8.26.0100), restando assim constituído o título executivo judicial no valor de R$ 145.933,72. Estando os executados em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, bem como de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. 23 e 26 / 05 / 2020

Imobiliária Paramirim S.A.

CNPJ Nº 51.049.823/0001-42 - NIRE 35.300.315.260

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária/Edital de Convocação

Imobiliária Paramirim S.A. ("Companhia"), convida seus acionistas para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em sua sede social, na Fazenda Aparecida, município de Iracemápolis/SP, no dia 29/06/2020, às 8 horas. Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **1)** Contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31/03/2020 ; **2)** Destinação do lucro líquido do exercício; **3)** Eleição dos membros da Diretoria; e em Assembleia Geral Extraordinária: **4)** Renovação dos limites de alçadas para a Diretoria comprar e vender bens móveis e imóveis. Conforme artigo 133, caput da Lei 6.404/76, encontra-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o item "1" - da Assembleia Geral Ordinária.Iracemápolis, 26/05/2020. **Mauricio Krug Ometto - Diretor Presidente.** (27,28,29)

Inova Gestão de Serviços Urbanos S.A.

CNPJ nº 14.748.851/0001-21 - NIRE nº 3530041668-6

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data, Hora, Local: 17.02.2020, às 10h, na sede social, Avenida Marques de São Vicente, nº 446, salas nº 417-A e 417-B, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros. **Mesa:** Presidente: *Anrafel Vargas Pereira da Silva* e Secretário: *Ricardo Batista de Souza*. **Deliberações Aprovadas**: Reeleição dos membros abaixo relacionados, para um mandato com prazo determinado de 01 ano, a contar de 22/02/2020, sem remuneração, restando a diretoria composta da seguinte forma: **Diretor Executivo**: **Anrafel Vargas Pereira da Silva**, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 19.969.925 - 2 SSP/SP, CPF nº 161.481.318-38; e **Diretor Administrativo-Financeiro: Ricardo Batista de Souza**, brasileiro, casado, administrador de empresa, CRA/RJ nº 2048354-6 e CPF nº 034.219.117-97, ambos com endereço em São Paulo/SP e declaram que não estão impedidos de exercer atividades mercantis. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 17.02.2020. **Conselheiros: Anrafel Vargas Pereira da Silva, Lucas Quintas Radel, Ervino Nitz Filho, Antonio Carlos Ferrari Salmeron, Márcio Paulikevis dos Santos**. JUCESP nº 164.211/20-2 em 08.05.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SUNEDISON BRASIL ENERGIA LTDA.

CNPJ nº 13.041.970/0001-87 - NIRE 35.224.974.296

ATA DE RESOLUÇÃO DE SÓCIA ÚNICA DATADA DE 13.05.2020

Sune Solar B.V., sociedade constituída e existente de acordo com as leis da Holanda, CNPJ 97.929.203/0001-07, com sede em Barbara Strozzilaan 201, 1083 HN, Amsterdã, Holanda, neste ato, representada por sua procuradora, Sra. Karina Sparico Batista, brasileira, advogada, casada, CPF 223.804.518-00, CI 33.970.236-9, SSP/SP, com endereço profissional na Cidade e Estado de SP, à Al. Ribeirão Preto, 130, 3º e 4º andar, Conj. 42, Bela Vista, CEP 01331-000, com procuração devidamente traduzida, e certificada, registrada perante o Oficial de Registros de Títulos e Documentos de São Paulo sob o nº 3618107, na qualidade de sócia exclusiva da sociedade limitada unipessoal denominada **Sunedison Brasil Energia Ltda.** ("Sociedade"), unilateralmente resolve: **(i)** nos termos do Artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil Brasileiro"), reduzir o capital social da Sociedade – totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional – no montante de R$ 16.354.882,00, mediante o cancelamento de 16.354.882 quotas representativas do aludido capital, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto desempenhado pela Sociedade; e **(ii)** ato contínuo, alterar o contrato social da Sociedade, a fim de refletir a redução de capital acima descrita, mediante assinatura do Instrumento Particular de 33ª Alteração do Contrato Social da Sociedade, a ser arquivado perante a JUCESP, de forma vinculada à presente ata, após decorridos 90 dias da publicação da mesma, na forma do Artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata, que, devidamente assinada pela sócia única da Sociedade, reflete e formaliza as resoluções por ela determinadas, conforme disposto na Cláusula 8ª do contrato social da Sociedade. São Paulo, 13/05/2020. **Sune Solar B.V. -** p.p. Karina Sparico Batista.

GAIA SECURITIZADORA S.A. - Companhia Aberta - CNPJ/ME Nº: 07.587.384/0001-30 - NIRE: 35.300.369.149

ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA OBJETO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 4ª SÉRIE DA 3ª EMISSÃO DA GAIA SECURITIZADORA S.A. EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO

A Gaia Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.587.384/0001-30 ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, informa aos Srs. Titulares dos CRI ("Titulares dos CRI"), que a Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("Assembleia"), convocada por meio do edital publicado no jornal "O Dia SP" nos dias 29/04/2020, 30/04/2020 e 01/05/2020, e no site da Securitizadora ("Edital de Convocação") será **postergada para o dia 27 de maio de 2020, às 11 horas**, em função da edição do Decreto Municipal 59.450, de 18 de maio de 2020, cuja medida foi antecipar os feriados de Corpus Christ e da Consciência Negra, para os dias 20 e 21 de maio de 2020, decretando ponto facultativo no dia 22 de maio de 2020. Estão mantidas todas as demais disposições do Edital de Convocação, em especial à ordem do dia. A Assembleia será realizada exclusivamente por vídeo conferência online, na plataforma https://meet.google.com, sem possibilidade de participação de forma presencial, **sendo certo que o *link* de acesso à reunião será disponibilizado por correio eletrônico aos Titulares de CRI, previamente à realização da Assembleia, àqueles que enviarem solicitação por correio eletrônico para jurídico@grupogaia.com.br e ger1.agente@oliveiratrust.com.br, com até 2 (dois) dias de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia**, juntamente com cópias dos documentos de identificação e, conforme o caso, comprovação de poderes para representar Titular(es) de CRI devidamente assinados e com firma reconhecida ou com certificação digital de assinaturas ou por meio de assinatura eletrônica via *Docusign* ou plataforma equivalente, conforme o caso, em conformidade com o Decreto nº 10.278 de 18 de março de 2020 e Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020. Os Titulares de CRI deverão acessar o *link* de acesso à reunião com ao menos 15 (quinze) minutos de antecedência à data de realização da Assembleia, identificar-se em seu acesso com o nome completo, conforme documentação previamente apresentada à Emissora, de forma que a Emissora possa identificar e permitir o acesso e participação à reunião. A Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 20 de maio de 2020.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de arte 15342 no dia 28/05 às 18 h. www.originarteleiloes.com.br, Av. Doutor João Guimarães, 315ª Morumbi SP/SP (11) 5825-8932 originarteleiloes@gmail.com

PJBANK SECURITIZADORA S/A - CNPJ/MF: 33.679.797/0001-54

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31/12/2019 (Valores expressos em reais)

Srs. Acionistas, A Administração da **PJBANK Securitizadora S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31/12/2019. Em atendimento a instrução CVM 381 de 14/01/2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa. Atenciosamente, **PJBANK Securitizadora S/A -** Diretor Presidente - Carlos Henrique Cera. Campinas – SP, 16/03/2020

Balanço Patrimonial Ativo	Nota	12/04/19 a 31/12/19
Ativo circulante		**6.550**
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.550
Total do Ativo		**6.550**
Passivo		
Passivo Circulante		**89.187**
Empréstimos e Financiamentos	6	89.187
Patrimônio líquido	7	**(82.637)**
Capital social		100.000
(-) Capital a Integralizar		(90.000)
Prejuízos Acumulados		(92.637)
Total do Passivo		**6.550**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 12/04/2019	**100.000**	**(100.000)**	**-**	**-**
Integralização capital social		10.000		10.000
Resultado do período			(92.637)	(92.637)
Saldo em 31/12/2019	**100.000**	**(90.000)**	**(92.637)**	**(82.637)**

Demonstração do Resultado	Nota	12/04/19 a 31/12/19
Receita operacional líquida		**-**
Lucro bruto		**-**
(Despesas) / Receitas operacionais		**(90.467)**
Despesas gerais e administrativas		(90.467)
Lucro antes do Resultado Financeiro		**(90.467)**
Despesas financeiras		(2.170)
Resultado financeiro líquido	8	**(2.170)**
Resultado antes das provisões		**(92.637)**
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício		**(92.637)**

Demonstração do resultado abrangente	12/04/19 a 31/12/19
Resultado Líquido do Período	(92.637)
Resultado abrangente do período	**(92.637)**

Demonstração do fluxo de caixa	12/04/19 a 31/12/19
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	(92.637)
Ajustado por:	**(92.637)**
(Aumento)/Diminuição das contas ativas	
Aumento/(Diminuição) das contas passivas	
Caixa proveniente/(usado) nas operações	**(92.637)**
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	**(92.637)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
- Integralização de Capital Social	10.000
- Aquisição de Empréstimos	89.187
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**99.187**
Aumento/(Diminuição Líquida caixa e equivalentes caixa	**6.550**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**6.550**

Demonstração do valor adicionado	12/04/19 a 31/12/19
I - Receita	**-**
II - Insumos adquiridos de terceiros	**88.378**
III - Valor adicionado bruto	**(88.378)**
IV - Depreciação, amortização e exaustão	**-**
V - Valor adicionado líquido	**(88.378)**
VI - Valor adicionado recebido em transferência	**-**
VII - Valor adicionado total a distribuir	**(88.378)**
VIII - Distribuição do valor adicionado	**(88.378)**
VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições	2.089
VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros	2.170
VIII.4 - Remuneração de capitais próprios	(92.637)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1) Contexto Operacional: A PJBANK Securitizadora S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 12/04/2019, tem por objeto específico a exploração do negócio de (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) emissão de debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76; (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança extrajudicial de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31/12/2019 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 16/03/2020. **2) Riscos: 2.1. Risco de mercado:** Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras. **2.2. Política anti-inflacionária:** No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia. **2.3. Risco institucional:** Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco. **2.4. Risco fiscal:** A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2020 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país. **2.5. PIS/ COFINS:** São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2020, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Artigo 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da "não cumulatividade" elevando demasiadamente as alíquotas - PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% - ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes. **2.6. Risco Operacional:** Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais. **2.7. Direitos Creditórios:** O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%. **2.8. Risco de Crédito:** O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido. **2.9. Inadimplência:** O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência. Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. **3) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***"Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC"*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais. **4) Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. **4.1. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R$) a moeda funcional da Companhia. **4.2. Reconhecimento de receita: i. Prestação de serviços:** A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas. **ii. Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira" nas demonstrações do resultado. **iii. Receita de securitização:** O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado. **4.3. Impostos e contribuições: i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido - correntes:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. **ii. Imposto sobre serviços:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Artigo 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário.** • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%. • Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2% a 5%; **4.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração: i. Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata. **4.5. Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos:** A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **4.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. A companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31/12/2019, não identificou ajustes a serem contabilizados. **4.7. Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios:** Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu Artigo 71. **4.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **4.9. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **4.10. Tributos a compensar:** Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco. **4.11. Informações por segmento:** O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional. **4.12. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

	12/04/19 a 31/12/19
Depósitos bancários a vista	6.550
Total de caixa e equivalentes de caixa	**6.550**

6. Empréstimos e Financiamentos: A Companhia tomou empréstimos com partes relacionadas para disponibilizar capital para condução inicial dos negócios da organização, sendo que o saldo está composto da seguinte forma:

Descrição	12/04/19 a 31/12/19
Empréstimos com partes relacionadas	89.187
Empréstimos e Financiamentos	**89.187**

7. Patrimônio Líquido: Capital Social - O Capital Social subscrito é de R$ 100.000,00, representado por 100.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Atualmente possui um valor a integralizar de R$ 90.000,00. **Prejuízos Acumulados/Passivo a descoberto** - A Companhia apresenta um passivo a descoberto no exercício, com expectativa de reversão a partir do momento que a Companhia iniciar suas atividades, pois no momento se encontra em fase pré-operacional. O prejuízo acumulado é de R$92.637,51. **8. Resultado Financeiro Líquido:** O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	12/04/19 a 31/12/19
Receitas Financeiras	**-**
Despesas Financeiras	**(2.170)**
Multas dedutíveis	(250)
Despesas Bancárias	(1.920)
Resultado financeiro líquido	**(2.170)**

9. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 4. **Valorização dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31/12/2019, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir: **Caixa e equivalentes de caixa (nota 5):** os saldos mantidos em contas correntes bancárias. **Empréstimos e Financiamentos (nota 6):** os empréstimos com partes relacionadas estão considerados por seus valores de entrada, acrescido dos respectivos encargos incorridos.

Campinas - SP, 16/03/2020.

Carlos Henrique Cera - Diretor Presidente

Renato Hayashi Yamanouchi - Contador - CRC - SP- 248841/O-1 SP

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da **PJBANK Securitizadora S/A.** Campinas - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **PJBANK Securitizadora S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PJBANK Securitizadora S/A,** em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** A companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros "principais assuntos de auditoria" que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado:** Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31/12/2019 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Blumenau-SC, 18 de março de 2020.

Audifactor Auditores Independentes S/S

CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP

Sidení Moratelli-Sócio Responsável-Contador-CRC/SC-19.206/O-7 "S" SP

Juliano dos Santos Machado-Sócio-Contador-CRC/PR 051.229/O-8"S"SP

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0008794-06.2020.8.26.0100. A MM. Juíza de Direito da 36ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Priscilla Bittar Neves Netto, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Francisco Antônio Locoselli, RG 5972000, CPF 694. 755.558-20, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Educacional Bricor Ltda. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 41.007,72 (janeiro/2020), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Em caso de revelia, será nomeador curador especial (Art. 257, IV, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 26 de fevereiro de 2020. 23 e 27.05

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006018-21.2020.8.26.0007. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VII - Itaquera, Estado de São Paulo, Dr(a). Sueli Juarez Alonso, na forma da Lei, etc. A Doutora FABIANA MARINI, MMª. Juíza de Direito da 2ª Vara Cível - Foro Regional VII - Itaquera da comarca de São Paulo, na forma da Lei: Faz SABER que por essa 2ª Vara Cível, se processam os termos e atos da Ação de Cobrança em fase de Cumprimento de Sentença, nº 0006018-21.2020.8.26.0007, que ASSOCIAÇÃO SANTA MARCELINA move em face de JESSICA CHAGAS DE FRANÇA, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG n° 42.332.002-6, inscrita no CPF/MF sob o n° 415.942.378-75, sendo que fora proferida decisão, que considerando que a executada fora citada por edital na fase de conhecimento, por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, também fora determinado nesta fase de cumprimento de sentença a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para pagamento da quantia atualizada de R$ 9.753,04 (nove mil setecentos e cinquenta e três reais e quatro centavos), no prazo de 15 (quinze) dias a fluir do término do prazo do edital. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas previstas no art.2º, inc. XI, da Lei Estadual 14.838/12, calculadas por cada diligência a ser efetuada e pessoa a ser pesquisada. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de maio de 2020.

OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A.

CNPJ nº 24.648.754/0001-10

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial	2019	2018
Ativo/Circulante	5.842	2.635
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.825	1.709
Contas a receber (Nota 8)	2.462	
Adiantamentos a fornecedores	387	380
Despesas antecipadas (Nota 9)	121	500
Outros ativos	47	46
Não circulante	146.148	9.982
Caixa restrito (Nota 7)	2.089	
Imobilizado (Nota 10)	144.059	9.982
Total do ativo	151.990	12.617

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Em 1°/01/2018 (Não auditado)	10	–	(845)	(835)
Aumento de capital (Nota 18)	3.650	–	–	3.650
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 18)	–	11.022	–	11.022
Prejuízo do exercício	–	–	(2.470)	(2.470)
Em 31/12/2018	3.660	11.022	(3.315)	11.367
Aumento de capital (Nota 18)	47.317	–	–	47.317
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 18)	–	(11.022)	–	(11.022)
Prejuízo do exercício	–	–	(724)	(724)
Em 31/12/2019	50.977	–	(4.039)	46.938

Notas Explicativas da Administração

Seção A - Informações gerais: 1. Contexto operacional: A OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima, com sede e foro em São Paulo (SP), constituída em 20/04/2016. A Companhia tem por objetivo a construção, operação e manutenção da usina solar fotovoltaica OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A, e a geração de energia proveniente do referido empreendimento. Em 23/08/2017, a Companhia teve a abertura de sua filial no local do Projeto, na Cidade de Casa Nova/BA, com o objetivo de viabilizar a operacionalização da construção do empreendimento. O empreendimento iniciou suas operações em novembro de 2019 com a finalização da construção da usina fotovoltaica. A Companhia possui junto à ANEEL, a seguinte autorização e registro de geração:

UFV	Estado	Cidade	Potência total MW	Garantia física MWmédio	Início	Término
UFV Oh Sobrado	BA	Casa Nova	30	7,8	01/11/2018	31/10/2038

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30/04/2020. **a) Contrato de Energia de Reserva - CER:** A Companhia firmou, em 27/04/2017 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo presente contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a contar a partir de 1/11/2018, ao preço de R$ 299,95/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31/12/2019, a Companhia apresenta excesso de passivo circulante sobre ativo circulante de R$ 22.928. Com o início da operação em novembro de 2019, a Administração espera, com base no plano de negócios aprovado pelos órgãos de governança, já a partir do próximo exercício, reverter os resultados negativos. As receitas contratuais, liquidadas sempre no mês subsequente ao da geração, fluirão de forma regular para a Companhia, garantindo fluxos de caixa futuros os quais serão alocados na manutenção das suas atividades operacionais, bem como quitação das obrigações de curto prazo. Eventual necessidade de caixa, se ocorrer, será suportada por aportes de capitais efetuados pelos acionistas. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na Nota 3. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 23. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2019: **(a) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro:** A interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração na CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Se a Companhia concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Companhia deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil (vigente a partir de 1º/01/2019):** Introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações financeiras de arrendatários. A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia ou não substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2), as Companhias reconhecem os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial. Os efeitos de adoção inicial desta nova norma e os expedientes práticos empregados estão detalhados na Nota 13. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros:** Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei nº 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluindo terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão. A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão e as vidas úteis estimadas de cada bem. **(b) Conta de ressarcimento-CCEE:** A Conta de ressarcimento - CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa. **(c) Valor justo do passivo de arrendamento:** No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** A Companhia teve as suas atividades operacionais iniciadas no exercício de 2019, e desde então implementou a gestão de riscos com o objetivo de auxiliar o acompanhamento e o cumprimento das suas metas, e garantir sua liquidez financeira. Na estrutura de governança, o Diretor da Companhia, o Comitê administrativo e os Controladores acompanharão a execução das operações e definirá em conjunto as metas da Companhia. Segue o mapeamento dos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir: **a. Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos e disponibilidade dos sistemas. Plano de Ação: a operação do empreendimento já está contratada e no respectivo contrato constam as devidas coberturas para eventuais riscos operacionais, igualmente para fins ambientais. Além disto, internamente a Companhia mantém o gerenciamento diário da operação e manutenção da Usina Fotovoltaica OH Sobrado. **b. Riscos de mercado**: taxa de câmbio, inflação e taxas de juros; Plano de Ação: nesta fase de operação e manutenção do empreendimento, já estão contratados todos os prestadores de serviços e seguros necessários, e não existe necessidade e nem previsão de contratação de empréstimos e novos financiamentos, não gerando risco de exposição a taxas de câmbio, juros, entre outros. **c. Risco de liquidez**: relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras. O cumprimento das obrigações junto aos fornecedores e cliente, possuem garantia ativa, capital próprio já foi 100% aportado, e o financiamento do empreendimento junto ao banco já está em fase de liberação da última parcela de desembolso, valor suficiente para quitação de todas as obrigações. Além disto, a Companhia possui receita fixa mensal suficiente para o pagamento de todas as obrigações. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31/12/2019 e 2018:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31/12/2019			
Empréstimos e financiamentos	–	5.711	66.724
Fornecedores	27.290	–	–
Partes relacionadas	186	–	–
Arrendamentos	237	220	3.627
Em 31/12/2018			
Fornecedores	1.143	–	–

d. Risco regulatório: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Em 31/12/2019 e 2018 não houve a emissão de notas promissórias, bem como operações com derivativos. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2019:

	2019
Total dos empréstimos (Nota 16)	72.435
(–) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.825)
(–) Caixa restrito	(2.089)
Dívida líquida (a)	67.521
Total do patrimônio líquido	46.938
Total do capital (b)	114.459
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	58,99

Estimativa do valor justo: A Companhia não possui ativos ou passivos mensurados a valor justo. Entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixas e equivalentes de caixa, as contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos as eventuais perdas (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Balanço Patrimonial	2019	2018
Passivo/Circulante	28.770	1.250
Fornecedores (Nota 11)	27.290	1.143
Salários e encargos sociais	36	17
Obrigações tributárias (Nota 12)	725	90
Passivos de arrendamento (Nota 13)	237	–
Conta de ressarcimento - CCEE (Nota 14)	260	–
Partes relacionadas (Nota 15)	186	–
Outras obrigações	36	–
Não Circulante	76.282	–
Passivos de arrendamento (Nota 13)	3.847	–
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	72.435	–
Total do passivo	105.052	1.250
Patrimônio líquido (Nota 17)	–	–
Capital social	50.977	3.660
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	11.022
Prejuízos acumulados	(4.039)	(3.315)
Total do patrimônio líquido	46.938	11.367
Total do passivo e do patrimônio líquido	151.990	12.617

5. Instrumentos financeiros por categoria:

Mensurados ao custo amortizado	2019	2018
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.825	1.709
Caixa restrito (Nota 7)	2.089	–
Contas a receber (Nota 8)	2.462	–
	7.376	1.709
Passivos	2019	2018
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	72.435	–
Fornecedores (Nota 11)	27.290	1.143
	99.725	1.143
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Arrendamentos a pagar (Nota 13)	4.084	–
	4.084	–

6. Caixa e equivalentes de caixa:	2019	2018
Caixa	1	–
Bancos conta movimento (i)	516	1.709
Aplicações financeiras (ii)	2.308	–
	2.825	1.709

(i) O saldo de recursos em banco e em caixa compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. (ii) As aplicações financeiras são referentes a Fundos de Investimento CONTAMAX mantido junto ao Banco Santander, indexados pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa, sem penalidade de juros e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, cuja intenção da administração é fazer uso desses recursos no curto prazo. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia. A taxa média de remuneração da aplicação do Banco Santander de curto prazo em 2019 é de 5% do CDI.

Demonstração do Resultado	2019	2018
Operações continuadas: Receita líquida (Nota 18)	3.431	–
Custos de operação (Nota 19)	(705)	–
Lucro bruto	2.726	–
Despesas gerais e administrativas (Nota 20)	(3.471)	(1.830)
Prejuízo operacional	(745)	(1.830)
Receitas financeiras (Nota 21)	278	396
Despesas financeiras (Nota 21)	(142)	(1.036)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	136	(640)
Prejuízo antes do IR e contribuição social	(609)	(2.470)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 22)	(115)	–
Prejuízo do exercício	(724)	(2.470)
Ações no fim do exercício (em milhares)	50.997	3.660
Prejuízo por ações do capital social no fim do exercício em milhares de Reais	(0,014)	(0,67)

Demonstração do Resultado Abrangente	2019	2018
Prejuízo do exercício	(724)	(2.470)
Total do resultado abrangente do exercício	(724)	(2.470)

7. Caixa restrito:	2019
Banco do Nordeste do Brasil S.A	2.089
	2.089

A aplicação financeira, classificada no ativo não circulante, com resgate restrito, correspondente a uma conta reserva exigida pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. como garantia de financiamento contratado. Os recursos estão aplicados em Fundo de Investimento indexado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A taxa de remuneração da aplicação em 2019 é de 98% do CDI. **8. Contas a receber:**

	2019
Receita contratual - Câmara de Comércio de Energia CCEE (i)	2.435
Get Comercializadora de Energia	27
	2.462

(i) Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, recebido em um prazo médio de 24 dias. O saldo em 31/12/2019 refere-se a receita contratual de energia de reserva do mês dezembro de 2019 no valor de R$ 1.524 e ao saldo da energia PLD - Preço de Liquidação das Diferenças no montante total de R$ 911. Os saldos em 31/12/2019 foram liquidados em janeiro de 2020. A Companhia não registrou Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) sobre o montante, tendo em vista que as faturas foram emitidas no mês de dezembro e os vencimentos são no mês subsequente, bem como não há expectativa de perda futura em virtude do histórico de pagamento ou risco de crédito do cliente. **9. Despesas antecipadas:**

	2019	2018
Custo de transação a apropriar (i)	–	500
Seguros a apropriar	121	–
	121	500

(i) Refere-se a tarifas bancárias e remuneração de serviços profissionais de terceiros incorridos para viabilização da captação de recursos futuros junto ao Banco do Nordeste (BNB). Enquanto não captados os recursos são mantidos como pagamento antecipado e, quando da liberação do financiamento, serão incorporados ao custo de transação para ajuste na taxa efetiva dos juros.

10. Imobilizado:

	Gerador Fotovoltaico (i)	Direito de uso de arrendamento (ii)	Adiantamento a fornecedores	Imobilizado em andamento	Total
Em 1º/01/2018 (não auditado) Custo	–	–	–	789	789
Saldo contábil, líquido	–	–	–	789	789
Em 31/12/2018	–	–	–	–	–
Saldo inicial	–	–	–	789	789
Aquisições	–	–	7.519	1.674	9.193
Saldo contábil, líquido	–	–	7.519	2.463	9.982
Em 31/12/2018	–	–	–	–	–
Custo	–	–	7.519	2.463	9.982
Saldo contábil, líquido	–	–	7.519	2.463	9.982
Em 31/12/2019	–	–	–	–	–
Saldo inicial	–	–	7.519	2.463	9.982
Aquisições	–	4.152	–	130.418	134.570
Transferências	140.400	–	(7.519)	(132.881)	–
Depreciação	(371)	(122)	–	–	(493)
Saldo contábil, líquido	140.029	4.030	–	–	144.059
Em 31/12/2019	–	–	–	–	–
Custo	140.400	4.152	–	–	144.552
Depreciação acumulada	(371)	(122)	–	–	(493)
Saldo contábil, líquido	140.029	4.030	–	–	144.059
Taxa de depreciação	3,17%	341 meses	–	–	

(i) Referem-se aos geradores fotovoltaicos que estão sendo depreciados com a taxa de 3,17% de acordo com o prazo de outorga da ANEEL que compreende o período de 9/06/2016 a 2/06/2051 a contar do início da operação da usina que ocorreu em novembro de 2019. (ii) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico. Os montantes registrados no ativo de direito de uso são amortizados pelo prazo de 341 meses previsto no contrato de arrendamento. **11. Fornecedores**

	2019	2018
Weg Equipamentos Elétricos (i)	26.583	–
Machado Meyer	–	589
Energia Consultoria	298	287
Mundie Advogados	16	115
Horizonte Consultoria	–	109
Outros	393	44
	27.290	1.143

(i) Saldo a pagar referente a construção da Usina. Sua liquidação será realizada quando da liberação da última parcela do financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, bem como da emissão do Certificado de Aceitação do Empreendimento, conforme consta no Contrato de EPC junto a WEG Equipamentos Elétricos S/A, previstos para ocorrer até o início do 2º semestre de 2020. Os recursos provenientes da última parcela de financiamento e a receita mensal com a geração de energia suportam a quitação dos valores em aberto em 31/12/2019, bem como os custos de operação e manutenção da usina. **12. Obrigações tributárias**

	2019	2018
PIS - Programa de integração social a recolher	23	–
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social a recolher	107	–
Pis/Cofins/CSLL retido na fonte a recolher	19	77
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido a recolher	15	–
IRPJ - Imposto de renda pessoa jurídica a recolher	15	–
IRRF - Imposto de renda retido na fonte a recolher	1	13
CSLL - CS sobre o lucro líquido retido na fonte a recolher	2	–
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social retido na fonte a recolher	373	–
ISS - Imposto sobre serviço a recolher	170	–
	725	90

13. Passivos de arrendamento: Em 1º/01/2019, a Companhia adotou as diretrizes da CPC06 (R2) - "Operações de Leasing", que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo por pagamentos futuros de todos os contratos ou operações de arrendamento mercantil com as mesmas características de um arrendamento mercantil e que inclui o direito de controlar e obter benefícios sobre o uso de um ativo identificado específico, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção. Em 25/06/2014 a Companhia celebrou contrato de locação cujo prazo compreende o período de 30 anos. De acordo com o contrato a remuneração passou a ser devida a partir de março de 2019, no valor de 1% da receita operacional bruta da venda de energia do mês anterior. Para cálculo do CPC 06 foi utilizado a receita média dos últimos meses no valor de R$ 2.014 resultando em um arrendamento médio mensal de R$ 20. O contrato possui cláusula de atualização monetária anual do valor do aluguel, com base no índice de preços ao consumidor amplo (IPCA). Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais dos contratos de arrendamento da Companhia de 3,89% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

	2019
Composição dos arrendamentos a pagar	
Adições contratos de arrendamento a partir de 01/01/2019	4.152
Pagamentos do exercício	(201)
Juros apropriados sobre arrendamentos	133
Total arrendamentos a pagar em 31/12/2019	4.084
Passivo circulante	237
Passivo não circulante	3.847
Resultado de arrendamento de contratos	–
Amortização de direito de uso	122
Juros apropriados sobre arrendamentos	133
Total dos efeitos com a aplicação da norma CPC 06	255

Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	220
2022	212
2023	204
A partir de 2024	3.211
	3.847

14. Conta de Ressarcimento - CCEE	2019
Conta de ressarcimento CCEE (i)	260
Passivo circulante	260

(i) O saldo dessa conta representa o valor acumulado até a presente data, dos ajustes referentes à diferença entre geração de energia entregue, a menor, e recebimento do valor correspondente ao montante de energia do contrato com a CCEE no período de novembro de 2019 e dezembro de 2019.

15. Partes relacionadas	2019
Proton Energy (i)	186
	186

(i) O saldo desta conta refere-se a reembolsos de despesas de 2019 que foram pagos em janeiro e março de 2020.

16. Empréstimos e Financiamentos	Circulante	Não circulante
	2019	
Financiamento Banco do Nordeste		106.460
(–) Financiamento a receber	–	(34.025)
	–	72.435
Juros sobre Financiamento Banco do Nordeste	5.335	56.157
(–) Juros a Apropriar	(5.335)	(56.157)
Total financiamento		72.435

Em 2018, a Companhia captou junto ao BNB recursos no montante de R$ 106.460 para financiamento da construção da usina solar fotovoltaica, à taxa de juros de 5,55% a.a. Até 31/12/2019, a empresa recebeu o montante de R$ 72.435. O principal da dívida será pago em 216 parcelas mensais a partir de 15/01/2021, com vencimento final em 15/12/2038. Durante o período de carência, fixado em 18 meses, com início em julho de 2019 e término em dezembro de 2020, serão pagos juros em base trimestral. Em 2019 foram pagos R$ 751 a título de juros de carência. Os montantes de não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2019
2021	5.711
2022	5.908
2023	6.017
A partir de 2024	54.799
	72.435

Garantias financeiras: As garantias oferecidas para pagamento da dívida é representada por um Contrato firmado como "Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças" no qual são bens vinculados em alienação fiduciária de equipamentos em garantia e cessão fiduciária e vinculação de direitos creditórios decorrentes da receita fixa. A garantia contratada é correspondente ao valor total de financiamento contratado junto ao BNB - Banco do Nordeste do Brasil. A Companhia não tem contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas ("*covenants*"), relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, ou a qualquer outro item financeiro como geração de caixa e outros.

Reconciliação da dívida líquida:	2019
Empréstimos de longo prazo	72.435
Total da dívida	72.435
Caixa e equivalentes de caixa	(2.825)
Caixa restrito	(2.089)
Dívida líquida	67.521

	Empréstimos bancários	Caixa e equivalentes	Caixa restrito	Dívida líquida
Dívida líquida em 31/12/2018	–	(1.709)	–	(1.709)
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa				
Liberação de empréstimos e financiamentos	72.435	–	–	72.435
Apropriação de juros	751	–	–	751
Pagamento de juros	(751)	–	–	(751)
Outras		(1.116)	(2.089)	(3.205)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa				
Variações monetárias/cambiais	–	–	–	–
Dívida líquida em 31/12/2019	72.435	(2.825)	(2.089)	67.521

17. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31/12/2019, o capital subscrito da Companhia é de R$ 50.977, totalmente integralizado e dividido em 50.977 mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1 cada uma. A composição do capital da Companhia está composta da seguinte forma, em 31/12/2019:

Composição	**Participação (%)**
Proton Energy Participações S.A.	100,00

Durante o exercício de 2019, os acionistas efetuaram aportes de capital no montante de R$ 36.295 conforme quadro abaixo:

Mês	**Valor aportado**
Janeiro	1.157
Março	13.403
Abril	10.135
Maio	11.600
	36.295

Os valores aportados foram integralizados ao capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em abril de 2019. Além desses valores foi integralizado ao capital o saldo pendente em adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R$ 11.022. **18. Receita Líquida:**

	2019
Receita bruta de vendas	3.561
(–) Pis sobre vendas	(23)
(–) Cofins sobre vendas	(107)
Receita líquida	3.431

19. Custo de operação	2019
Compra de energia	212
Depreciação e amortização	493
	705

20. Despesas por natureza	2019	2018
Despesas administrativas (i)	885	856
Serviços de terceiros (ii)	1.289	901
Despesas tributárias	173	19
Despesas com pessoal (iii)	1.124	54
	3.471	1.830

(i) Despesas administrativas:	2019	2018
Despesas com veículos	50	–
Refeições e lanches	2	1
Material de informática	16	–
Materiais de escritório	4	1
Conduções e transportes	14	–
Legais e judiciais	86	854
Multas	6	–
Aluguéis	132	–
Viagens	280	–
Seguros	8	–
Comunicação	11	–
Taxas de associação de classe	12	–
Energia elétrica, agua	5	–
Manutenção e limpeza	20	–
Despesas bancárias	43	–
Locação de bens	22	–
Despesas diversas	174	–
	885	856

(ii) Serviços de terceiros:	2019	2018
Honorários advocatícios	371	–
Honorários de auditoria	40	–
Honorários de contabilidade	79	20
Recrutamento e seleção	63	–
Serviços prestados pessoa física	7	–
Serviços prestados pessoa jurídica	729	881
	1.289	901

(iii) Despesas com pessoal:	2019	2018
Salários	934	30
13º salário	15	3
Férias	19	4
INSS	57	12
FGTS	18	3
Assistência Médica	35	–
Vale-Refeição	31	2
Outras despesas com pessoal	15	–
	1.124	54

Do montante total de despesas com pessoal R$ 155 foram contabilizadas conforme rateio de despesas da sócia Proton Energy Participações.

21. Resultado Financeiro	2019	2018
Receitas financeiras	–	–
Rendimentos sobre aplicações financeiras	278	–
Variação cambial	–	396
	278	396
Despesas financeiras com arrendamento	(133)	–
Variação cambial	–	(834)
Juros sobre mútuo	–	(176)
Juros passivos	(9)	(21)
Outras despesas financeiras	–	(5)
	(142)	(1.036)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	136	(640)

22. Imposto de renda e contribuição social: A Empresa está enquadrada no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social foram calculados aplicando-se a presunção de 8% e 12% respectivamente sobre o faturamento e em seguida aplicado o percentual de 15% e 10% adicional para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	2019
Receita bruta de vendas (a)	1.099
Presunção imposto de renda - 8%	88
Receitas financeiras	278
Base de cálculo IRPJ	367
Imposto de renda: 15%	55
Adicional do imposto de renda: 10%	23
Total de IRPJ (ii)	78
Presunção contribuição social - 12%	132
Receitas Financeiras	279
Base de cálculo CSLL	411
Contribuição social: 9% (iii)	37
Imposto de renda e contribuição social (ii) + (iii)	115

(a) A apuração do imposto de renda e contribuição social é realizada pelo regime de caixa. Desta forma, o valor da receita bruta apresentada difere do total apresentado na Nota 18. **Seção D - Políticas contábeis: 23. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **23.1 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **23.2 Ativos financeiros: 23.2.1 Classificação:** A partir de 1o de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida como a seguir: • Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **23.2.2 *Impairment*:** A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *imp airment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. **23.2.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte. **23.3 Contas a Receber:** As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. **23.4 Caixa restrito:** Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNB, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos. São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas-bases das demonstrações financeiras: **23.5 Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. A Resolução Normativa nº 474 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 7/02/2012, e estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2/06/2009. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 474 em vigor desde 7/02/2012. Alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de autorização e, portanto, ao término de 30 (trinta) anos de exploração do serviço, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. **23.6 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **23.7 Provisão para desmobilização:** A administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstração financeira de 31/12/2019, em função do contrato de arrendamento estabelecer que a decisão da desmobilização é por parte da arrendatária. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido e entende que o valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. **23.8 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **23.9 Arrendamentos operacionais:** A partir de 1º/01/2019 a Companhia adotou o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. A Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades estão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso estão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais. **23.10 Provisões:** Uma provisão é reconhecida quando (i) a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. **23.11 Capital social:** O capital social da Companhia é composto por ações. **23.12 Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia está registrada no lucro presumido. Dessa forma, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a receita bruta auferida com a venda de energia; acrescida dos rendimentos de aplicações financeiras e as receitas e os ganhos de capital, não decorrentes da atividade operacional da pessoa jurídica, mais adicional de 10% sobre a base de cálculo do imposto ajustada que exceder a R$ 60.000 trimestrais, perfazendo R$ 240.000 anuais. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o Lucro Presumido calculado sobre a alíquota de presunção de 32% mais os acréscimos previstos na forma da legislação vigente. **24. Seguros (não auditado):** As coberturas de seguros em 31/12/2019 foram contratadas pelos montantes a seguir indicados:

Ramos	**Importâncias seguradas**
Riscos operacionais	142.773
Lucro cessante	29.000
Responsabilidade civil	10.000

25. Eventos subsequentes: Ao final do exercício de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) reportou globalmente casos limitados de contaminação por vírus até então desconhecido. Posteriormente, em janeiro de 2020, o vírus (COVID-19) foi identificado e constatou-se a ocorrência de transmissão entre humanos. Em meados de março de 2020, a OMS declarou alerta de pandemia do novo coronavírus, afetando a rotina da população e da atividade econômica global. A Companhia entende que o seu balanço patrimonial, o resultado de suas operações e seus fluxos de caixa não serão afetados de forma relevante tendo em vista possuir contratos de concessão de longo prazo, em razão do status de pandemia do novo coronavírus. Entretanto, dado o atual momento, não foi possível mensurar o impacto de forma segura.

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do IR e da CS	(609)	(2.470)
Ajustes de: Juros e variações monetárias	751	614
Depreciação (Nota 10)	493	–
Despesas financeiras com arrendamento (Nota 13)	133	–
Variações de ativos e passivos: Contas a receber	(2.462)	–
Adiantamento a fornecedores	(7)	(288)
Despesas antecipadas	379	(500)
Outros ativos	(1)	(46)
Fornecedores	26.147	597
Salários e encargos sociais	19	17
Obrigações tributárias	635	40
Passivos de arrendamento	4.152	–
Conta Ressarcimento - CCEE	260	–
Outras obrigações	36	–
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	29.926	(2.036)
Juros pagos	(751)	(176)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(115)	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	29.060	(2.212)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Caixa restrito (Nota 7)	(2.089)	–
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 10)	(134.570)	(8.906)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos	(136.659)	(8.906)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	36.295	3.650
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	11.022
Recursos provenientes de partes relacionadas, líquidos	186	(1.863)
Captação de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	72.435	–
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamento	108.715	12.809
Aumento de caixa e equivalentes de caixa líquidos	1.116	1.691
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.709	18
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.825	1.709

A Diretoria

Contador

Leonardo Fonseca de Campos
CPF:411.244.048-05 - CRC 1SP303190/O-9.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. - Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OH Sobrado Geradora de Energia Solar S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 30/04/2020. **PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes -** CRC 2SP000160/O-5; **Vinícius Ferreira Britto Rêgo -** Contador CRC 1BA024501/O-9.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1066261-94.2018.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 12ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Théo Assuar Gragnano, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **FERREIRA PINTO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, CNPJ 14.624.584/0001-80, que lhe foi proposta uma ação de **Procedimento Comum Cível** por parte de **V8 Consulting Ltda**, objetivando o pagamento R$ 120.000,00 referente ao Contrato de Assessoria Jurídica, datado de 15 de janeiro de 2018. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de abril de 2020.

EDITAL DE CITAÇÃO. Proceso Digital nº: 1002640-17.2018.8.26.0005. Clase: Asunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Cruz Azul de São Paulo. Requerido: Leandro Augusto Bueno da Silva e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 01 MÊS. PROCESSO Nº 1002640-17.2018.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). PATRICIA PERSICANO PIRES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) DAFNE (ou Danfe) ROCHA ALVES DA SILVA BUENO, Brasileiro(a), CPF 316.278.148-50, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Cruz Azul de São Paulo, objetivando a cobrança da quantia de R$ 47.972,01 (janeiro de 2018), decorrente das Notas Fiscais n°s 273536, 273537 e 282074, oriundas do Pacote Parto Cesárea Enfermaria sem Honorários Médicos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e pasado nesta cidade de São Paulo, aos 04 de maio de 2020. 23 e 26 / 05 / 2020

Jupira Mineração e Agro-Pecuária S/A.

CNPJ: 48.697.973/0001-58 - NIRE: 3.53.0036516-0

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Data/horário/local: 27/03/2020, às 16h00, na Fazenda Jupira - Estrada Municipal de Porto Feliz/Boituva - Porto Feliz /SP. **Mesa:** Presidente - José Pilon; Secretário - Mário Nirceu Pilon. **Presença:** 95,07% do capital. **Publicações Prévias:** a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e Relatório da Diretoria publicado no "DOESP" e "O Dia" em 07/02/2020. b) Edital de Convocação publicado no "DOESP" nos dias 13,14 e 15/02/2020 e "O Dia" nos dias 14, 15 e 18/02/2020. **Deliberações:** "Aprovadas por unanimidade" - **AGO:** a) que as assembleias AGO/AGE, seriam realizadas cumulativamente e instrumentalizadas em ata única, na forma do § único do Artigo 131 da Lei 6.404/76. b) o relatório da diretoria, o balanço geral, demonstração do resultado do exercício encerrado em 31/12/2019. c) o destino do resultado do exercício, lucro no valor de R$ 1.945.513,78. 1- Como já cumpriu o que reza o capítulo VI, artigo 19 do estatuto social não foi destinado os 5% dos lucros para a Reserva Legal. 2- O valor de R$ 1.945.513,78 foi destinado no seu total, para a conta de Reservas de Lucros. d) destinar R$ 11.100.000,00 das Reservas de Lucros para distribuições entre os sócios proporcionalmente às participações na sociedade. e) a remuneração do administrador Valentin Roque Pilon com o cargo de Diretor Presidente, a fixação de até 80 salários mínimos para o período de maio/2020 a abril/2021. f) aumentar o capital social que é de R$ 7.500.000,00, dividido em 7.500.000 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada, para R$ 12.000.000,00, cujo aumento, no montante de R$ 4.500.000,00, é feito mediante emissão de 4.500.000 novas ações ordinárias nominativas ao preço de emissão e valor nominal de R$ 1,00 cada uma, distribuídas proporcionalmente às participações dos acionistas conforme ANEXO I e totalmente integralizadas neste ato, com utilização das seguintes Reservas de Lucros até 31/12/2019 e Correção Monetária do Capital existentes no balanço da Sociedade: a) Reserva Legal R$ 1.500.000,00; b) Reserva de Lucros R$ 2.921.624,83; c) Correção Monetária do Capital R$ 78.375,17, tendo sido aprovada por unanimidade a nova redação para o artigo 6º do Estatuto Social, como segue: "O capital social é de R$ 12.000.000,00 dividido em 12.000.000 ações ordinárias, nominativas, com direito a voto, no valor de R$ 1,00 cada uma." g) a reeleição da diretoria por mais 03 anos, cujo mandato irá até a data da AGO de 2023, sendo composta pelo **Diretor Presidente - Valentin Roque Pilon,** RG n.º 4.127.690-5 SSP/SP e CPF/MF n.º 516.615.868-72; **Diretor Financeiro - Nelson Pilon,** RG n.º 5.722.030-X SSP/SP e CPF/MF n.º 405.370.808-72; **Diretor Administrativo - José Pilon** RG n.º 2.907.398-4 SSP/SP e CPF/MF n.º 017.812.198-34; **Diretor Técnico - Mário Nirceu Pilon,** RG n.º 5.091.402-9 SSP/SP e CPF/MF n.º 835.132.998-34; e **Diretor Adjunto Otávio Pilon Filho,** RG n.º 5.722.011-6 SSP/SP e CPF/MF n.º 002.988.668-62. **Declaração de Desimpedimento:-** Os senhores membros da diretoria que foram reeleitos, estando todos presentes, declaram expressamente sob as penas da Lei, que não estão incursos em nenhum crime previsto em Lei que os impeçam de exercer atividade mercantil. **AGE:** a) não abrir e nem extinguir nenhuma filial. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que lida foi aprovada pelos acionistas. Cerquilho, 27/03/2020. **Mesa:** José Pilon, presidente e Mário Nirceu Pilon, secretário. **Acionistas:** José Pilon, presidente e Mário Nirceu Pilon, secretário. **Acionistas:** V.R.P. Administração e Agropecuária S/A. representada pelo diretor presidente Valentin Roque Pilon, GLPilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Otávio Pilon Filho, S.Pilon Participações S/A representada pelo diretor vice-presidente Paulo Roberto Pilon, NPilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Nelson Pilon, Nirceu Pilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Mário Nirceu Pilon, Valdelu Participações S/A representada pela presidente Lucila Pilon Arraval, Vieira da Cruz e Pilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Norberto Vieira da Cruz Filho, Leomar Empreendimentos e Participações Ltda. representada pela sócia administradora Maria de Lourdes Beneton Pilon, ALCM Participações S/A representada pela diretora presidente Ana Lúcia Corradi Mazzer, PCPilon Participações S/A representada pela diretora presidente Ana Lúcia Corradi Mazzer, MLGPilon Participações S/A. representada pelo diretor vice-presidente Carlos Renato Gayotto Pilon, O.P.F. Participações S/A representada pelo diretor presidente Otávio Pilon Filho, Valmir Pilon, CRPilon Participações S/A representada pelo diretor presidente Carlos Renato Gayotto Pilon, J.Helena-Participações S/A representada pelo diretor presidente José Pilon. A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. ***JUCESP*** nº 163.759/20-0 em 07/05/2020.

EDITAL DE PROCLAMAS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
29º SUBDISTRITO SANTO AMARO
OFICIAL - MARCO ANTONIO CORREA MONTEIRO

Faz saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos por lei.

IGOR SALUSTIANO BARBOZA DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ASSISTENTE DE LOGÍSTICA, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (15/05/1994), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ESTENIO BARBOZA DA SILVA JUNIOR E DE ROSEMEIRE SALUSTIANO DE LIMA. **AMANDA CAROLINE VENANCIO PONTES,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/02/1994), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GILSON GONÇALVES RIBEIRO PONTES E DE ROSINALVA VENANCIO PONTES.

HUDSON SILVA SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ELETRICISTA, NASCIDO EM ITAPETINGA, BA NO DIA (06/07/1992), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ESMERALDO JOSÉ DOS SANTOS E DE JACIRA PIRES DA SILVA. **STEFANI DE ALMEIDA SOUSA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO AUXILIAR DE ESCRITÓRIO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (17/09/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE VALDIVIO DE ALMEIDA LUZ E DE EDNAIDE RIBEIRO DE SOUSA.

VITOR NASCIMENTO DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUTONOMO, NASCIDO EM DIADEMA, SP NO DIA (21/09/1995), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE VICENTE PEREIRA DOS SANTOS E DE JOSEFA NASCIMENTO SOTERO. **AMANDA SOUZA MOURA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (30/12/1997), RESIDENTE E DOMICILIADA DIADEMA, SP, FILHA DE JAIR MOURA DOS SANTOS E DE ERINALVA SOUZA DOS SANTOS.

TIAGO FELICIANO DE FARIAS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MOTORISTA, NASCIDO EM OSASCO, SP NO DIA (02/06/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MARCOS ROGÉRIO DE FARIAS E DE MARIA UNICE FELICIANO FARIAS. **AMANDA QUIRINO DE CARVALHO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO REPOSITORA, NASCIDA EM GUARULHOS, SP NO DIA (21/08/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANDRÉ LIRA DE CARVALHO E DE MARLENE MARGARIDA QUIRINO.

FAUSTO ALONSO PACHECO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO CORRETOR DE SEGUROS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (21/01/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE GERALDO DE MORAES PACHECO E DE MARIA ELVIRA ALONSO PACHECO. **PRISCILA REGINA DOS SANT OS MARQUES,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO CORRETORA DE SEGUROS, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (25/07/1982), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE LAURO MILTON MARQUES JUNIOR E DE MARA REGINA DOS SANTOS MARQUES.

PABLO WALISON FERNANDES PORFIRIO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MANOBRISTA, NASCIDO EM MOSSORÓ, RN NO DIA (02/01/1987), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ELIONE FERNANDES PORFIRIO. **ROSILAINE SANTOS DE OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO DO LAR, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (09/06/1979), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOÃO GERALDO DE OLIVEIRA E DE MARIA DA PENHA SANTOS OLIVEIRA.

JOSUÉ ALBERTO CASSIMIRO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/01/1991), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE FERNANDO CASSIMIRO JUNIOR E DE SANDRA REGINA CORREA DE FREITAS CASSIMIRO. **TAMIRES VITEK DE BARROS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO RECEPCIONISTA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (25/03/1993), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SERGIO ROBERT O DE BARROS E DE SANDRA MARA VITEK DE SÁ.

LUIS VASCONCELOS BITTENCOURT, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO APOSENTADO, NASCIDO EM ASSIS, SP NO DIA (20/02/1954), RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE ARLINDO VASCONCELOS BITTENCOURT E DE MARIA LUIZA DE JESUS. **SUELI MARTINEZ MARQUES,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO PROFESSORA, NASCIDA EM PENÁPOLIS, SP NO DIA (23/01/1965), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSÉ MARTINEZ E DE MARIA MARQUES MARTINEZ.

CLAUDIO ANT ONIO EVANGELISTA DA COSTA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO SUPERVISOR DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, NASCIDO EM TABOÃO DA SERRA, SP NO DIA (25/03/1967), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE HELENA EVANGELISTA DA COSTA. **JULIA INOCENCIO OTA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO DESIGNER DE MODAS, NASCIDA EM RIO DE JANEIRO, RJ NO DIA (14/01/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MASAKI OTA E DE MARILENE INOCENCIO DE OLIVEIRA.

THALES YVES DA SILVA OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE GERAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/02/1999), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANSELMO COSME DE OLIVEIRA E DE SUELI DA SILVA OLIVEIRA. **DEISY GABRIELLE NOVAES E LIMA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO TÉCNICA DE ENFERMAGEM, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (07/04/1999), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GEVALDE PEDROSA LIMA E DE MONICA ROSA NOVAES LIMA.

REINALDO COSME DO NASCIMENTO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MONTADOR DE MÓVEIS, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/12/1980), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ARNALDO COSME DO NASCIMENTO E DE FRANCISCA MARIA DO NACIMENTO. **MARA ELISA FERREIRA SILVA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO MAQUIADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (26/09/1987), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE VALDEMAR SOUSA SILVA E DE MARIA DAS GRAÇAS FERREIRA DE SOUZA.

EVERTON PEREIRA MENEZES FILHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO PROMOTOR DE VENDAS, NASCIDO EM POJUCA, BA NO DIA (25/08/1999), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE EVERTON PEREIRA MENEZES E DE JAILZA RODRIGUES DOS SANTOS MENEZES. **SABRINA MARTINS DOS SANTOS OLIVEIRA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO MANICURE, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/03/1997), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE SANTIAGO DOS SANTOS OLIVEIRA E DE EDILMA MARTINS DA SILVA.

ARTHUR DE ARAUJO OLIVEIRA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/09/1985), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE RUI MARCOS DE OLIVEIRA E DE ELISABETH DE ARAUJO SOUZA OLIVEIRA. **ALINE FREUND DE MELO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ADMINISTRADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (24/04/1986), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHA DE OZIEL VIEIRA DE MELO E DE LILIAN MARIA FREUND DE MELO.

FLAVIO SANTOS BATISTA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO ADMINISTRADOR DE REDES, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (16/04/1975), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE CICERO BATISTA E DE ANTONIA MARIA BATISTA. **ALINE APARECIDA DE URZEDO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ANALISTA FINANCEIRO, NASCIDA EM DIADEMA, SP NO DIA (05/06/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE NILSON APARECIDO DE URZEDO E DE ARLETE CRISTINA GONÇALVES DE URZEDO.

EDMILSON FERREIRA DA SILVA, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO CHEFE DE SEGURANÇA, NASCIDO EM APARECIDA, SP NO DIA (12/02/1965), RESIDENTE E DOMICILIADO SÃO PAULO, SP, FILHO DE JOSÉ RIBEIRO DA SILVA E DE IRACEMA FERREIRA DA SILVA. **ADRIANA BEZERRA DE LIMA,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ASSISTENTE FINANCEIRO, NASCIDA EM SANTA TEREZINHA, PE NO DIA (05/01/1976), RESIDENTE E DOMICILIADA SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSAFA BEZERRA DE LIMA E DE MARIA JOSE DE LIMA.

CAIO CORREIA DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AUXILIAR ADMINISTRATIVO, NASCIDO EM IPIAÚ, BA NO DIA (12/01/2000), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE LAUDISON JOSÉ DOS SANTOS E DE IONÁ ALCÂNTARA CORREIA. **JISELMA BELARMINA DE JESUS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO BANCÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (08/08/1988), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSE MILTON DE JESUS E DE MARIA BELARMINA DE OLIVEIRA.

WELTON FERNANDO DA SILVA, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO MECÂNICO, NASCIDO EM OLINDA, PE NO DIA (12/03/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ANTONIO FERNANDO DA SILVA E DE MARIA HELENA DA SILVA. **MONIQUE CORREIA NASCIMENT O,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO ENFERMEIRA, NASCIDA EM JEQUIÉ, BA NO DIA (07/11/1990), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE DOMINGOS RODRIGUES NASCIMENTO E DE MARIA DAS NEVES MEIRA CORREIA.

ISRAEL ROLIM DO CARMO FILHO, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO EMPRESÁRIO, NASCIDO EM SÃO BERNARDO DO CAMPO, SP NO DIA (08/09/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ISRAEL ROLIM DO CARMO E DE SILVIA MOLADO CARMO. **LARISSA REGINA DOS SANTOS SABINO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO EMPRESÁRIA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (20/12/1995), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE JOSE AUGUSTO DA SILVA SABINO E DE JULIA REGINA DOS SANTOS SABINO.

ADELSON CABRAL DOS SANTOS, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE GERAL, NASCIDO EM VITÓRIA DA CONQUISTA, BA NO DIA (18/09/1888), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ARLINDO CABRAL DOS SANTOS E DE LIEZITA FRANÇA ALVES. **SCHIRLEY SOUZA SANTOS,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO LIDER DE LIMPEZA, NASCIDA EM CONTAGEM, MG NO DIA (21/10/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS E DE MARIANILZA DE SOUZA SANTOS.

RAFAEL MARQUES DE MORAES, ESTADO CIVIL SOLTEIRO, PROFISSÃO AJUDANTE GERAL, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (10/10/1983), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE ESMAEL DE MORAES E DE ISABEL APARECIDA MARQUES DE MORAES. **TAIS NEVES DA CONCEIÇÃO,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO COBRADORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (27/05/1992), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHA DE MAILDE NEVES DA CONCEIÇÃO.

ROGÉRIO FALZONI GUIMARÃES, ESTADO CIVIL DIVORCIADO, PROFISSÃO VENDEDOR, NASCIDO EM SÃO PAULO, SP NO DIA (29/08/1977), RESIDENTE E DOMICILIADO NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHO DE MAURILIO ALBERT O GUIMARÃES E DE MARIA FALZONI GUIMARÃES. **RAFAELA DA SILVEIRA RITA,** ESTADO CIVIL SOLTEIRA, PROFISSÃO VENDEDORA, NASCIDA EM SÃO PAULO, SP NO DIA (11/06/1991), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ANTONIO RAFAEL RITA E DE ROSANA DA SILVEIRA RITA.

PALOMA LIMA SANTOS MARIANO, ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO ADVOGADA, NASCIDA EM SALVADOR, BA NO DIA (31/03/1981), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRITO, SÃO PAULO, SP, FILHA DE ALBERTO CESAR SANTOS E DE CLEONICE DE SOUZA LIMA SANTOS. **ANDREINA MERCEDES GONZALEZ RAMIREZ,** ESTADO CIVIL DIVORCIADA, PROFISSÃO GERENTE DE RH, NASCIDA EM VENEZUELA NO DIA (09/06/1978), RESIDENTE E DOMICILIADA NESTE SUBDISTRIT O, SÃO PAULO, SP, FILHA DE GODOFREDO GONZALEZ MARQUEZ E DE GRACIELA MARGARITA RAMIREZ DE GONZALEZ.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-se na forma da Lei. Editais afixados em cartório.

Imobiliária Paramirim S.A.

CNPJ nº 51.049.823/0001-42

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/03/20 e de 31/12/18. Estamos à disposição para eventuais esclarecimentos. Iracemápolis, 27/05/20. A Administração.

Balanços Patrimoniais (*Em milhares de reais*)	Controladora 2020	Controladora 2018	Consolidado 2020	Consolidado 2018
Ativo Circulante	8.636	5.093	13.617	6.972
Caixa e equivalentes de caixa	1	18	2	19
Aplicações financeiras	7.158	2.940	8.614	4.789
Títulos e valores mobiliários	183	698	183	698
Contas a receber de clientes	-	1.321	-	1.321
Estoques	4	-	3.508	-
Imposto de renda e contribuição social	-	8	34	45
Dividendos a receber	15	8	-	-
Outros ativos	1.275	100	1.276	100
Não circulante	67.519	55.798	55.813	47.556
Realizável a longo prazo	47	3.504	9.421	12.489
Imóveis destinados a venda	-	3.504	65	3.568
Contas a receber de clientes	-	-	9.309	8.921
Outros ativos	47	-	47	-
Investimentos	11.741	18.532	35	10.290
Imobilizado	55.607	37.112	55.607	37.112
Intangível	171	154	171	154
Total do ativo	76.202	64.395	78.851	67.017

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2020	Controladora 2018	Consolidado 2020	Consolidado 2018
Circulante	1.928	1.730	2.197	1.962
Fornecedores	1.531	1.501	1.556	1.519
Tributos a recolher	31	3	31	3
Imposto de renda e contribuição social	12	-	12	-
Dividendos a pagar	110	19	110	20
Adiantamento de clientes	92	-	92	-
Tributos diferidos	152	207	396	420
Não circulante	8.189	2.875	8.189	2.875
Tributos diferidos	8.186	2.875	8.186	2.875
Outros passivos	3	-	3	-
Patrimônio líquido	66.085	59.790	68.465	62.180
Capital social	23.296	23.296	23.296	23.296
Ajustes de avaliação patrimonial	38.555	33.938	38.555	33.938
Reservas de lucros	4.234	2.556	4.234	2.556
	66.085	59.790	66.085	59.790
Participação dos não controladores	-	-	2.380	2.390
Total do passivo e patrimônio líquido	76.202	64.395	78.851	67.017

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (*Em milhares de reais*)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial - *Deemed cost*: Próprio	Ajustes de avaliação patrimonial - *Deemed cost*: Investidas	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Lucros acumulados	Total (Atribuível aos acionistas da controladora)	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2017	23.296	27.566	8.961	2.243	-	-	62.066	2.345	64.411
Ajuste tributos diferidos sobre *deemed cost*	-	(900)	(1.689)	-	-	-	(2.589)	-	(2.589)
Reversão de dividendos mínimos não pagos	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	332	332	42	374
Destinação do lucro: Constituição de reservas	-	-	-	17	-	(17)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(19)	(19)	(1)	(20)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	-	296	(296)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018	23.296	26.666	7.272	2.260	296	-	59.790	2.390	62.180
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(281)	-	(281)	-	(281)
Reversão de dividendos mínimos não pagos	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Realização de reserva de reavaliação	-	(140)	-	-	-	140	-	-	-
Incorporação de ativos - APVC	-	12.028	(7.271)	-	-	-	4.757	-	4.757
Constituição de SPE	-	(2.967)	2.967	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.929	1.929	(11)	1.918
Destinação do lucro: Constituição de reservas	-	-	-	96	-	(96)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(110)	(110)	(1)	(111)
Lucros à disposição da assembleia	-	-	-	-	1.863	(1.863)	-	-	-
Em 31 de março de 2020	23.296	35.587	2.968	2.356	1.878	-	66.085	2.380	68.465

Demonstrações do Resultado (*Em milhares de reais*)	Controladora 2020 15 meses	Controladora 2018 12 meses	Consolidado 2020 15 meses	Consolidado 2018 12 meses
Receitas	2.557	1.057	2.557	1.057
Custo dos imóveis vendidos	(218)	-	(218)	-
Lucro bruto	2.339	1.057	2.339	1.057
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(1.371)	(888)	(1.876)	(1.055)
Resultado de equivalência patrimonial	(58)	297	(23)	155
Outras receitas, líquidas	1.406	21	1.403	21
	(23)	(570)	(496)	(879)
Lucro operacional	2.316	487	1.843	178
Resultado financeiro: Receitas financeiras	398	210	898	597
Despesas financeiras	(584)	(355)	(584)	(355)
	(186)	(145)	314	242
Lucro antes do IR e da CS	2.130	342	2.157	420
IR e CS: Correntes	(225)	(108)	(263)	(142)
Diferidos	24	98	24	96
Lucro líquido do exercício	1.929	332	1.918	374
Atribuível a: Controladores da Companhia			1.929	332
Participação dos não controladores			(11)	42
			1.918	374
Lucro básico e diluído por ação - R$			1,40	0,27

Durante os exercícios findos em 31/03/2020 e 31/12/2018 não ocorreram transações e outros eventos que justifique a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa (*Em milhares de reais*)	Controladora 2020 15 meses	Controladora 2018 12 meses	Consolidado 2020 15 meses	Consolidado 2018 12 meses
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.929	332	1.918	374
Ajustes: Depreciação	4	3	4	3
Equivalência patrimonial	58	(297)	23	(155)
Resultado de imobilizado e intangível baixados	(974)	47	(974)	47
Juros e variações monetárias, líquidos	(341)	(161)	(831)	(641)
Provisão (reversão) para contingências constituídas	2	(13)	2	(13)
Imposto de renda e contribuição social	201	10	239	46
Ajuste a valor justo sobre investimentos em ações	515	303	515	303
	1.394	224	896	(36)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	1.373	338	1.373	338
Estoques	(4)	-	(4)	-
Tributos a recuperar	7	14	13	-
Depósitos judiciais	-	1	-	1
Outros ativos	(36)	247	(36)	247
Fornecedores	(27)	(127)	(28)	(112)
Tributos a recolher	(54)	(43)	(76)	49
Adiantamentos de Clientes	92	-	92	-
Provisão para contingências	(2)	-	(2)	-
Outros passivos	2	-	2	-
Caixa proveniente das operações	2.745	654	2.230	487
IR e CS pagos	(176)	(73)	(176)	(74)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.569	581	2.054	413
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos no intangível	-	(9)	-	(9)
Recebimento por venda de participação acionária	-	449	-	449
Aplicações financeiras	(3.873)	(1.092)	(3.358)	(924)
Caixa incorporado de investida	1.587	-	1.587	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.286)	(652)	(1.771)	(484)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos pagos	(300)	-	(300)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(300)	-	(300)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(17)	(71)	(17)	(71)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	89	19	90
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	18	2	19

A Administração

Contador - Hernani Carlos Euzébio - CRC 1SP199369/O-0

As notas explicativas na íntegra, encontram-se disponíveis na sede social da Companhia.

UHE São Simão Energia S.A.

CNPJ nº 27.352.303/0001-20

ERRATA

No Balanço Patrimonial veiculado em 23/05/2020, neste jornal, no quadro Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis, leia-se: **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis:** Aos Administradores e Acionistas da **UHE São Simão Energia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da UHE São Simão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UHE São Simão Energia S.A. em 31/12/2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. UHE São Simão Energia S.A. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos deauditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficientepara fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude émaior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmosprocedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmosopinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis erespectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidadeoperacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação aeventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade decontinuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemoschamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstraçõescontábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossasconclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter emcontinuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive asdivulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e oseventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. UHE São Simão Energia S.A. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 22/02/2020. **PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes -** CRC 2SP000160/O-5; **Adriano Formosinho Correia** - Contador CRC 1BA029904/O-5.

CONSTRUTORA CENTENÁRIO S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

CNPJ 43.382.027/0001-07

Relatório da Diretoria

Prezados Senhores: Em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Colocamo-nos à inteira disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. **A Diretoria.**

Balanços Patrimoniais em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em Reais)

Ativo Circulante	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Caixa e Equivalente de Caixa		3.434	1.116	43.599.414	5.742.849
Contas a Receber		-	-	35.722.825	71.720.845
Outros Ativos Circulantes		4.967.407	3.659.631	74.143.415	83.853.296
Total do Circulante		4.970.841	3.660.747	153.465.654	161.316.990
Não Circulante					
Depósito para Defesa de Recursos		-	-	8.730.737	9.107.849
Empréstimos às Associadas		-	-	93.763	80.280
Contas a Receber		-	-	508.692.968	576.976.144
Investimentos em Controladas	(7)	803.626.689	877.652.014	4.229.743	686.662
Deságio Aquisição Investimento		(882.157)	(882.157)	(882.157)	(882.157)
Investimentos em Imóveis	(8)	724.912	724.912	724.912	724.912
Imobilizado Líquido		-	-	27.231.600	26.105.263
Intangível		-	-	383.267.555	383.285.456
Total do Não Circulante		803.469.444	877.494.769	932.089.121	996.084.409
Total do Ativo		808.440.285	881.155.516	1.085.554.775	1.157.401.399

Passivo Circulante	Nota	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Contas a Pagar		7.191.209	5.758.089	58.030.614	32.707.308
Empréstimos e Financiamentos		-	-	38.097.555	38.125.446
Salários e Encargos		-	-	3.576.222	6.265.458
Provisão para Férias e Encargos		-	-	2.660.451	2.684.306
Impostos, Taxas e Contribuições		1.806	2.130	3.104.236	11.059.095
Provisão para Contingências Trabalhistas		1.024.478	944.931	1.024.478	13.529.382
Total do Circulante		8.217.493	6.705.150	106.493.556	104.370.995
Não Circulante					
Empréstimos de Associadas	(6)	845.649	462.032	-	-
Empréstimos e Financiamentos		-	-	81.824.857	76.504.460
Debêntures		-	-	-	4.704.083
Impostos a Recolher - Refis		-	-	272.284	298.568
Parcelamentos		-	-	3.212.381	1.881.449
Contas a Pagar		3.414.911	3.414.911	9.557.542	9.545.906
Aluguéis a Pagar		-	-	8.486.101	8.489.890
Provisão para Demandas Judiciais		-	-	8.557.826	-
Provisões para perdas investimentos		10.871.486	9.745.196	3.469.160	3.011.057
Provisão IRPJ e CSLL Diferidos	(10)	-	-	63.641.562	72.607.267
Total do Não Circulante		15.132.046	13.622.139	179.021.713	177.042.680
Patrimônio Líquido					
Capital Realizado	(9)	106.640.101	106.640.101	106.640.101	106.640.101
Reserva de Capital		7.739	7.739	7.739	7.739
Reserva Legal		21.328.020	21.328.020	21.328.020	21.328.020
Reserva de Lucros		614.113.770	41.433.267	614.113.770	41.433.267
Reserva de Lucros a Realizar	(5)	137.759.102	713.400.118	137.759.102	713.400.118
Prejuízos Acumulados		(94.757.986)	(21.981.018)	(94.757.986)	(21.981.018)
Total do Patrimônio Líquido		785.090.746	860.828.227	785.090.746	860.828.227
Participação dos não controladores		-	-	14.948.760	15.159.497
Total do Passivo		808.440.285	881.155.516	1.085.554.775	1.157.401.399

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

Demonstração do Resultado para os Anos Findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em Reais)

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Receita Operacional Líquida	-	-	61.254.665	94.361.932
Custo Operacional	-	-	(59.141.164)	(71.209.289)
Lucro Bruto	-	-	2.113.501	23.152.643
Receitas (Despesas) Operacionais				
Participação Resultados de Controladas Coligadas	(72.191.103)	(21.475.252)	2.764.978	(1.168.382)
Despesas Operacionais				
Despesas Administrativas	(492.914)	(453.133)	(39.037.179)	(27.264.132)
Depreciações	-	-	(1.794.190)	(3.995.353)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	-	28.447	(4.444.834)	(1.257.724)
Impostos e Taxas	(21.928)	(21.103)	(781.940)	(555.171)
Receitas(Despesas) Financeiras Líquidas	(71.023)	(54.010)	(38.018.172)	(11.691.542)
	(585.865)	(499.799)	(84.076.315)	(44.763.922)
Prejuízo Antes da Contribuição Social /IR	(72.776.968)	(21.975.051)	(79.197.836)	(22.779.661)
Contribuição Social e Imposto de Renda Corrente	-	-	-	(670.591)
Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos	-	(5.967)	8.965.705	-
Prejuízo do Exercício	(72.776.968)	(21.981.018)	(70.232.131)	(23.450.252)
Prejuízo Por Ação do Exercício	(21.737,45)	(32.498,24)	-	-

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Anos Findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 (Em Reais)

	Capital Realizado	Reserva de Capital	Reserva Legal	Resultado Exercício e Prejuízos Acumulados	Reserva de Lucros a Reazlizar	Reserva de Lucros	Total
Saldo em 31/12/2017	106.640.101	7.739	21.328.020	(108.804.124)	713.400.118	153.090.330	885.662.184
Transferência para Reservas de Lucros	-	-	-	108.804.124	-	(108.804.124)	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(2.852.939)	(2.852.939)
Resultado do Exercício	-	-	-	(21.981.018)	-	-	(21.981.018)
Saldo em 31/12/2018	106.640.101	7.739	21.328.020	(21.981.018)	713.400.118	41.433.267	860.828.227
Transferência para Reservas de Lucros	-	-	-	-	(575.641.016)	575.641.016	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(2.960.513)	(2.960.513)
Resultado do Exercício	-	-	-	(72.776.968)	-	-	(72.776.968)
Saldo em 31/12/2019	106.640.101	7.739	21.328.020	(94.757.986)	137.759.102	614.113.770	785.090.746

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações.

Conselho de Administração e Diretoria | **José Luís da Cruz** - Contador CRC 1SP 171.690/O-7 | As demonstrações financeiras foram publicadas em sua totalidade no Diario Oficial do Estado nesta data.

Edital de Citação - Prazo 20 dias - Processo nº 1048228-87.2017.8.26.0100. A Dra. Glaucia Lacerda Mansutti, Juíza de Direito da 45ª Vara Cível - Foro Central Cível, São Paulo/SP, na forma da Lei. Faz Saber a Rose Fichberg, CPF 252.214.898-21, que Condomínio Edifício Itajaí ajuizou a Ação de Procedimento Comum Cível supra, objetivando sua condenação ao pagamento de R$ 114.737,74 (maio/2017), corrigidos monetariamente, referente às despesas condominiais do apartamento nº 142, do condomínio autor, bem como as que se vencerem no curso do presente processo, custas, honorários e demais cominações. Estando a requerida em lugar ignorado, foi deferida sua citação por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, conteste, sob pena de ser considerada revel, ocasião que será nomeado curador especial (art. 257, inciso IV, do CPC). Será o presente, por extrato, afixado e publicado. B - 27 e 28

19ª Vara Cível do Foro Central Da Comarca Da Capital SP.
EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 20 DIAS - PROCESSO Nº1006486-38.2015.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 19ª Vara Cível do Foro Central Da Comarca Da Capital - SP, Dr(a). Inah de Lemos e Silva Machado, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) HILTON SOARES DA ROCHA NETO, CPF 338.449.798-83, que lhe foi proposta uma ação de Ação Ordinária De Dissolução Parcial e Liquidação De Sociedade por parte de AILTON SANTOS CORREIA, visando a declaração de dissolução parcial da sociedade, com a retirada do sócio Requerente. Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, ofereça resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de março de 2020.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 0018128-64.2020.8.26.0100. A MMa. Juíza de Direito da 27ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dra. Melissa Bertolucci, na forma da lei, etc. FAZ SABER a **QUARTZO ARTE E DECORAÇÕES LTDA** (CNPJ/MF sob nº 17.535.258/0001-95), que **EBSL COMERCIAL LTDA** lhe ajuizou uma ação de procedimento Comum, julgada procedente, em fase de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, onde foi determinada a intimação da executada por edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 dias supra, pague o débito de R$8.425,40 até 06/04/2020, a ser atualizado, sob pena de multa de 10%, além de honorários advocatícios, também de 10% (art. 523, § 1º, do CPC), bem como penhora e avaliação de bens e dos ativos financeiros. Será o edital afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de maio de 2020.

EDITAL - Processo nº: **1070369-03.2017.8.26.0100 -** Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Crédito Rural -** Exequente: **Banco Original S/A -** Executado: **Jorge Jonas Zabrockis e outro.** Vistos. Tendo em vista que já foram esgotados todos os meios hábeis para a localização da parte ré, defiro a citação editalícia requerida, servindo a presente decisão como edital. Este Juízo **FAZ SABER** a **Jorge Jonas Zabrockis, domiciliado em local incerto e não sabido,** que lhe foi movida Ação EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL por **Banco Original S/A,** alegando, em síntese, que é credora do réu. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 03 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente pagamento ou oferte defesa nos termos legais. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias. (27 e 28/05)

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS, expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº 1112855-08.2014.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Vivian Labruna Catapani, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Americo de Amorim Serra, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Aurelio Guzzoni e Margarida Abreu Guzzoni ajuizou(ram) ação de USUCAPIÃO, visando a declaração de domínio do imóvel localizado na Rua Pongaba, nº. 85, antes nº 412, correspondente ao lote nº. 03 da quadra "I" do loteamento denominado Jardim DOeste, no 13º Subdistrito - Butantã, São Paulo/SP, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a fluir após o prazo de 20 (vinte) dias. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS.

Covid-19: Aneel propõe crédito a distribuidoras para compensar perdas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou na terça-feira(26) a abertura de consulta pública, pelo prazo de cinco dias, para debater os aspectos financeiros da chamada Conta-covid, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pela pandemia do novo coronavírus. A proposta autoriza a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) a realizar empréstimos para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia até dezembro de 2020.

A expectativa é que o montante de recursos alocados nos empréstimos fique em R$ 15,4 bilhões, podendo chegar a R$ 16,1 bilhões.

A consulta ficará aberta de amanhã (27) até 1º de junho. A justificativa para a ajuda é que, em razão da pandemia do novo coronavírus, as distribuidoras vêm acumulando perdas relativas à redução no consumo de energia e também ao aumento da inadimplência.

Com os empréstimos previstos, além da antecipação de receitas às distribuidoras, será possível adiar o pagamento, pelos consumidores, de custos extras que encareceriam as contas de luz em 2020. Publicado na semana passada, o documento determinou que caberia à Aneel estabelecer os valores do empréstimo.

A diretora da Aneel, Elisa Bastos, relatora do processo, estima que a inadimplência acarrete queda de R$ 8,828 bilhões na arrecadação. As estimativas para queda de consumo são de R$ 4,863 bilhões e para a postergação do pagamento das despesas de grandes consumidores do Grupo A, de R$ 861,5 milhões. Os cálculos também incluem R$ 531,4 milhões com a postergação de reajustes tarifários, no período entre abril e junho, e de diferimentos reconhecidos ou revertidos e ainda não amortizados, de R$ 405,4 milhões.

A operação de crédito será coordenada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cabendo à Aneel a homologação mensal dos valores a serem pagos pela Conta-covid a cada distribuidora de energia elétrica. O decreto determina ainda repasse integral dos custos das operações financeiras contratadas à Conta de Desenvolvimento Energético e pagos pelos consumidores e o parcelamento do valor dos empréstimos em 60 meses, com início do pagamento em 2021. O pagamento será feito por meio da cobrança de uma tarifa adicional nas contas de luz.

Pelo decreto, os valores dos empréstimos servirão para cobrir as receitas das distribuidoras referentes ao custo da sobrecontratação de energia, resultante da queda na demanda, ao adiamento dos reajustes tarifários de algumas distribuidoras até 30 de junho e à postergação de pagamento de grandes consumidores do Grupo A (alta tensão) da diferença entre a demanda consumida e a demanda contratada.

A consulta também vai avaliar a proposta do diretor Sandoval Feitosa, de inclusão de recursos para reduzir o impacto das revisões tarifárias das distribuidoras da Eletrobras, privatizadas em 2018. Para este ano está prevista a revisão tarifária das distribuidoras do Acre, de Alagoas, do Amazonas, de Rondônia e do Piauí, o que, segundo Feitosa, pode acarretar aumentos de 17% a 23%. Feitosa propôs a inclusão de R$ 700 milhões na Conta-covid para amortizar parte desses reajustes, diminuindo o impacto tarifário. Caso a proposta seja aprovada, os empréstimos podem chegar a R$ 16,1 bilhões. (Agencia Brasil)

Vendas do Tesouro Direto superam resgates em R$ 1,57 bi em abril

A venda de títulos públicos a pessoas físicas somou R$ 2,97 bilhões em abril, informou na terça-feira (26) o Tesouro Nacional. Os resgates, por sua vez, somaram R$ 1,4 bilhão. Dessa forma, houve emissão líquida de R$ 1,57 bilhão, maior valor da série histórica, iniciada em janeiro de 2005.

As aplicações de até R$ 1 mil representaram 61,86% das operações de investimento no período. O valor médio por operação foi de R$ 8.235,34.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram os indexados à taxa Selic (Tesouro Selic) que totalizaram R$ 1,61 bilhão, representando 54,2% das vendas. Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) somaram, em vendas, R$ 878 milhões e corresponderam a 29,6% do total, enquanto os títulos prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) totalizaram R$ 480 milhões em vendas, ou 16,2% do total.

Nas recompras (resgates antecipados), também predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R$ 736 milhões (52,7%). Os títulos remunerados por índices de preços (Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais e Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais) totalizaram R$ 407 milhões (29,1%) e os prefixados, R$ 253 milhões (18,2%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre 1 e 5 anos, que alcançaram 58,2% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 25,1%, enquanto os títulos com vencimento de 5 a 10 anos corresponderam a 16,7% do total.

Investidores

No mês, o total de investidores ativos no Tesouro Direto, isto é, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações no programa, chegou a 1.247.338, o que representa um aumento de 33.531 investidores no período. Já o número de investidores cadastrados no programa chegou a 6.768.777, um acréscimo de 256.197 (ou 3,93%) na comparação com março de 2020.

Estoque

Em abril de 2020, o estoque do programa fechou em R$ 60,24 bilhões, aumento de 3,1% em relação ao mês anterior (R$ 58,44 bilhões).

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque somando R$ 29,61 bilhões, ou 49,2% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R$ 19,96 bilhões (33,1%), e os títulos prefixados, que somaram R$ 10,67 bilhões, com 17,7% do total. (Agencia Brasil)

Ministério Público defende que eleição não seja adiada por pandemia

O vice-procurador-geral eleitoral, Renato Brill de Góes, enviou na terça-feira (26) manifestação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em que defende o não adiamento das eleições municipais de outubro por causa da pandemia do novo coronavírus.

Em parecer de 121 páginas, Brill de Góes cita estudos de universidades de Singapura, EUA e Brasil que preveem uma estabilização da pandemia de covid-19 entre o fim de julho e o início de agosto, ainda antes do início da campanha eleitoral.

"Diante de tal contexto, entende-se que a curva preditiva de tais estudos permite sejam mantidas as datas estabelecidas no art. 29, II, da Constituição Federal para a realização das eleições, afastando-se a hipótese de seu adiamento", escreveu ele.

Qualquer alteração no calendário eleitoral deve ser feita em última hipótese, defendeu o vice-procurador-geral eleitoral. Caso seja de fato inevitável, o preferível é que o adiamento se dê por no máximo 30 dias, de modo a permitir a diplomação dos eleitos ainda em 2020, argumentou.

A diplomação é necessária para que os eleitos possam assumir os mandatos em 1º de janeiro, conforme prevê a Constituição, algo que o vice-PGE entende ser imprescindível diante "da impossibilidade de prorrogação dos mandatos em curso".

O vice-procurador-geral eleitoral escreveu ser inviável "defender a prorrogação de mandatos, seja por qual tempo for, ainda que diante de uma situação extrema com a pandemia que ora se apresenta".

Brill de Góes mencionou ainda que, em nome dos princípios democráticos, diversas eleições foram realizadas em momentos extremos ao longo da história. Entre outros exemplos, ele citou pleitos ocorridos nos Estados Unidos e no Brasil no contexto da pandemia de gripe espanhola, entre os anos 1918 e 1920 .

Para que haja qualquer mudança no calendário eleitoral, é preciso a aprovação de uma proposta e emende constitucional (PEC) no Congresso. O novo presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, tem pregado o diálogo constante com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para encontrar a solução que melhor preserve a saúde dos eleitores. (Agencia Brasil)